



# AVEIRO E O SEU DISTRITO



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

NÚMERO

**29**

1981

FL  
908  
149

# AVEIRO E O SEU DISTRITO



DIRECÇÃO  
EDIÇÃO  
PROPRIEDADE

DA

ASSEMBLEIA DISTRI TAL DE AVEIRO

# bibRIA



\*

Número avulso . . . . .



*A Direcção da revista não se considera vinculada às opiniões dos autores que publica.*

AVIRO  
DISTRITO



DIRECCAO  
DISTRITO  
PROVEDADE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVIRO

# bibRIA



AVIRO



CAMARA MUNICIPAL DE AVIRO  
- BIBLIOTECA -  
0173782 | 20 ABR 82  
ENTRADA DE OBRAS



biografia



biografia



**bibRIA**

# OVAR e a sua comarca

Por Arada e Costa

A Câmara Municipal de Ovar, da presidência de António Coentro de Pinho, comemorou condignamente em 1952 o milenário de Ovar e o centenário da Comarca e Concelho.

D. Maria II visitou Ovar em 22 de Maio de 1852. Dessa visita a soberana avaliou o valor desta Terra, o seu manifesto progresso, população e indústria, destacando-se a pesca, a olaria e outras. Nesse ano estavam em laboração 22 olarias.

Sem dúvida, Ovar ficou a dever a D. Maria a sua ascensão administrativa e jurídica, desanexando da Feira e extinguindo o Julgado de Pereira Juzã as freguesias que ainda hoje fazem parte do seu concelho.

A vila de Ovar já tinha a sua emancipação administrativa, com juiz próprio, como centro urbano que era, em 1251. Assim o afirmam as Inquirições de D. Afonso III desse ano e, mais tarde, as Inquirições de D. Dinis.

Cercada em parte pelo verde escuro dos pinheirais, pelo seu solo serpenteiam férteis ribeiros e o pomar, a horta e a sementeira são um mimo. Banha-a em parte a Ria, esse paraíso edénico, que o poeta chamou de «**Bela desconhecida**!». Nas suas margens, no lugar do Torrão do Lameiro, fica a graciosa praia do Areinho, onde se encontra conforto e beleza.

Embalada ainda a canção do oceano ao beijar as areias doiradas da sua praia — o Furadouro — onde o luar é mais brilhante e sedutor, e as dunas cobertas de plantas marinhas estendem-se em sinuoso recorte, parecendo ameias de velho castelo feudal, por onde espreitam moiras encantadas!

Completa o cenário desta praia de encanto a mata, onde se respira a maresia, a resina e o eucalipto!

Até na doçura esta Ovar é pródiga! O Pão de Ló, verdadeiro manjar dos anjos, que as contas das nossas multi-seculares Confrarias já na era de 17 a ela se referem.

As tradições aqui não morreram!

O Carnaval, que já vem de há mais de cem anos, em que o povo se divertia a seu modo, representações de autos e exibição de contradanças, deram lugar ao Carnaval dos nossos dias.

Depois vem a penitência e na segunda domingo quaresmal desfila a majestosa procissão dos Terceiros, rica e austera pelos seus quatorze andores e preciosas alfaias. Na 4.ª domingo a importante Procissão de Passos cuja fama percorreu Portugal. Antigamente era precedida de uma feira de oito dias onde eram expostos artigos de ourivesaria e artesanato.

Depois vem a **Semana Santa**. Na Quinta-feira Maior, alta noite sai o **Terro-Terro**. Já o viste, leitor amigo? Pelas ruas sinuosas do velho burgo vareiro vai uma verdadeira lavareda dantesca. Distingue-se entre as chamas e fumaça dos archotes as silhuetas semi-nuas das imagens do Senhor amarrado à coluna e do Senhor da cana-verde. Espectáculo deslumbrante que a lua cheia espreita por detrás do casario! Na Sexta-feira Santa, aí pelas 7,30 horas vai pelas ruas a Via-Sacra dos irmãos Terceiros. Que parada singela, tão significativa e poética! Ao cair da tarde, filas de homens de opas roxas e círios acesos precedem o esquife. Atrás vem o andor da Virgem encostada à cruz. É o Enterro do Senhor.

Nas noites de 5 e 6 de Janeiro, vivendo uma tradição muito antiga, percorrem as casas troupes de Reis. No princípio deste século, alguns literatos, auto-didactas e poetas deram aos agrupamentos um molde cultural e artístico.

Maravilhas de Ovar!

A situação geográfica de Ovar é de 23° de latitude e 2°8' de longitude do meridiano de Lisboa. Fica 161 metros sobre o nível do mar. A sua área tem um

raio de aproximadamente 5 quilómetros. O último censo deu 16 004 habitantes. (1)

A balança comercial e industrial é das mais pesadas do distrito.

Do passado, mais do que milenário, não ficaram monumentos a atestar tão grata efeméride.

Brazões, por aqui, contaram-se pelos dedos das mãos. O lema deste povo foi sempre a Honra, Trabalho e Fé.

Pelo trabalho, desbravaram a duna estéril e magriça em prado verdejante e produtivo, levantaram esta grandiosa Terra, tudo obra sua!

Pela Fé aí se vê numerosos templos, Santa Catarina, século XVI, Santo António, século XVII; S. Miguel, século XVIII e muitos outros dentre os quais merece destaque a Igreja Matriz, terceira reconstrução, grandioso templo, de três naves, onde predomina a dureza do granito e a talha renascentista. É ainda digno de menção o altar-mor e o altar de S. Francisco da capela de Nossa Senhora da Graça, obra de 1600, uma

No campo cultural e desportivo a Banda Ovarense — 1812, Banda Boa União — 1898; Orfeão de Ovar — 1921; Sporting Club de Ovar — 1915 (já extinto); Associação Desportiva Ovarense — 1921; Outros Clubes já extintos, União Sporting Ovarense, Sport Club de Ovar, Estrela Futebol Club, Aliança Futebol Club, Artístico Futebol Club, Avis Futebol Clube e Grupo Desportivo «Onze Verdes». Também extinta a Associação de Socorros Mútuos e Familiar.

Confrarias em exercício: Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, Irmandade do Santíssimo Sacramento e Irmandade de Nossa Senhora da Graça, século XVI; Ordem Terceira de S. Francisco de Assis, 4 de Dezembro de 1659.

Temos dois Museus. O Museu de Ovar reúne um vasto espólio de pintura, medalhística e etnografia. A Casa-Museu da Ordem Terceira de S. Francisco, museu de arte-sacra, tem um precioso recheio, imagens, paramentos de brocado e matiz, pintura, faianças e outros valores artísticos.



OVAR — Capela do Calvário.

beleza da renascença e ainda a imagem da titular, uma relíquia do século XV em pedra, da escola coimbrã.

As sete Capelas dos Passos, únicas no género, consideradas monumentos de interesse nacional, edificadas em 1755 e custeadas pela mercê do Senhor D. João V que concedeu em 1747 o imposto de um real em cada quartilho de vinho vendido em Ovar e seus termos. Este benefício correu durante 30 anos em favor da Irmandade dos Passos.

O Concelho é constituído, além da sede, pelas freguesias de Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, S. Vicente de Pereira e Válega.

**ARADA** — Esta freguesia tem dentro da sua área alguns centros industriais de grande projecção. Além disso é essencialmente agrícola. Povoação antiga per-

(1) — (1970).

tenceu à Ordem de Malta não só a sua Igreja como grandes parcelas de terrenos e herdades.

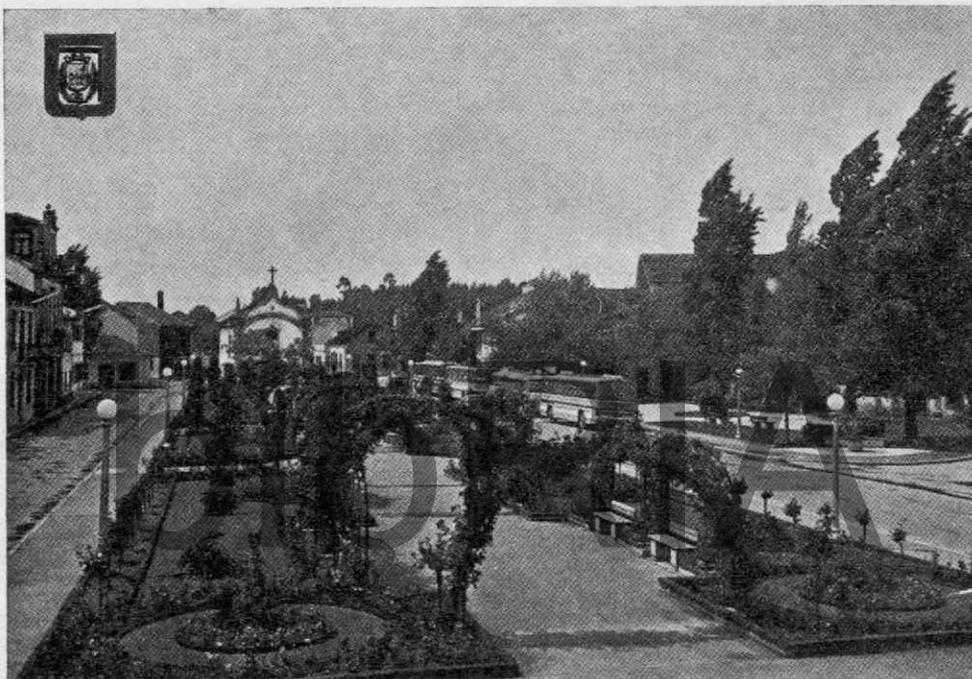
**CORTEGAÇA** — Freguesia progressiva, industrial e agrícola. Há divergências quanto à data do seu conhecimento.

Mas seja como for, o certo é que ela tem uma história bem antiga, que pela sua originalidade poderiam os estudiosos reunirem em volumes os amores de D. Sancho I com D. Maria Pais Ribeiro — a poetisa Ribeirinha — a quem foram dadas pelo referido monarca grandes propriedades em Cortegaça.

**MACEDA** — O bairrismo dos seus filhos levou-os a reivindicar direitos de livre acesso ao mar. A sua maior riqueza é a agricultura. Como Arada pertenceu à Ordem de Malta.

**S. VICENTE DE PEREIRA** — D. Rodrigo da Cunha, 57.º Bispo do Porto, segundo no nome, afirma na sua obra editada em 1623 «Catálogo dos Bispos do Porto», que S. Vicente de Pereira foi doado em 1121 por Paio Diogo ao Bispo D. Martinho Pereira.

Fez parte do Julgado de Pereira Juzã, extinto por D. Maria II em 1852 e incorporado no concelho de Ovar.



OVAR — Jardim dos Campos.

Além do Bussaquinho, um recanto de graça e repouso, Cortegaça tem uma encantadora praia, onde está bem patente o bairrismo de seus filhos. Anualmente, no primeiro domingo de Setembro, realizam a sua típica Festa do Mar.

Faz parte do concelho de Ovar desde 1875.

**ESMORIZ** — A vila de Esmoriz, situada em fértil planície, tem a espraia-se na sua frente a Barrinha e a sua importante praia.

Centro industrial de largo alcance é uma das mais importantes freguesias do concelho. A sua população é de 7 942 habitantes e deixou de pertencer ao concelho da Feira para se incorporar em Ovar em 1875.

Meio rural, do seu solo é extraído o barro branco, caulino, para a confecção das porcelanas da Vista Alegre.

**VÁLEGA** — Em área é a mais extensa freguesia. Rica e próspera na agricultura Válega orgulha-se do número elevado dos seus filhos que tem subido às mais altas esferas sociais, quer nas letras, medicina e sacerdotal.

Desnecessário será focar pontos da sua história pois é sobejamente conhecida pela pena brilhante do seu dedicado filho Monsenhor Miguel de Oliveira, sacerdote, escritor e historiador.

Faz parte do Concelho de Ovar desde 1853.

Ovar, Abril de 76.



Paços do Concelho de Ovar

# O vinho no seu aspecto imaterial

Por Octávio Pato

Eng.º Técnico-Agrário

## NOTA DA REDACÇÃO:

— O presente artigo do Sr. Eng.º Técnico-Agrário bairradino OCTÁVIO PATO estava para ser incluído nos anteriores números da REVISTA, o que porém não foi possível, por se pensar que o volume de artigos insertos era já suficiente.

— Embora não se trate de artigo que diga respeito única e exclusivamente a temas do DISTRITO, entendeu-se, pela graça e espírito nele revelados, por se reconhecer que o DISTRITO DE AVEIRO entre as múltiplas actividades em que o mesmo é pródigo e se emprega a sua laboriosa população, a produção do vinho é uma das suas importantes riquezas, aliás devidamente reconhecida com a ainda relativamente recente criação da «REGIÃO DEMARCADA DA BAIRRADA», entendeu-se que o mesmo se integrará perfeitamente no âmbito da publicação ora dada ao prelo...

Não trago aqui novidade alguma ao afirmar que o vinho é incontestavelmente a bebida que, desde remotas eras, mais tem despertado a atenção do homem. Em cada hora que passa, centenas de sábios de todo o mundo vitícola debruçam-se sobre ele, numa tentativa constante e bem justificada de penetrarem, mais e mais, a sua química complexa, a sua variadíssima flora microbiana. Acendem-se discussões entre os higienistas no humano intuito de esclarecer se o uso do vinho traz a morte ou a vida. Todos os anos os inúmeros enólogos dos diferentes países vinhateiros, aglomerados em congressos vitivinícolas, acrescentam mais um pormenor na técnica da feitoria ou da conservação, ou mais uma variante na arte de o apresentar ou de o beber.

Para além do aspecto material do vinho, seja o problema económico que constitui para tantos milhões de seres humanos que levam a vida produzindo-o, seja o problema científico que constitui para tantos estudiosos, e cujo objectivo é penetrar mais fundo o segredo dos seus fenómenos, não é difícil perceber, no sumo fermentado da videlra, algo de inconsistente que nos extasia e se volatiliza dentro de nós, que foge ao controle dos números, como que a consubstanciação de uma mensagem de felicidade que toca quem o bebe. Mensagem essa que ilumina o espírito sem excitar os nervos, que envolve o coração sem perturbar o cérebro.

Não falamos já dos seus efeitos sob as musas dos poetas que o vêm cantando em poemas imortais, conquanto não demos fé de que a água mais «bacteriológicamente puríssima», o leite mais fresco, a cerveja mais espumante ou ainda a aguardente mais quente, tenham soltado algum dia a imaginação dos vates para os voos da fantasia. A nossa atenção deter-se-á, por momentos, sobre o que poderemos definir de diálogo homem-vinho, tema em que a Natureza se nos revela em toda a sua extraordinária sensibilidade.

Queremos transmitir a quem nos lê algo das nossas convicções, mau grado nos acusem de deambular sem proveito no campo irreal das afirmações cor de rosa. Enfim, serão considerações de ordem sentimental a fugirem à aridez dos números e ao materialismo dos fenómenos.

A verdade é que para nós o vinho não é simplesmente esse complexo fluido em permanente evolução química e biológica. Ele tem vida, sem dúvida; mais: ele tem alma. Bem entendido que nos referimos ao vinho genuíno, puro, natural: ao vinho que é insubstituível complemento no todo gastronómico e elemento ideal na ponderada libação.

Considerado nas suas sedutoras propriedades, o vinho é tido justamente como bebida própria dos deuses.

É sol engarrafado nas encostas privilegiadas. É sumo exselso que refresca e dispõe bem. Como disse Frei Lucas de St.ª Catarina (1753) o vinho «**é a muleta dos velhos, a bengala dos moços, o apisto dos enfermos, as cócegas dos tristes, a esmola dos pobres, o melão dos marotos, o cachimbo dos pretos, o chocolate dos lacaios, o mimo das damas, o beijo das freiras, a mecha das moças, o borralho dos velhos**». Nós diremos ainda que ele é a chave da verdade, a força dos cobardes, a mitigação da dor, a terapêutica das paixões não correspondidas.

Qual é, nele, então o corpo de onde dimana toda esta força transcendente e comunicativa que nos cala a razão e torna afáveis os seus apreciadores.

Em boa verdade não é válido considerar o vinho tão somente um produto hidroalcoólico contendo em maior ou menor percentagem determinadas substâncias úteis ao nosso organismo. Por isso mesmo o professor Amerine entende que o vinho, quando digno de tal nome, desperta a nossa curiosidade intelectual levando-nos a distinguir entre o belo e o ordinário. Sim, no vinho, além dos componentes que o caracterizam na apreciação grosseira, componentes identificáveis pela análise química ou física, neles incluídos os que transparecem em fruta, espírito e bouquet, qualquer coisa mais lhe dá foros de bebida única, por aliciente e sublime. São os elementos imponderáveis que lhe definem a fragrância, moléculas incorpóreas que lhe insuflam a vida, numa palavra: que nele formam a alma.

Naturalmente que a alma não é perceptível em qualquer vinho, nem está na condição de todo o que bebe dar fé desta mística que é, como vimos de dizer, privilégio dos vinhos puros. Aceitável é que esta comunhão de entendimentos, o diálogo a que aludimos entre o apreciador e a bebida excelsa, resulte de semelhantes estados de sensibilidade, da parte do homem e do vinho. Não admira, pois, que um diálogo espiritual jamais possa ter lugar entre o bebedor encartado, digamos o borracho, e um vinho de classe, — ou entre o apreciador intelectual e a pisorga detestável. O entendimento perfeito é recíproco que se estabelece entre o vinho e o homem, vem de facto da identidade de características e do grau de pureza alcançados por um e outro.

Indo um pouco mais longe neste paralelo de caracteres que estamos formulando entre o homem e o vinho, não vemos relutância em admitir que, tal qual se passa no plano social, onde os indivíduos por convivência prolongada transmitem reciprocamente a índole e o carácter, também entre o homem e o vinho se pode aperceber uma transmissão de qualidades próprias processada ao longo dos anos. Assim, o homem pacífico e sossegado prefere relacionar-se com os vinhos macios

e leves, por isso os fabrica deste jeito. Inversamente, os vinhos rijos e alcoólicos do Douro ou do Cartaxo fazem destemidos os transmontanos e temerários os do Ribatejo.

Correlação ainda mais destacável existe entre o vinho e a mulher, talvez por esta ser mais receptiva. Há uma nítida identidade de sentimentos no vinho e na mulher, como se Deus ao criar este e aquela quisesse em seus altos desígnios oferecer ao homem dois frutos de sabor insinuante, apetitosos no uso comedido e amargos no abuso.

Concretizemos a opinião: Apelida-se correntemente de adorado o vinho que é doce ao beber. Pode inferir-se da aplicação da palavra adamar, no sentido de tornar doce o vinho, que a doçura é uma virtude permanente na mulher? Não, a doçura é na mulher um estado da alma como no vinho. A doçura é dada pelo açúcar, e salientemos a propósito a facilidade com que ele fermenta, substituindo a macieza pela secura...

Mas a correlação entre um e outra é perceptível em múltiplos aspectos. Pode observar-se sem grandes esforços de ordem literária que uma sinonímia qualificativa se ajusta indiferentemente à mulher e ao vinho. Na realidade, o vinho como a mulher pode ser delicado ou rude, espirituoso ou ensimesmado, inofensivo ou excitante, insípido ou saboroso, perfumado ou inodoro, apetecido ou indiferente, quente ou frio, expansivo ou retraído, amortecido ou sensual, insensível ou voluptuoso, vivo ou inexpressivo... Enfim, como a mulher, o vinho pode ser macio até à doçura ou áspero até ao azedo.

Oh! Quanto os vinhos mais leves, perfumados, bonitos e atraentes, se assemelham às mulheres mais gentis e sedutoras! Reparei quanto estas e aqueles são precisamente os mais expostos às contingências que levam à degradação: degradação biológica dos vinhos mais finos; degradação moral das mulheres mais belas.

Uma característica, talvez única, toma aspectos opostos no vinho e nas damas. Referimo-nos à velhice. É um facto que os vinhos se tornam mais atraentes com a idade, ao contrário das mulheres. E se tivermos em mente que, enquanto estas perdem certas qualidades com os anos, os vinhos as adquirem, podendo pois a acentuação aromática do vinho compensar o declínio da mulher, isso vem ainda reforçar a nossa afirmação de que o criador, ao dar ao homem a mulher e o vinho, teve em vista a nossa felicidade.

Tenhamos em conta todavia uma afirmação da Bíblia que nos põe de sobreaviso contra o predomínio de qualquer deles sobre o homem, que pode levá-lo à degradação mental. Mais do que em qualquer outra ocasião vem agora a propósito a citação das Escrituras:

«Vinum et mulieres apostatare faciunt sapientia» (O vinho e as mulheres fazem apostatar os sábios).

Não completariamos a nossa ideia se terminássemos estas desarticuladas considerações sem focar outro aspecto desta correlação evidente que se observa entre o vinho e a mulher: melhor diremos, entre o tipo dos vinhos de determinada região e a índole ou o temperamento, como quem diz a alma das mulheres naturais dessa mesma região. É assim que a tagarelice da mulher algarvia se identifica com a espiritualidade dos vinhos da Fuzeta e de Lagoa; que a agulha dos vinhos verdes se reflecte na vivacidade da mulher minhota; que o cunho fidalgo da mulher beirão não destoa da nobreza

gada mesmo, tais propriedades são obra da região vinícola do Poço do Bispo e do largo uso que ali se faz da água do Tejo...

Em suma: no que viemos de dizer poderão os nossos pacientes leitores ter encontrado demasiado devaneio poético, ou o resultado de provável libação nocturna que levou ao menosprezo pelas realidades de que se reveste tão sério assunto. Desde já declaramos aqui, peremptoriamente, que não bebemos de mais e que mantemos os pontos de vista expostos. Há que admitir, sim, é que o sumo da cepa, bebido em peso, conta e medida, mesmo assim desperta o pensamento para as divagações, sobretudo se há entre ele e quem o bebe



dos vinhos do Dão, que a virilidade da mulher bairradina se irmana com o rascante dos vinhos da região...

Em face desta realidade, uma pergunta poderia agora ser posta: — Com que região vinícola deveremos relacionar a mulher lisboeta?

Bem, a mulher alfacinha não faz parte de um tipo homogéneo. Ela surge de uma mescla que enferma naturalmente das características próprias das várias zonas vitícolas que abastecem a capital.

Assim, a mulher lisboeta será meiga como os vinhos de Bucelas, arisca como os vinhos de Colares, macia como os vinhos do Montijo, ou castiça como os vinhos do Cartaxo... E nós frisaremos ainda que, se numa larga percentagem a mulher de Lisboa é picante, sal-

uma mútua compreensão. Mais diremos que o normal apreciador do vinho procura nesta bebida, não a satisfação de uma necessidade imediata — a dessedentação, que tem o seu lugar próprio no tasco — o verdadeiro apreciador procura nele o complemento da alimentação, o estimulante das energias e, de algum modo, o lenitivo para as angústias que lhe tolgem a alma, proporcionando a esta o voo sublime para o ambiente são e fresco, como o das paisagens em que a vinha se deleita. E a propósito?...

Alguém disse, não sabemos onde, que a qualidade dos vinhos está intimamente relacionado com o cenário paisagístico usufruído pelas vinhas respectivas. Ver-se-ia deste modo, nas virtudes dos deliciosos falernos, não apenas a sequência geográfica ligada à casta, mas também uma manifestação de sentimento artístico, o que

levaria a localizar no arbusto nobre a génese da alma que atribuímos ao vinho.

Quem se debruçar sobre um mapa do País notará esta coincidência curiosa: as vinhas de Monção olhando a Serra da Peneda; as de Vila Real e Lamego voltadas ao Marão, e as do Douro mirando sempre as encostas frontais; as da Bairrada mirando o Caramulo e o Bussaco; as do Dão espreitando o Caramulo e a Estrela.

No Sul, o facto é ainda mais convincente. Assim, os vinhos de Colares gozam o panorama de Sintra, os de Borba beneficiam da Serra d'Ossa e os de Castelo de Vide da Serra de São Mamede. Enfim, a Arrábida fará os vinhos de Setúbal e Palmela; o Caldeirão os da Fuzeta e de Lagoa.

Na asserção não há tão somente divagação filosófica, ou arroubo literário de poetas. Porque se estes podem ter na sua fantasia a qualidade como consequência panorâmica, o botânico, mais realista, justifica o facto relacionando os elementos paisagísticos — florestas serranias, etc. — com a sua comprovada influência sobre o clima a que a cepa é incontestavelmente sensível.

Descendo um pouco os degraus da realidade — e já não era sem tempo — temos de convir que o vinho, se nos alicia pela fruta e pelo «bouquet» que exala, agrada-nos particularmente pela essência euforizante que o personifica. Digamos sem rodeios: ele agrada essencialmente pelo álcool que contém.

Tinto ou clarete, rosado ou branco, verde ou maduro, não fora esse espírito que simultaneamente aquece e levanta os ânimos, e o sumo da uva perderia o seu real interesse.

A despeito de ser o vinho a bebida alcoólica mais harmoniosa e inofensiva nas suas consequências fisiológicas, já pela sua natural riqueza em substâncias benéficas para o organismo humano, já pelo equilíbrio perfeito em que estas se encontram, incluindo o próprio álcool, é um facto por demais verificado que a arte de beber se pratica algumas vezes deploravelmente à beira do que poderemos definir como abismo higiénico, em cujas proximidades deambulamos com o simples grão na asa, euforizante e passageiro, ou no qual mergulhamos vergonhosamente se a libação ultrapassou os limites da conveniência. Logicamente, tal ligação deixa assim de ser uma arte para ser uma porcaria imoral e ruinosa. Porque no meio termo está a virtude, não devemos permanecer nem abstémios nem demasiado amigos do vinho.

De resto, devemos ainda salientar, tal como nos homens, há vinhos que são leais e vinhos traiçoeiros, ou sejam os que levam o bebedor aos bordos até à

cama ou o tombam directamente ao chão. A falta de lealdade é muitas vezes consequência dos maus tratos que lhes inflige o próprio homem. Estamos referindo os lotes dos armazens, a adição com exagero de substâncias estranhas, como o sulfitos, a aguardente, etc., que alteram o equilíbrio normal transmitido pelos mostos. Está suficientemente verificado que todo o tratamento



desvirtua o vinho em maior ou menor grau. Eis um facto, da nossa própria experiência, que abona a nossa afirmação.

Um vinho genuíno, mesmo com 14 graus, pode não fazer mal algum, se o tomamos parcimoniosamente. Se este vinho sofrer, não diremos já operações de mixórdia, mas simples operações técnicas autorizadas por lei, ainda que agora acuse menos grau, uma menor quantidade ingerida é susceptível de ocasionar perturbações no organismo. E isso provém de se ter quebrado o equilíbrio natural que estava na origem do vinho.

Finalmente resta-nos dizer que todo o trabalho do enólogo será louvável desde que permita ao viticultor corrigir os seus vinhos por forma que estes, tanto quanto possível, não se afastem da sua natural composição. Quer dizer: que mantenham a sua alma.

Lisboa, 1963.

# A Arte nas Igrejas

## — DE ROMA, PELA EUROPA, ATÉ AVEIRO

Por João Gonçalves Gaspar

### INTRODUÇÃO

A reflexão que resolvemos aqui deixar por escrito tem como primeiro objecto a arquitectura das igrejas cristãs. Depois de uns apontamentos sobre a história da Arte ao longo dos séculos da nossa Era, fixar-nos-emos finalmente nos templos que as comunidades católicas da Diocese de Aveiro nos últimos anos construíram de novo, ampliaram, restauraram ou adaptaram.

No seu sentido lato, a Arte é uma actividade que tem ocupado o homem em todas as épocas, o qual, pretendendo com ela ilustrar e traduzir as suas altas aspirações, necessariamente valorizou o culto divino. Quando a religião, nomeadamente a religião cristã, apenas participa em parte da cultura de um povo, a arte religiosa representa um mero pormenor na história da Arte; mas, quando na Idade Média, por exemplo, a Cristandade Oriental e Ocidental se confundia com a sociedade, então as belas-artistas eram, de modo preponderante e quase exclusivo, a expressão do sentimento religioso e tinham como finalidade principal a construção e o adorno dos lugares de culto.

Convém, todavia, esclarecer que nunca a Igreja perfilhou uma «política» no campo da Arte. Todos os estilos podem servir a sua missão de mensageira da Revelação Divina; e, de facto, ela tem falado na língua artística de épocas sucessivas ao longo da história, que, atravessando, iluminou com a luz do Evangelho. Não admira, portanto — e até é de esperar — que cada momento da civilização e cada raça humana hajam trazido a sua expressão de arte à Igreja.

A Arte Contemporânea, por isso mesmo, é também arte da Igreja, quando procura exprimir plasticamente o Mistério Cristão, num testemunho de autenticidade, de sinceridade e de fidelidade; tal se concretizará na medida em que o artista der à nova construção religiosa o seu génio, a sua inspiração e a sua dedicação, enquadrando-se no sagrado evangélico e renunciando ao possível

individualismo egoísta. Como o santo sobressai no campo ético e o sábio no verdadeiro, assim o artista o será no plano da beleza; todos, porém, aspiram a encontrar-se no cume da Perfeição Absoluta. São do II Concílio do Vaticano as seguintes palavras: — «Entre as mais nobres actividades do espírito humano estão, de pleno direito, as belas-artistas e, muito especialmente, a arte religiosa e o seu mais alto cimo, que é a arte sacra. Elas tendem, por natureza, a exprimir de algum modo, nas obras saídas da mão do homem, a infinita beleza de Deus, e estarão mais orientadas para o louvor e glória de Deus, se não tiverem outro fim senão o de conduzir piamente e o mais eficazmente possível, através das suas obras, o espírito do homem até Deus». (1) E, noutro passo do mesmo documento, o Concílio insiste: — «Recordem-se constantemente os artistas que, levados pela sua inspiração, desejam servir a glória de Deus na Santa Igreja, de que a sua actividade é, de algum modo, uma sagrada imitação de Deus Criador e de que as suas obras se destinam ao culto católico, à edificação, piedade e instrução religiosa dos fiéis». (2)

A Arte, decerto, não pertence à natureza da Liturgia; não é pela Arte que existe a Liturgia, mas aquela serve o culto cristão. Se é verdade que a Liturgia se dignifica na beleza, não se estranhe que se ponha ao serviço de Deus o que a criação tem de melhor. A Igreja procura evitar o desprezo supostamente espiritualista do mundo visível; este, numa concepção de autenticidade, está destinado a participar na glorificação litúrgica de Deus e na apoteose cósmica ao Criador. Aqui, o serviço enobrece.

### NAS CATACUMBAS ROMANAS

Desde os alvares da Igreja, sempre os Cristãos sentiram necessidade de possuir ou usar lugares permanentes de culto. Nos primórdios, reuniam-se eles numa sala posta à sua disposição pelo proprietário da casa;

talvez este compartimento continuasse mesmo reservado à oração. Para reuniões mais importantes, podia um cristão oferecer toda a casa, incluindo o próprio jardim anexo.

Todavia, sobretudo a partir do século IV, o número de construções religiosas não parou de crescer, acompanhando em quantidade e riqueza a evolução geral da sociedade e reflectindo a condição económica dos respectivos povos, senão mesmo o esforço colectivo na prossecução de um fim comum. Foi assim em Portugal, no século XII, durante a Reconquista; foi assim nos séculos XV e XVI, aquando da epopeia dos Descobrimentos; foi assim mais tarde, no século XVIII, na altura da mais intensa colonização e exploração do Brasil; é assim ainda agora, numa ocasião em que há um certo desafogo económico. As populações portuguesas generosamente deram do seu melhor para a edificação e ornamentação de locais dedicados ao culto.

Após a vitória sobre Maxêncio em 312, o Imperador Constantino Magno decidiu conceder a liberdade à Igreja Católica; até aí, sofrendo constantes perseguições e martírios, os Cristãos possuíam quase só oratórios ocultos e capelas funerárias nas catacumbas subterâneas.

Contudo, podemos encontrar vestígios das primeiras igrejas, já existentes no século III. Assim o edifício de Dura-Europos, no Alto Eufrates, põe-nos em presença de uma moradia transformada em templo cristão, ainda antes de 256, onde não falta o baptistério e zonas destinadas à administração eclesiástica e à residência do bispo; nessa extremidade do mundo cristão, apresenta-se-nos uma relíquia saída das areias, com ingénuos mas preciosos documentos: admiráveis frescos em que Jesus acalma a tempestade, cura o paralítico, conversa com a samaritana e caminha sobre as águas.

Também em Roma uma grande casa da época de Augusto sofreu adaptações no início do século III; sobre ela terá sido construída a basílica de S. Clemente. Em Aquileia, por seu turno, a basílica erguida no tempo de Constantino ocupou o lugar de uma casa transformada em local de culto, dentro do qual foram achados mosaicos dos fins do século III.

Em resumo, pode afirmar-se que nestes anos, aqui e ali, graças a períodos relativamente pacíficos para os Cristãos, eles puderam acomodar casas particulares em lugares de assembleia litúrgica; mais tarde, mesmo nos últimos anos daquele século, a situação iria modificar-se: começar-se-ia timidamente a construir igrejas e a dar-lhes uma forma diferente da que se usava para as moradias habituais.

Aludimos às catacumbas romanas; pois elas merecem-nos mais um apontamento dedicado especialmente

ao seu valor pictórico e ao que este representa para conhecer algo da vivência cristã primitiva.

Nesses cemitérios, enriquecidos com frescos murais, Cristo é figurado como o Salvador, sempre jovem, por vezes na imagem do «Bom Pastor» que leva aos ombros ou apascenta as suas ovelhas num reino feliz. Num



**O Bom Pastor**  
(do séc. III, nas catacumbas de Santa Priscila, em Roma)

carácter simbólico e alegórico, as decorações catacumbais, com suas grinaldas, orantes e pastores, queriam significar a bem-aventurança celeste. Os Santos — e como tais apenas se admitiam os Mártires — admiravam-se e evocavam-se como heróis que deram a vida pela fé em Cristo; e, assim como Daniel, Jonas, Lázaro, etc., foram salvos do perigo, também este ou aquele cristão foi libertado das tribulações do mundo.

Era natural que, em época de constantes e terríveis perseguições, na temática das catacumbas não se representassem os símbolos da paixão de Cristo; o que viria à mente dos discípulos de Jesus de Nazaré seria necessariamente a esperança da salvação; por isso, a alegoria referente a Cristo em majestade é frequente. Nesta linha, opondo-se ao sentimento de instabilidade da vida presente, aparece-nos a perenidade da vida futura, a que aspira o homem, liberto dos laços terrenos; ao carácter efémero do mundo actual, contrapõe-se nas catacumbas a salvação depois da morte e o acolhimento na «Casa do Pai».

É ainda dentro destas coordenadas que surgem, embora de execução mais tardia, as cenas do baptismo de

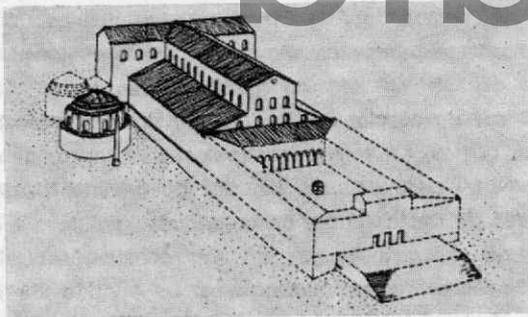
Cristo, a adoração dos Magos, Jesus e a samaritana, a cura do paralítico, a multiplicação dos pães, a ressurreição de Lázaro, etc. — tudo episódios de salvação.

## AS BASÍLICAS PALEOCRISTÃS

Ao aperceber-se da desintegração do Império Romano, Constantino Magno encontrou como solução de a contrariar ou retardar o reconhecimento da Religião Cristã pelo Estado; servindo-se da Igreja, à qual concedia paz, liberdade e privilégios, o previdente Imperador julgava — e não sem razão — que a universalidade do Cristianismo, patente em todos os seus domínios, apesar de ferozmente perseguido, salvaria a universalidade política romana, já então muito atingida. Significava isto uma nova e profunda orientação no governo do Império.

Foi precisamente nessa ocasião que, por iniciativa do próprio Constantino, se levantou, em Roma, o primeiro edifício cristão, oficialmente reconhecido — a basílica de S. João de Latrão, consagrada em 324 pelo Papa S. Silvestre. A este templo outros se seguiram, sob o patrocínio do Imperador, como as igrejas dos Apóstolos (hoje, de S. Sebastião), de S. Pedro, de S. Marcelino, de Santa Inês e de S. Lourenço.

A Arte Paleocristã extravasou os muros da cidade de Roma e constituiu a primeira expansão artística de carácter universal na história do Ocidente; a confirmar isto mesmo, ainda hoje se encontram testemunhos desde



Primitiva basílica de S. Pedro, em Roma  
(Reconstituição de Frazer)

a Crimeia à Península Hispânica, desde a Mesopotâmia à Escócia, desde a Alemanha ao Norte de África. E por toda a parte prevaleceu uma sólida unidade sobre as diferenças regionais que evidentemente nasceram. Adviria mesmo, em tempos futuros, a fragmentação religiosa, a desagregação da civilização antiga, as migrações dos povos, a queda do Império, o aparecimento de novos Reinos...; mas a unidade prosseguiria e a arte basilical influenciaria em novas artes, porque o estilo estava em harmonia com as tendências espirituais dominantes. Não só; também se pode concluir que tal

expansão da Arte Paleocristã foi favorecida pelo facto de ela conservar as formas do Baixo Império, herdadas da cultura greco-romana.

Todavia, um espírito novo, ultrapassando a mera aparência material, havia de conferir à obra de arte uma expressão mais elevada. A basílica, no seu próprio significado, era a morada do rei; agora, cristianizada, sublimava-se em morada do Rei dos Reis e lugar de culto da comunidade orante.

Os Cristãos, tendo na imaginação o imperador romano com a sua corte, especialmente no exercício das funções governamentais exercidas na sala do trono, aceitaram usos e costumes vigentes; começaram a ter de Cristo uma noção de Imperador e dos Santos a de personagens poderosos que protegiam o povo. Ao mesmo tempo, as basílicas serviam admiravelmente para as reuniões e para a celebração da Eucaristia. A cadeira do bispo colocava-se no lugar do trono e a mesa-altar, com o espaço circundante, era o centro arquitectural de toda a construção, a atrair os olhares e a atenção do visitante e do liturgo. Cristo lá estava figurado, ao fundo, como o «Pantocrator», em majestade, um tanto impassível e misterioso, a receber as ofertas, as homenagens e as orações dos crentes.

A basílica constantiniana compunha-se de um pórtico quadrado ou rectangular, com fonte ao centro, que servia para acolhimento e preparação, de um edifício de cinco naves — ou apenas de três ou mesmo de uma só, nas regiões provinciais; de um transepto; e de uma ábside. Um frontão encimava a fachada, como nos templos da Antiguidade; uma espécie de arco de triunfo, repousando sobre duas colunas, levantava-se entre o coro e os fiéis; o tecto era uma superfície horizontal de madeira; a construção estendia-se em profundidade; a luz inundava a nave central e entrava por aberturas nas paredes superiores, nos intervalos das colunas, enquanto as naves laterais ficavam na penumbra; uma claridade mais intensa, penetrando por amplas janelas próprias, punha em destaque a ábside fronteira; o altar evidenciava-se como ponto fulcral, para onde convergia o edifício. O exterior da construção revelava-se austero e simples, mas o interior era rico, em decorações murais sobretudo em mosaico, onde predominavam elementos de vitória, porque a Religião Cristã havia finalmente triunfado. A ábside consagrava-se especialmente a Cristo vencedor e à sua soberania universal, enquanto as paredes eram reservadas aos ciclos narrativos do Antigo e do Novo Testamento. As relíquias dos Mártires, que antes se encontravam nas catacumbas e sob os altares, tornavam-se agora objecto de particular veneração.

É evidente que, após a morte de Constantino Magno, prosseguiu-se a construção de novas basílicas cristãs. Assim, o Imperador Valentiniano, em 386, mandou erguer

a de S. Paulo, em Roma. (3) Como a de Latrão, obedeceu a uma planta de cinco naves e um transepto, mas era dotada de maior equilíbrio de proporções, de mais rica ornamentação e de certo ar de frieza clássica. Os Papas, por seu turno, ordenaram a construção da basílica de Santa Maria Maior (352-366; reedificada em 432-440) e a de Santa Sabina (422-432); nesta houve uma nítida tendência para a simplificação, reduzindo-se o número de naves para três e omitindo-se o transepto.

A evangelização da Península Ibérica começou muito cedo, mercê das relações comerciais com o Oriente, da conversão de muitos legionários e da existência de comunidades de judeus. Nos meados do século III já existiam por aqui várias dioceses organizadas; a Igreja aparece-nos regularmente constituída, desenvolvida a consciência cristã e os bispos em ligação com a Santa Sé.

A mais antiga arte cristã da Hispânia está representada em basílicas, baptistérios e mausoléus, além de sarcófagos e mosaicos. Em Portugal, teatro de várias guerras e sucessivas transformações, poucos vestígios da Arte Paleocristã se encontraram até hoje. Mesmo assim, é notável o conjunto de Torre de Palma (Monforte do Alentejo), que nos provém provavelmente do século IV e que se compõe de duas basílicas com ábsides contrapostas, associadas no mesmo plano geral, conforme plantas norte-africanas; lateralmente desenvolve-se o baptistério, cuja bacia, em forma de cruz de Lorena, é a mais complexa da Península. A uns escasos cem metros para sul, está situada uma grande «villa» rural do Baixo Império.

## A POLICROMIA BIZANTINA

No ano de 323, Constantino Magno tomou uma resolução de extraordinárias consequências, cujos efeitos se fizeram sentir até aos nossos dias: resolveu transferir a capital do Império Romano para Bizâncio, cidade grega que, daí em diante, passou a chamar-se Constantinopla (hoje, Istambul). Decorridos seis anos, após uma enérgica e laboriosa campanha de construção, a mudança foi oficialmente completada.

Todavia, o Imperador não previra que a deslocação da sede do poder provocaria, mais tarde, a cisão do Estado; tal veio a acontecer, em menos de um século, embora os seus sucessores em Constantinopla não renunciassem às pretensões sobre as Províncias do Ocidente. Depois, enquanto estas foram presa de povos invasores, o Império Bizantino, pelo contrário, sobreviveu àqueles assaltos e, sob Justiniano (527-561), alcançaria nova força e grande estabilidade. Só em 1453, os Turcos viriam a conquistar finalmente a própria capital.

Foi ainda no tempo de Constantino que na nova

metrópole se ergueram diversas igrejas cristãs, entre as quais a dos Doze Apóstolos, onde o Imperador mandou preparar a sua sepultura. Nos séculos futuros, ante a severidade ocidental, vemos afirmar-se progressivamente nos Bizantinos o gosto pela pompa, pelo fausto e pelo esplendor, em paralelo com o que se passava na Corte. Esta sumptuosidade patenteava-se também nos santuários cristãos, pelo carácter imponente das linhas arquitectónicas e pela magnificência da decoração. De facto, os séculos V e VI foram, no Oriente, uma época de grande criação artística.

Em todos os tempos se levantaram basílicas de plano rectangular, com tribunas e gineceus reservados às mulheres sobre as naves laterais; mas, sob a influência das igrejas construídas em honra de Mártires que, por sua vez, eram herdeiras dos mausoléus circulares ou poligonais da arquitectura funerária clássica, recorreu-se a combinações de plano central, solução que encontrou o seu mais notável exemplar na nova basílica de Santa Sofia, edificada sob o Imperador Justiniano — obra-prima arquitectural da primeira Idade de Ouro da Arte Bizantina. (4) No seu interior, toda a noção de peso desaparece; a luz desempenha um papel importante; a cúpula parece flutuar, assente num anel luminoso de janelas justapostas no alto das paredes, rasgadas por tantas aberturas que parecem cortinas de renda; a cintilação dourada dos mosaicos completam a «ilusão da realidade»; os pormenores ornamentais ainda se sucedem em molduras e capitéis.

Contudo, por ironia da sorte, o mais rico estendal de monumentos da Arte Bizantina não se encontra em Constantinopla, mas em Ravena, no solo italiano. Tornada capital dos Imperadores do Ocidente em 402 e, ao findar do século, de Teodórico, Rei dos Ostrogodos, cujos gostos se modelaram pelos de Constantinopla, Ravena foi sede de um Exarcado do Império Bizantino até 751. (5) Desta forma, as autoridades políticas locais tornaram-se em mecenas de novas construções civis e religiosas; e Ravena convertia-se no bastião da arte sacra do Império, numa sumptuosa imitação de Bizâncio.

Os monumentos mais característicos e magníficos são o mausoléu de Gala Placídia, o baptistério do Bispo Néon e as igrejas de Santo Apolinário *in Classe*, de S. Vital e de Santo Apolinário, o Novo. Tais edifícios, quase todos em tijolo, distinguem-se por grande simplicidade externa; o interior, ao contrário, oferece uma riqueza decorativa sem par, sobretudo em mosaicos policromados — esse trabalho admirável feito de pequeninos blocos de mármore, de vidro ou de esmalte, que constitui uma bíblia em imagens de imensa variedade. Por cima das arcadas e ao longo das paredes não existem superfícies sem coberturas de cor. Quem neles entra, não pode deixar de se sentir arrebatado e envolvido por uma atmosfera que é efeito de um conjunto artístico-



Cristo Senhor, com os símbolos de Imperador Romano  
(Mosaico do séc. VI, em Ravena)

-religioso. Em Ravena, encontra-se a mais alta expressão plástica de um certo esplendor celeste; grinaldas de flores e de frutos, fundo azul sobre que se destacam folhagens douradas — eis os elementos mais comuns na decoração. A linguagem simples das formas arquitecturais é de tal modo dominada pela polieromia interior, que dá a impressão ao visitante de se encontrar dentro de uma construção supra-arquitectural; parece que se pretendeu transportar o crente para o domínio espiritual, ajudando-o a esquecer, ao menos por momentos, a realidade do mundo sensível. Sublimados pelos valores da cor, os edifícios religiosos adquirem um carácter de espaço sacramental, servindo maravilhosamente a Liturgia. Podemos afirmar que há aí uma antecipação da arquitectura da Idade Média.

Contudo, a decoração não é a única coisa a conduzir a este efeito; as representações figuradas concorrem para criar a ideia sobrenatural do Cristianismo. No mausoléu de Gala Placídia, por exemplo, S. Lourenço, caminhando sem timidez para o local do sacrifício supremo e mostrando tirar a sua força da cruz, que ele leva com coragem, mostra que alcançará a redenção e o triunfo pelo martírio.

No baptistério de Néon, numa cúpula que assenta em paredes enriquecidas com folhagem e figuras realçadas a ouro sobre fundo azul, desenharam um medalhão representando o baptismo de Cristo no Jordão; à volta, os Apóstolos, com as coroas do martírio nas mãos, estão concetricamente dispostos. O sacramento do Bap-

tismo é o penhor daquela vida suprema a que se chega através da conversão, da «metanóia» e do martírio.

Na igreja de Santo Apolinário **in Classe**, os mosaicos consistem em duas cenas diferentes: Cristo numa transfiguração simbólica, e o Santo Titular numa atitude de prece, posto numa paisagem que recorda a Paraíso.

A decoração da igreja de S. Vital é uma realização artística notável; episódios do Antigo Testamento acompanham a Liturgia dos ofícios celebrados no espaço do coro, e pormenores da vida de Moisés prefiguram a vida de Jesus. Este, adornando a concha da ábside, aparece como Soberano do Universo e, sob Ele, o retrato do Bispo Maximiano e os desenhos dos Imperadores Justiniano e Teodora.

Contudo, onde esplendorosamente se revela a sumptuosidade dos mosaicos bizantinos de Ravena é na procissão dos Mártires, na igreja de Santo Apolinário, o Novo. Os Mártires, dispostos em duas filas, dirigem-se solenemente para o santuário: — os Santos encaminham-se para o trono de Cristo, rodeado de Anjos; as Santas, precedidas dos Magos, vão para o trono da Virgem Maria, também rodeada de Anjos. Com as coroas do martírio nas mãos, que vão oferecer, todos caminham em movimento cerimonioso, que se desenrola numa paisagem sobrenatural, evocada pelas palmas e pelo fundo de ouro. As cenas têm um carácter de majestade: a pompa terrestre de uma cerimónia com todo o aparato da Corte Imperial pretende projectar-se num plano ultra-terrestre, cujos soberanos são Jesus e sua Mãe.

Do século IX ao século XI, dá-se em Constantinopla uma segunda Idade de Ouro; mas não houve outro monumento comparável ao de Santa Sofia. As igrejas de agora são modestas em dimensão, e a sua planta habitual é a cruz grega. Todavia, os ícones de Cristo, da Virgem, dos Anjos e dos Santos, os mármore nos pavimentos e os mosaicos nas paredes e nas abóbadas adornam-nas luxuosa e piedosamente. Aliás, todas as artes trazem a sua contribuição à Liturgia Bizantina, destinada a impressionar profundamente os povos bárbaros, que até ficam extasiados perante ela.

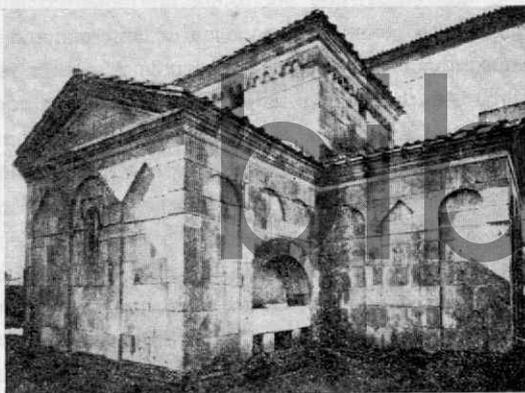
É também em solo italiano, agora em Veneza, que surge o maior e mais sumptuoso edifício cristão desta época — a basílica de S. Marcos, começada em 1063 e concebida para abrigar os cidadãos de uma grande metrópole. Efectivamente, os Venezianos estiveram, por longo tempo, debaixo da soberania bizantina e conservaram-se dependentes do Oriente no campo artístico, mesmo depois de se tornarem uma potência política e comercial soberana; disso ficou-lhes na história este documento singular e imorredouro, centro espiritual da cidade, onde se ratificavam, em forma religiosa, os actos públicos mais importantes, sob a invocação do Santo Patrono.

## A ARTE PRÉ-ROMÂNICA

Mas... a desagregação do Estado e as perturbações políticas e demográficas de toda a espécie contribuíram para o enfraquecimento da civilização ocidental. Antigamente chamava-se à Idade Média a «idade das trevas»; em contraste com o Renascimento, julgava-se que as centúrias precedentes haviam sido uma época de declínio. Tal epíteto, porém, melhor será aplicado àqueles séculos de desassossego, enquanto a Europa se não refez com outros povos e com outra organização.

Entretanto, neste recanto da Península Ibérica, antes do aparecimento das formas românicas, desenvolveu-se um estilo a que se convencionou chamar visigótico; essencialmente hispano-cristã, esta arte tem origens romanas, paleocristãs, germânicas, bizantinas e indígenas.

Sobrevive desta época um limitado número de exemplares. As precárias condições económicas do tempo, as lutas constantes e a diversidade dos dominadores, além de longa passagem dos anos, reduziram aquele somatório a raras e mutiladas espécies.



Capela de S. Frutuoso  
(Em Montélios — Braga; do séc. VII)

A capela funerária de S. Frutuoso, em Montélios (Braga), é uma singela cópia do mausoléu de Gala Placídia, em Ravena; a influência bizantina está aí bem patente, na mesma planta em cruz de braços iguais, nas mesmas arcadas cegas decorando as paredes, no mesmo corpo central de planta quadrada e nos mesmos telhados em duas águas.

A capela de S. Pedro de Balsemão, junto a Lamego, apesar das reconstruções sucessivas, talvez conserve o plano inicial.

A igreja monástica de S. Gião, a sul da Nazaré, com uma iconostase pouco mutilada e uma tribuna sobre a entrada, espera uma conveniente restauração para ocupar o verdadeiro lugar na paisagem artística pré-nacional.

As duas arcadas de Santo Amaro, em Beja, podem representar as três naves do primeiro projecto.

A catedral de Idanha-a-Velha — ou Egitânia — dá-nos, ainda hoje, a verdadeira imponência de uma sé desse tempo. O baptistério, colocado exteriormente, é digno de registo pela sua singularidade.

O traço comum de toda esta arquitectura visigótica é a pobreza, a exiguidade e o reemprego de materiais retirados de anteriores edifícios romanos.

A conquista muçulmana, subsequente à invasão de 711, não abafou o culto cristão na Península Ibérica nem a construção de igrejas e cenóbios. Os cristãos hispânicos continuaram a edificar, adaptando, por vezes, fórmulas trazidas pelos islamitas, sobretudo decorativas, cujo exemplo mais flagrante é o arco ultrapassado ou em ferradura. Tentariam assim ser amáveis com os invasores e cativar-lhes a simpatia.

De tal estilo, que comumente se designa por «moçárabe» e que, embora com pouco nível, se manifestou nos séculos IX-XI, parece que apenas nos resta um único, mas notabilíssimo, edifício; é a igreja de S. Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital), datada de 912. (6) Tem três naves, transepto e três capelas de cabeceira, com átrio e arcos ultrapassados.

Por seu turno, os árabes, que ocuparam o centro e o sul do nosso território até 1249, pouco nos deixaram da sua arquitectura... ou então os cristãos da Reconquista fizeram desaparecer os seus edifícios de culto. A construção mais apreciável é a antiga mesquita de Mértola, depois transformada em igreja matriz para a liturgia católica.

Em toda a Idade Média, a Arte mais difundida e imponente é, sem dúvida, a arquitectura que, entre as artes, é a única que se destina ao grande público. Se perguntarmos pela obra-prima mais bela, ninguém hesitará em citar alguma das grandes catedrais; a arquitectura legou-nos monumentos de todos os períodos e em todas as regiões; muitos deles podem ser incluídos no rol das maiores criações saídas da inteligência e da mão do homem. Durante mil anos construíram-se e reconstruíram-se igrejas por toda a Europa.

## A SOBRIEDADE ROMÂNICA

Nos séculos XI e XII, espalhou-se por toda a Europa cristã a chamada Arte Românica; os edifícios deste tempo, que chegaram até nós, são principalmente mosteiros e igrejas. Cheia de variações e tendências locais, resultantes das condições de vida dessa época e da multiplicidade de povos sem unidade política, tal movimento artístico pode dizer-se constituído por vários estilos. Um só ponto comum, mas capital, permite-nos falar da Arte Românica como entidade: a presença em todas as comunidades de uma única fé religiosa.

A planta das igrejas, de três naves longitudinais, de transepto e de ábside, derivou das anteriores basílicas cristãs. O altar ficava na ábside, de maneira a permitir a celebração da Eucaristia de frente para a assembleia; era uma simples mesa, sem retábulo nem tabernáculo, e sobre ele não se colocavam nem candelabros, nem flores, nem cruz ou crucifixo, mas apenas toalhas, vasos sagrados e missal. Nada tapava a visibilidade ao povo; nada distraía os seus olhares. Era costume herdado da arquitectura paleocristã.

Ao fundo e à volta da ábside, havia um corredor, da largura das naves laterais, chamado charola ou deambulatório, por vezes enriquecido com pequenas capelas, denominadas absidiólas.

As abóbadas, que nas igrejas antecedentes eram de madeira, passaram a ser construídas em pedra talhada, obedecendo ao tipo de berço ou volta perfeita; o facto de serem de pedra — portanto, pesadíssimas — obrigou a que as paredes tivessem de se construir com solidez e grossura, bem como as colunas que separavam as naves. Todavia, as abóbadas de berço não foram a única solução, pois também as há de aresta. Eram de aresta as das naves laterais, mais baixas e mais estreitas do que a central. Além disso, no «cruzeiro» — que era o rectângulo do cruzamento na nave central com o transepto — levantou-se frequentemente a cúpula.

Entre a nave central e o altar, continuou a colocar-se o coro dos monges ou dos cônegos; por baixo do coro desenvolvia-se geralmente uma cripta, destinada à guarda das relíquias e à sepultura de benfeitores ou de pessoas insignes.

As colunas e lintéis poderiam ser embelezados com figuras ornamentais; por cima dos capitéis das colunas ou do arranque das abóbadas, corria uma moldura, simples ou decorada com relevos figurativos de pessoas, de animais ou de vegetais.

No exterior, sobressaía a grandiosidade dos pórticos. Faixas de molduras elementares, arcadas cegas, mísulas ou cachorros rematavam as paredes das fachadas e suportavam a cornija com o beiral da cobertura. Os chamados contrafortes ou gigantes, adossados às paredes que eles reforçavam, correspondiam no exterior aos pilares onde, dentro, se apoiavam os arcos mestres das abóbadas.

Num conjunto maciço de pedra, de altura mediana e de tipo fortaleza, de linhas sóbrias e de ar pesado, os artistas de então multiplicaram o arco redondo ou de volta perfeita, tanto nos portais e nas janelas, como nas mísulas e em vários elementos da construção.

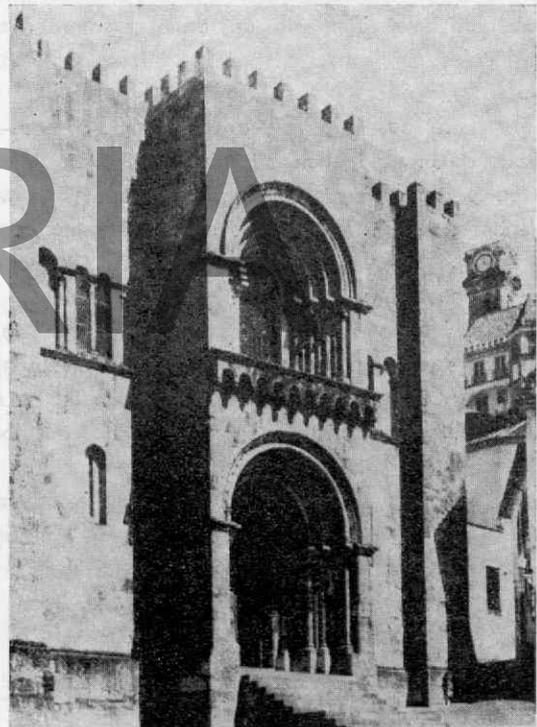
A iluminação, embora fraca, que dava ao interior um ambiente escuro, resolveu-se por pequenas janelas, pela rosácea da frontaria e pela cúpula do «cruzeiro». (?)

Em Portugal, só tardiamente, nos fins do século XI ou na alvorada do seguinte, é que chegou a arquitectura

românica, divulgada entre nós sob a influência dos Monges de Cluny, através dos caminhos de Sant'Iago; S. Sernin de Toulouse, Palência e Compostela foram os elos dessa cadeia artística-espiritual, que no Nordeste Peninsular tomou um cunho próprio.

A Reconquista Cristã, no Ocidente Ibérico, foi lenta e cheia de inquietações; por isso, as construções, adensando-se no Norte e rareando no Sul, foram o reflexo bem nítido de uma civilização peculiar, ao traduzir os sentimentos de quem aspirava levantar uma Pátria, com a esperança posta em Deus. A igreja e a catedral, com o aspecto de fortalezas ameaçadas, ficaram a marcar a existência de um bispo e os primórdios de um Estado; em tempo de paz eram locais de culto, mas em caso de ofensiva muçulmana tornavam-se cidadelas de abrigo e defesa.

O mais antigo edifício, feito neste estilo, embora posteriormente muito alterado, é a sé de Braga, construída durante o episcopado de S. Geraldo (1096-1109).



Sé Velha de Coimbra  
(Séc. XII)

A igreja que se conserva mais intacta é a sé velha de Coimbra, datada de 1160. Pertencem ao mesmo século XII o mosteiro de Arnoso, S. Pedro de Rates, S. Cristóvão do Rio-Mau, S. João de Almedina e Santa Cruz de Coimbra, Roriz, Almacave em Viseu, S. João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas, as sés do Porto, de Lamego e de Lisboa... e tantas outras pequenas igrejas, cuja maioria é de feitura rude e simples. Os Templários,

por seu turno, ergueram em Tomar a conhecida charola abobadada, de planta circular, envolvendo um santuário octogonal; talvez inspirada na mesquita de Omar, em Jerusalém, constitui, entre nós, um reflexo da Arte Bizantina.

A sé de Évora, do último quartel do século XIII mas sagrada em 1314, fecha com chave de ouro a época românica, apesar de revelar já pormenores de transição para o Gótico.

Talvez pela organização feudal e pelos costumes de então, imbuídos de medo e de superstição, Cristo passou a ser considerado como o Juiz severo; aqui e ali, nos tímpanos de algumas igrejas, desenharam-n'Os na visão apocalíptica do Juízo Final, entre demónios, condenados e santos. As grandes calamidades, as invasões dos povos, o cerco muçulmano à Europa, a insegurança social — tudo contribuiu para a visão terrífica da Alta Idade Média. O demónio era quase uma obsessão; como era necessário conjurá-lo, multiplicavam-se os exorcismos e faziam-se as bênçãos dos campos, dos animais, das pessoas e das coisas. A Arte viria a exprimir este género de piedade, de luta do bem contra o mal, inspirando-se no pecado original, no Inferno e no Juízo Final.

Por outro lado, o povo — os «servos da gleba» — foi afastado da Liturgia oficial. Entre o altar e assembleia colocou-se o coro dos clérigos e, em varandins, ficavam os senhores. Estes rodeavam o altar, enquanto os simples fiéis permaneciam nas naves, sob os olhares das imagens dos Santos, de número muito reduzido.

Dava-se realce, na arquitectura e no símbolo, à cidade terrestre, à autoridade senhorial, ao poder episcopal e à ordem sacerdotal, mas não se atendia, na respectiva medida e respeito, à importância da assembleia cristã; a Liturgia perdera o sentido comunitário. As igrejas desta época são obras reflectidas e dirigidas, produto genial de indivíduos e não do instinto e do amor das multidões. Não eram tanto casas de oração do povo, mas sobretudo sinais da «Cidade de Deus» na Terra.

## A ELEGÂNCIA GÓTICA

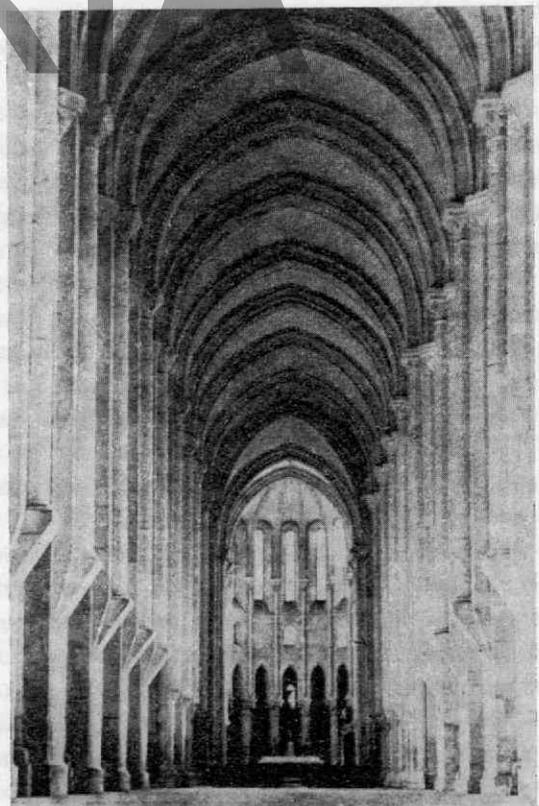
A chamada Arte Gótica ou Ogival foi substituindo gradualmente a Românica, durante os séculos XII-XIV. Nasceu em Paris, com a construção da igreja de S. Dinis, no tempo do Abade Suger, e logo se expandiu pelos diversos países da Europa ocidental.

Para Suger, o esplendor das luzes e das cores e o brilho do ouro e das pedras preciosas nas paredes e nos vitrais da sua igreja eram uma emanção, um pálido reflexo da glória eterna de Deus. Comparava ele a luz do dia à Luz não-criada; e a alma do cristão podia subir de luz em luz até Deus. Nos portais mandou ele

escrever uns versos que traduzem o simbolismo e a força analógica da beleza material: — «Resplandece a nobre construção, mas é preciso que a construção, que tão nobremente resplandece, / ilumine as nossas mentes para caminhar, iluminados por luzes verdadeiras, / até à verdadeira Luz, Cristo, a verdadeira Porta / ... A mente fraca eleva-se, através da matéria, até à Verdade».

Acontecera uma revolução na Arte. O estilo anterior manifestara-se principalmente na edificação de mosteiros e de igrejas em ambientes rurais; o Gótico, ao contrário, surge sobretudo como um estilo urbano e de catedrais.

As construções góticas, que impressionam pela altura, são cobertas por abóbadas de ogivas quebradas, cujo peso se distribui por finas colunas e leves paredes, reforçadas por belos arcobotantes ou contrafortes. As grandes superfícies das paredes foram rasgadas por amplas janelas e rosáceas, guarnecidas de maravilhosos vitrais — espécie de mosaico de pequenas peças de vidro em cores vivas, unidas por fitas de chumbo — que dão ao interior uma luminosidade a contrastar com a obscuridade das igrejas românicas. Ao aspecto pesado da arte anterior seguiu-se um ar de leveza, manifestado na verticalidade das linhas que, no alto, terminam em pináculos; os arcos ponteados, quebrados ou «ogivais», o rendilhado de todo o conjunto e a multiplicação de imagens a encher os pórticos, os claustros e os sepulcros... são outras tantas características da Arte Gótica. A basílica



Nave central da Igreja do Mosteiro de Alcobaça  
(Sécs. XII-XIII)

românica, agachada no solo, cheia de sombra, fortemente condensada sobre si mesma e apoiada sobre as suas bases, convidava à meditação; a catedral gótica, pelo contrário, obedecendo a um estilo de impulso, com flechas a projectarem-se no infinito do céu, convidando a luz para o seu interior, é um edifício erecto, uma igreja de pé, um apelo à admiração e ao louvor.<sup>(8)</sup>

Em Portugal, apesar de o estilo ogival entrar tardiamente e vagarosamente caminhar, são numerosos os edifícios deste tipo. É verdade que o Mosteiro de Alcobaça, de excepcional execução e grandeza, foi iniciado em 1178; mas este belo cenóbio de Cister, sagrado em 1252, é como que um enxerto na Arte Portuguesa: os seus planos vieram da França, importados pelos Monges de S. Bernardo, e são uma duplicação quase perfeita da Abadia de Claraval. Só pelos meados do século XIII é que decididamente principiaram entre nós os primeiros ensaios do Gótico.

Os monumentos mais representativos são as igrejas de S. Francisco, de Santa Clara e da Graça em Santarém, de S. Francisco de Alenquer, de Santa Clara em Estremoz, de S. Domingos em Elvas, de Santa Maria do Olival em Tomar, de Leça do Bailio, de Santa Clara, a Velha, em Coimbra, de Santa Clara em Vila do Conde, de S. Francisco no Porto, de S. Domingos e de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, a matriz da Lourinhã e a sé de Silves. Estes templos, com cobertura de madeira nas naves, já obedecendo à simplicidade inspirada pelas Ordens Mendicantes, são habitualmente abobadados em pedra nas capelas dos cabeçais.

Espalhou-se assim, em Portugal, uma nova expressão arquitectónica, quase no fim da Reconquista Cristã. Já não se tratava de prosseguir a guerra contra os Mouros, mas de consolidar as fronteiras do Reino e de levar a bom termo a obra da evangelização. A Arte Gótica dos Mendicantes não buscava grandeza — o que a distingue da cisterciense — mas a austeridade como espelho da vida conventual. As casas religiosas situavam-se preferentemente fora dos muros dos centros urbanos, para se acudir à gente rural com mais facilidade.

Acabou o século XIV com uma construção de grande vulto, qual foi a do Mosteiro da Batalha, iniciado em 1388 pelo Arquitecto Afonso Domingues; à data do falecimento do Rei-Fundador, D. João I (+1433), a parte essencial ia perto do fim, sob a mestria do inglês Huguet. A ampla igreja de S. Francisco, em Évora, bem como a sé da Guarda, de nova estrutura, começadas no século XV, terminaram já na época manuelina.

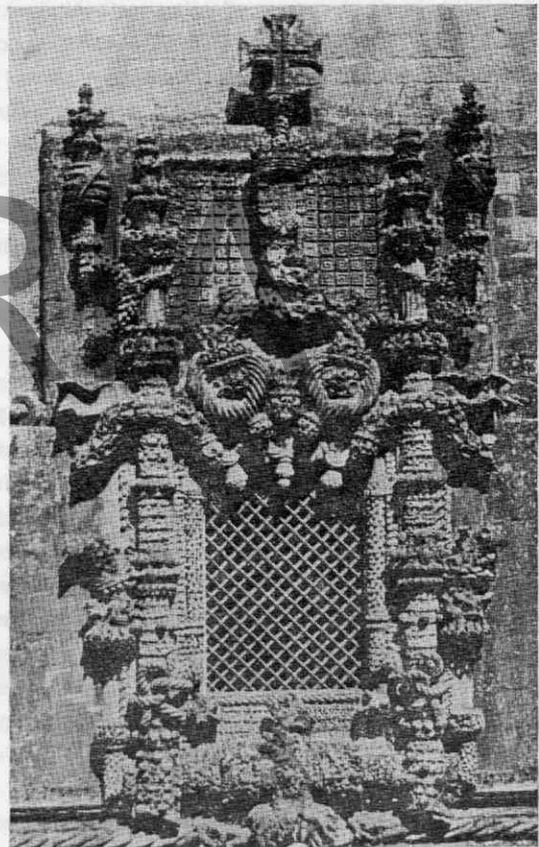
Entretanto, também a partir de S. Francisco de Assis e por influência dos seus discípulos — seguidos de perto pelos dominicanos, pelos carmelitas e pelos agostinhos — desenvolvera-se a piedade à volta da humanidade e

da paixão de Cristo. O Filho de Deus não era considerado tanto como o Juiz que condena, mas sim o Mestre que ensina e o Homem que sofre pelos pecadores. E em redor não só da pessoa de Cristo, mas ainda dos Santos e mormente da Virgem Maria, haveriam de surgir centros de interesse para a Arte.

Na Baixa Idade Média, a plástica encontra um campo magnífico para se inspirar; a anatomia humana e outros valores naturais vão ser constantes. O Pobre de Assis é bem um dos promotores espirituais do Humanismo, na descoberta do Homem nos caminhos do Renascimento.

## O MANUELINO — ARTE PORTUGUESA

No último período do Gótico, o nosso País encontrou-se em mais íntimo contacto com o mundo extra-europeu, graças à epopeia das descobertas e conquistas;



Janela da Casa do Capítulo, no Convento de Cristo em Tomar — (Séc. XVI)

em consequência, a arquitectura portuguesa, ainda que fundamentalmente gótica, desdobrou-se numa variedade de subestilos. Uma corrente proveio do estilo flamejante do Norte; outra procedeu do plateresco de Espanha; outra ainda surgiu ao gosto mourisco; por fim, uma nova corrente foi fixar-se nas formas naturalistas, ins-

piradas sobretudo em motivos tomados da flora e da fauna e em temas náuticos, marítimos ou africanos e extremo-orientais. Os arcos quebrados desaparecem ou rareiam, dando lugar aos conopiais, de carena ou contracurvados duplos, e ainda aos polilobados, de ferradura e outros mais, tanto independentes como em várias composições. Nas abóbadas estendem-se complexas redes de nervuras. Toda esta arquitectura, usada com forte determinação sobretudo a partir de 1490, ainda em tempo de D. João II, significa um estilo eminentemente nacional e é chamado «manuelino», em honra do Soberano D. Manuel I, que reinou de 1495 a 1521.

A Mateus Fernandes, «o mais gótico dos mestres manuelinos» — no dizer do Prof. Reynaldo dos Santos (?) — deve-se a porta monumental das Capelas Imperfeitas e as abóbadas das capelas radiais, na Batalha; na parte superior das mesmas capelas e nas bandeiras dos arcos do claustro tem o Manuelino a sua alta expressão. Ao francês Diogo Boutaca encarregou D. João II a construção da igreja de Jesus, em Setúbal, e D. Manuel I a edificação do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, que, começado em 1502, (10) João de Castilho, espanhol de Burgos educado na estética do Plateresco, havia de continuar e terminar em 1517; posteriormente, Boutaca trabalharia nas Capelas Imperfeitas e, a partir de 1504, na sé da Guarda. De Francisco Arruda é a celebre Torre de Belém, erguida em 1515 a 1520; e a seu irmão, Diogo Arruda, pertence a conhecida janela de Tomar — o documento artístico onde o génio do autor ficou espectacularmente documentado.

A Arte Manuelina deixou inúmeras construções por todo o País — no Continente, em Marrocos, nas Ilhas e no Ultramar; viveu-se então um dos maiores surtos de sempre. Simples pelourinhos ou devotos cruzeiros, formosas pinturas e piedosas imagens, ao lado de majestosos edifícios religiosos e civis, espalharam-se por toda a parte. Deveu-se isto às excepcionais condições económicas do tempo, à generalizada confiança das gentes e à acção do próprio Monarca, que gostava de ver o nome ligado a vistosos monumentos que fossem símbolo do seu próprio poder e da grandeza da Pátria.

### O RENASCIMENTO NA ARTE

O estilo baseado no sistema greco-romano de colunas, pilastras, entablamentos e frontões, que nasceram na Itália no século XV, só no segundo quartel da centúria seguinte se difundiu em Portugal. Embora se estivesse em pleno período do Manuelino, já as formas renascentistas começavam a aparecer, mas somente na decoração: medalhões, grinaldas, brutescos e arabescos. Trazidos pelos biscaínhos que trabalhavam no Norte do País, ou pelos escultores franceses que operavam em Coimbra e no Sul, tais elementos plásticos não chegariam a caracterizar a nossa arquitectura.

A primeira manifestação séria do Renascimento numa verdadeira obra de arquitectura verifica-se na varanda sobre o pórtico das Capelas Imperfeitas, na Batalha, devida a João de Castilho que, como tal, já se declarara nos pilares da igreja dos Jerónimos.

Aos artistas da Renascença ficaram a dever-se diversas construções, como as da reforma joanina do Convento de Cristo em Tomar, da capela da Conceição na mesma cidade, da capela-mor dos Jerónimos, do



Interior da capela de Nossa Senhora da Conceição, em Tomar (Séc. XVI)

Jardim da Manga em Coimbra, das igrejas de S. Gonçalo em Amarante e de S. Domingos em Viana do Castelo, e das catedrais de Leiria, Portalegre e Miranda do Douro. As obras desta corrente são relativamente poucas, pois o vigor da época manuelina fez prolongar a vida do Gótico e o Maneirismo cedo se soube impor.

Na arquitectura, os edifícios articulam-se em bons planos, tendo em vista o espaço interno e externo; há proporção e simetria; desce neles a tendência vertical e equilibra-se a horizontal. Na decoração, é sempre a figura humana que prevalece. Na escultura, procura dar-se independência e individualidade às imagens, desligando-as das paredes.

A Renascença tornou-se mais realista do que a arte anterior, porque nela pesavam os valores do Homem; a perfeição anatómica e o que é bom na natureza — tudo foi assimilado e transformado pela arte da Igreja. Celebrou-se o Homem e a sua personalidade.

A expressão que melhor poderá caracterizar o Renascimento é dizer-se que foi uma época de grandes descobertas. Descobriu-se o mundo e alargou-se o seu horizonte; reencontrou-se o passado; enveredou-se pelos caminhos da Ciência; analisou-se a estrutura do corpo humano; estudou-se a zoologia, a botânica e a geologia; fizeram-se renascer os valores estéticos da Antiguidade. Mas uma obra do Renascimento não é melhor nem pior do que uma obra medieval. A «Ceia» de Leonardo da Vinci, por exemplo, não é célebre por aquilo que nos descreve mas por aquilo que nos sugere. De certo que o pintor não salvaguardou os detalhes históricos; atendeu, sim, aos parâmetros do tempo, como a anatomia, a perspectiva, a composição geométrica e simétrica. A «Ceia de Cristo» deu o tema ao autor, deixando-o livre no conteúdo e na forma. Não é na descrição que está o valor; é na liberdade da composição plástica.

### A ESCULTURA RENASCENTISTA

No primeiro quartel do século XVI, assiste-se em Portugal a um movimento artístico invulgar também no sector da escultura, introduzido por mestres estrangeiros: em 1517, o francês Nicolau Chanterenne foi encarregado da traça do pórtico axial da igreja dos Jerónimos — o que marca, entre nós, o início das formas escultóricas do Renascimento italiano ou italianizante.

Tornou-se notável o ciclo de Coimbra, onde talvez tenha trabalhado o mesmo Chanterenne, com a colaboração de outros artífices. Na Lusa Atenas, encontramos inumeráveis obras deste estilo, devidas não só ao trabalho de tais entalhadores da pedra, mas também a Diogo de Castilho, Filipe Hodart ou Duardos e, sobretudo, a João de Ruão. Este foi realmente um mestre insigne, extremamente operoso. Depois de terminar a fachada da igreja da Atalaia, em 1528 radicou-se em Coimbra, onde faleceu no ano de 1580. Fundou uma oficina, criou gerações de artistas e espalhou obras por todo o vale do Mondego, principalmente retábulos, baixos-relevos e composições decorativas. Da primeira época, minuciosa e delicada, a obra capital é a da Varziela, perto de Cantanhede; da segunda, sóbria e de grande nobreza de figuras, contam-se o grande retábulo da catedral da Guarda e, em Coimbra, o retábulo da Nossa Senhora da Misericórdia e a capela do Sacramento, na sé velha.

Não só: da Renascença Coimbrã são também, por exemplo, os retábulos do Sacramento em Cantanhede e em Águeda e os túmulos de Góis e da Trofa do Vouga. As figuras da Ceia do Convento de Santa Cruz, em Coimbra, saídas do génio de Hodart, mostram a forte personalidade do seu criador e são impressionantes pelo naturalismo expressivo dos seus rostos e pela volência e vigor dos seus gestos. (11)

### O MANEIRISMO

Na preocupação de se inspirarem nas formas greco-romanas, os artistas do Renascimento facilmente viriam a cair na tentação de trazerem para o campo religioso trabalhos que, aos olhos dos cristãos, não se coadunavam bem com o ambiente espiritual das igrejas. Deste modo, surgiu uma reacção contra o influxo paganizante da Arte Renascentista, revalidando o conteúdo contra a forma. O «Maneirismo» — nome que se deu a esta corrente artística, por se inspirar nas *grandi maniere* de Leonardo da Vinci, Rafael, Miguel Ângelo, etc. — é o eco da inquietação política, religiosa e social com que o Ocidente se debatia e o símbolo do movimento ascético que então nascera.

A piedade oscila entre dois polos: o activismo e a mística. A união entre os dois é condição necessária para que aquela seja integral. Santo Inácio de Loyola e Santa Teresa de Ávila conseguiram uni-los; optaram pela vida religiosa personagens reais e senhores nobres, como Francisco de Borja, Luís Gonzaga, Francisco Xavier, Carlos V. E a Arte inspira-se neste pendor místico, que bafejou o século XVI.

São desta época igrejas de uma larga nave única, destinada a abrigar o maior número de fiéis, em perfeitas condições de audição dos pregadores e de boa visibilidade do altar-mor. Sem transepto aparente, a nave é franqueada por capelas fundas, unidas entre si por pequenas passagens. Os Jesuítas irão adoptar e difundir estes moldes maneiristas em quase todas as suas igrejas, de que são exemplares, ao gosto português, as igrejas do Espírito Santo, em Évora, e de S. Roque, em Lisboa, e a sé nova de Coimbra. A igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, foi iniciada em 1582 sob a traça de João Herrera, arquitecto do Escorial, e construída segundo a direcção de Filipe Terzi e de Baltasar Álvares, para suceder ao velho templo românico, modificado na época gótica; acabada em 1629, sob a orientação de Pedro Nunes Tinoco, é essencialmente uma construção dominada por uma gramática maneirista de grande simplicidade e equilíbrio, de modelo claramente italianizante.

Outra característica das nossas igrejas maneiristas é a existência de tribunas com balcões, dando para a nave ou para a capela-mor, muitas vezes comunicando entre si por pequenos corredores ao nível das janelas. Mais ainda. Ao traçado exterior, de singelos efeitos lineares, corresponde um requinte, por vezes extravagante e desordenado, de decoração interior, num conflito de massas e volumes que quebra a antiga harmonia do edifício da Renascença; contudo, não se pode negar que o azulejo, a talha dourada e os quadros a óleo deram aos templos um ambiente propício, que serviu o ideal da Contra-Reforma.

## O BARROCO

Os dois séculos seguintes — XVII e XVIII — são marcados, na Arte, pelo Barroco. Tudo o que nele é exuberância, vida e gesticulação não obedece a outro ideal senão ao espírito de triunfo. Ao Concílio de Trento e à Companhia de Jesus deve ele indirectamente a sua força e a sua expressão.

A Igreja fora humilhada e enfraquecera. O saque de Roma pelos Germanos em 1527 constituira um duro golpe; os Turcos às portas de Viena causavam permanente dúvida e inquietação; o Protestantismo roubaralhe povos inteiros. Mas agora, animada com renovado vigor e decidida a levar o Evangelho a todos os Continentes, sente-se reavivar em esperança de Mãe e Mestra de gentes sem número. Assim, neste contexto, surge o triunfo do Barroco na interpretação da vida, da natureza, do êxtase e do entusiasmo. Por tal razão, o primeiro cliente dos arquitectos, dos escultores e dos pintores dos séculos de então, antes dos soberanos e dos príncipes, foi a Igreja. E a nova Arte, nascida em Roma, provocaria o fervor das multidões, criaria a surpresa, suscitaria o deslumbramento; ela própria tornar-se-ia espectáculo.

A Arte Barroca procurou, pois, afirmar e enaltecer todas as verdades religiosas iluminadas pelo Concílio Tridentino. Ante a negação da Presença Eucarística pelos Reformadores, nasce a exaltação do Santíssimo Sacramento; ante a ignorância generalizada, surge a necessidade da pregação. Desta forma, constroem-se os tronos nos retábulos e os púlpitos nas igrejas-salões. Se eram exíguos e não correspondiam às necessidades da Igreja, os próprios templos anteriores não se poupavam para, em seu lugar, se erguerem maiores edifícios; com o fim de criar condições materiais favoráveis à evangelização, destruíram-se certamente antiguidades de séculos, que hoje fariam parte do nosso património. A preocupação era outra e urgia.

A arquitectura barroca portuguesa caracteriza-se mais pela decoração do que propriamente pelas plantas e alçados ou pela concepção do espaço. Nota-se nela a repetição de formas movimentadas, curvilíneas e envolventes, num sentido de equilíbrio simétrico ou assimétrico; a talha dourada e o azulejo são a contribuição mais original do nosso Barroco, formando conjuntos decorativos sem par.

Assim, as plantas de origem maneirista perduraram entre nós ainda por largo tempo; a parede ondulante, tão característica no Barroco italiano, só muito tardiamente se assinala em Portugal. Apenas no reinado de D. João V, com o enriquecimento do País motivado pela importação do ouro brasileiro e com a vinda de mestres estrangeiros, como Ludovice, Laprade e Nazoni, a nossa arquitectura se tornou decididamente barroca, logo res-



Torre dos Clérigos, no Porto  
(Séc. XVIII)

valando para o Rococó. Começou-se por obedecer à planta rigorosamente circular, como no Convento da Serra do Pilar, fronteiro ao Porto, e na capela de Santo Amaro, em Lisboa; avançou-se depois para a planta poligonal, como na igreja das dominicanas em Elvas, na capela do Senhor da Cruz em Barcelos e em diversos templos religiosos existentes na zona aveirense. Mas a igreja de planta centrada de maior interesse é a de Santa Engrácia, construída em Lisboa a partir de 1682, rica no seu acentuado barroquismo interior, feita sob o desenho e a orientação de João Antunes, arquitecto da Casa Real.

A expansão do Barroco no território português atingiu uma importância verdadeiramente extraordinária com a construção desse gigantesco edifício que é o palácio-convento-igreja de Mafra, onde trabalhou João Frederico Ludovice — ou Ludwig — o mestre alemão italianizado, que antes dera provas admiráveis como arquitecto da surpreendente capela-mor de sé de Évora. Iniciado em 1717, o esplendoroso edifício de Mafra foi sagrado em 1730; mas as obras continuaram até 1744. Aí se conjugam elementos transalpinos (fachada e torres da igreja), alemães (cúpulas bolbosas) e portuguesas (torreões laterais); porém, a arquitectura chã continua na

severidade das fachadas, exceptuando a do corpo central da frontaria. O estilo romano de Ludovice, dando origem a uma escola generalizada, orientou o centro e o sul do País.

Em Coimbra, aponta-se a Biblioteca da Universidade como criação do francês Cláudio de Laprade. Em Lisboa, D. João V empreende a construção do aqueduto monumental das águas livres. O Porto setecentista é marcado pela presença inconfundível de Nicolau Nazoni, que lhe deu a destacada torre e igreja dos Clérigos — a sua obra-prima, concluída em 1763. Este arquitecto toscano, que dominou a região nortenha, soube encontrar um novo estilo, inteiramente adaptado ao gosto nacional, fantasista e cenográfico, rico em efeitos de luz e sombra, onde o granito toma as formas mais expressivas e movimentadas. Com Nazoni e a partir dele, o Rococó atinge uma enorme vulgaridade; em Lisboa, o húngaro Carlos Mardel participa na reconstrução pombalina e Mateus Vicente de Oliveira trabalha no Palácio de Queluz e na Basílica da Estrela, iniciada em 1779 e consagrada após onze anos.

Deve também mencionar-se a capela de S. João Baptista, na igreja de S. Roque, em Lisboa — preciosa jóia da arte italiana dos meados do século XVIII, paga pelo ouro de D. João V. Executada em pedraria, ela constitui, na opinião do Prof. Reynaldo dos Santos, um «conjunto de harmonia e riqueza, como nem mesmo em Itália existe outro igual». (12)

Nesta época, ainda se verifica uma desmedida profusão de imagens, ao gosto rococó, de madeira policromada e estofada. Se nos primeiros tempos do Cristianismo os Santos eram heróis, na Idade Média protectores, em toda a Idade Moderna eles foram considerados como exemplos a imitar e a seguir.

Outrossim aqui se lembra o nome famoso de Joaquim Machado de Castro (1731-1822) — o mais insigne escultor português do século XVIII, que se ocupou da estátua equestre de D. José I para o Terreiro do Paço e de algumas imagens para a Estrela; a ele se deve o presépio da sé de Lisboa, cujas figuras são de barro cozido e policromado.

No barro também trabalharam numerosos artistas, quase todos anónimos; Aveiro foi um dos mais notáveis centros barristas de Setecentos.

## O SÉCULO XIX NA ARTE

À actividade artística que dominou o século XIX, sem grande criatividade, convencionou-se dar o epíteto de Neoclassicismo. Pretendendo erguer-se contra as extravagâncias do Rococó, os architectos, pintores, escultores e decoradores inspiraram-se sobretudo nas formas do Gótico, do Manuelino, do Renascimento e até da Arte Muçulmana.

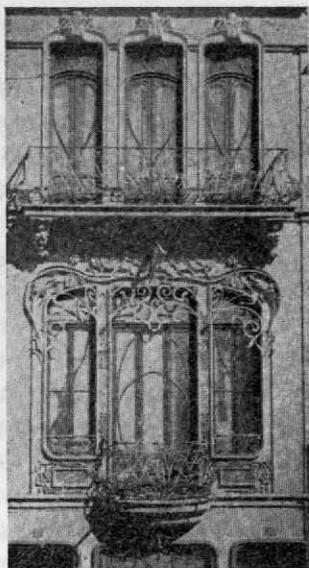
Dessa maneira, construíram-se edifícios **neogóticos** — como a capela dos Pestanas, no Porto; **neomanuelinos** — como a parte ocidental dos Jerónimos e o palácio do Buçaco; **neorenascentistas** — como o Palácio da Ajuda, o Teatro de S. Carlos e o Teatro Nacional de D. Maria II, em Lisboa, o Hospital de Santo António e a igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, no Porto, e a igreja do Bom Jesus do Monte, em Braga. Por outro lado, a Arte Árabe tornou-se também uma fonte inspiradora dos nossos artistas; aqui e ali — como na Praça do Campo Pequeno, em Lisboa — vêem-se arcos ultrapassados ou em ferradura e torreões ao gosto de minarete.

O século XIX, com todas as convulsões sociais e políticas que sofreu, não foi favorável a construções de igrejas ou conventos. Pelo contrário: a extinção das Ordens e Congregações Religiosas provocou a destruição ou mutilação de muitos edifícios de valor artístico e sobretudo a perda ou dispersão do seu espólio. Só no final de Oitocentos e no início do século actual se levantaram alguns modestos templos, seguindo estilos anteriores, como aconteceu com a capela de Santa Luzia, sobranceira a Viana do Castelo, o santuário do Senhor da Serra (Coimbra), a igreja de Espinho, a igreja dos Anjos, em Lisboa, e a basílica do Sameiro, em Braga. O século, cruzado por uma arte eclética, morre sem grandes voos nem originalidade. Uma sucessão de «estilos de revivência ou de ressurgimento» dominara a arquitectura; a autoridade das formas históricas, contudo, tinha de ser frontalmente quebrada, para que a era industrial pudesse criar um estilo autenticamente contemporâneo.

## A ARTE NOVA ... E NÃO SÓ

O clima de instabilidade governativa, a implantação da República e o deflagrar da primeira Guerra Mundial fizeram com que os primeiros anos do século XX não fossem propícios a uma renovação artística em Portugal; continuava a verificar-se a utilização dos esquemas eclectistas anteriores, embora aos mestres não faltasse competência. É de notar, porém, a influência da chamada «Arte Nova», que fez proliferar, principalmente na decoração, o emprego sistemático de curvas e contracurvas, de estilizações florais, de artifícios de estuques, de pinturas em azulejo e, sobretudo no Norte, de ferro em portões, varandas, grades e mesmo em estruturas.

A «Arte Nova» apareceu em 1889, numa exposição universal de Paris; procurou ser uma hipótese de modernidade, de criação de algo de actual e autêntico, aspirando reagir contra as contínuas repetições que vinham a acontecer desde os meados do século XVIII. Começando a declinar em 1910, acabou por desaparecer em 1925, com a exposição do «Esprit Nouveau», também em Paris. Fora efêmera a sua duração.



Fachada de um prédio, no Porto  
(R. de Cândido dos Reis, 75 - Séc. XX)

Nos últimos anos da primeira metade do século XX, construiu-se, em Lisboa, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, desenhada por Pardal Monteiro (1938), que, durante certo tempo, foi apontada como exemplar único e válido de uma moderna arquitectura religiosa em Portugal. Da mesma época é o Seminário de Cristo-Rei, nos Olivais, com a sua igreja; um pouco posteriores são as igrejas de S. João de Brito e de S. João de Deus, em Lisboa, e a de Nossa Senhora da Conceição, no Porto. Entretanto, ia-se erguendo o conjunto arquitectónico do Santuário de Fátima, sem originalidade nem carácter, mas acolhedor de milhões de crentes que aí buscam a paz de consciência e a luz do Evangelho, sob a protecção de Maria.

Porém, após a segunda Guerra Mundial (1939-1945), assistiu-se a um sério esforço na procura de novas formas artísticas que, passado algum tempo, dariam os seus frutos. A um período de estagnação arquitectural sucederia uma época de ousadas construções, usando plenamente os novos materiais. A igreja de Moscavide, em Lisboa, traçada pelos Arquitectos João de Almeida e Freitas Leal em 1956, na sua austera simplicidade revelou que era possível introduzir entre nós o moderno estilo da Arquitectura Universal e serviu de ensaio para uma melhor funcionalidade litúrgica.

#### AS NOVAS IGREJAS

Na Arte da Igreja, além das suas qualidades gerais, terá de haver um quê de mistério e de transcendência; é claro que a preocupação em conseguir tal objectivo, levará o artista a exprimir, em cada época, esta ou aquela faceta da multiforme personalidade de Cristo e a encarar mais especificamente, num ou noutro pormenor, a riqueza da Liturgia e a devoção aos Santos. Como

a Arte é um dos modos da comunicação humana e social, a sua manifestação religiosa no conteúdo e na forma — que não no tema <sup>(13)</sup> — adapta-se ao tempo e ao espaço, segundo o grau de cultura e a capacidade espiritual de quem serve, e a direcção cultural e piedosa das comunidades. Nesta evolução, já não vale tanto para nós o Pantocrator bizantino ou o Juiz medieval; fala-nos mais o Cristo irmão e trabalhador, que eleva e salva a humanidade, vivendo e sofrendo com ela.

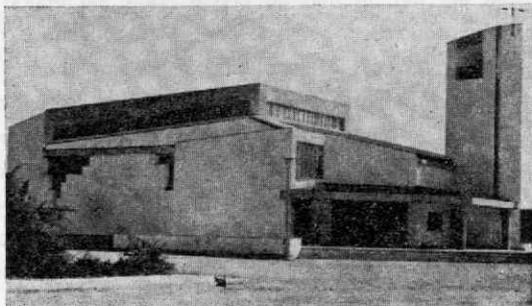
Nos finais do século XIX, mas sobretudo no nosso século, surgiu um movimento de renovação litúrgica e começou a dar-se relevo ao sacerdócio comum dos fiéis. A Liturgia deixou de ser propriedade exclusiva dos ministros oficiais do culto, porque a própria assembleia voltou a participar nela e a ser actora na Accção de Cristo.

Desta maneira, os progressos do movimento litúrgico não apenas influenciaram a vida espiritual dos católicos, mas também exerceram grande impacto sobre a evolução da Arte Sacra. Esta, após dois séculos de mediocridade, adquiriu uma nova face. O desejo dos liturgistas em favorecer a participação activa dos crentes e de colocar em relevo o altar conjugou-se com as possibilidades oferecidas pelos modernos processos de construção. Assim, puderam e podem construir-se igrejas mais funcionais, onde os espaços são elaborados em função das necessidades litúrgicas e onde, com a supressão de paredes, a luz e a cor dos vitrais colaboram com as massas e com as linhas para a criação do espaço sagrado.

Após algumas tentativas anteriores à Guerra Mundial de 1914-1918, a primeira realização verdadeiramente artística de uma igreja em cimento armado foi a de Notre-Dame du Raincy (1921-1923), de elegância ao mesmo tempo audaciosa e tradicional. Todavia, na França, este exemplo permaneceu isolado; entre as duas guerras, foram a Alemanha, a Suíça e a Holanda os países onde a renovação da arquitectura sacra produziu os frutos mais notáveis. Rompia-se deliberadamente com os métodos herdados do passado e harmonizavam-se as igrejas com as tendências actuais.

Os templos de agora querem ostentar a verdade dos materiais, para serem símbolo e testemunho da Verdade. Os diversos elementos de construção não podem desaparecer debaixo da forma, mas esta procurará adaptar-se-lhes. Se o betão, por exemplo, é modelado, tendo em conta a sua natureza forte e deixando perceber o seu aspecto negro, sem a falsidade do reboco ou do estuque e sem a mácula da pintura, então ele é verdadeiro; mas, se com o cimento se imita a pedra, se fazem arcos, se alindam superfícies, então ele serve a falsidade. Por tal razão é que os artistas modernos, dentro do contexto da autenticidade, têm procurado esforçar-se por valorizar os materiais e daí arrancarem as proprie-

dades de um novo estilo. A madeira é deixada sem pintura, o granito não é lavado, o betão não é escondido, o ferro aceita-se na sua cor. Tudo isto parece exprimir, na época de sinceridade em que vivemos, a simplicidade do Cristianismo puro dos primeiros séculos, mas renovado à maneira dos nossos tempos. Além disso, quando na construção dos edifícios religiosos se aplicam os materiais da região, sem riqueza e com economia, dá-se ao povo uma obra que ele aceita; se os cristãos virem consagrados na casa de Deus o seu tijolo, o seu granito, o seu calcário ou o seu azulejo — o que todos usam nas próprias habitações — eles amarão decerto ainda mais as suas igrejas, como símbolo do que os rodeia e como continuação espiritual dos seus lares.



Igreja paroquial de Rio Maior  
(Arq. José Luís Zúquete e José Bruschy — 1966/1968)

As igrejas modernas visam principalmente um centro convergente, que se corporiza no altar; pela dedicação ritual, ele representa o próprio Cristo, que faz a unidade dos baptizados; ele é a mesa onde se desenrola o Mistério Eucarístico. Portanto, o altar aparece-nos realçado, iluminado e enriquecido, em nobreza e proporção, sem ornamentos a desfigurarem uma peça que se tem de impor por si mesma. Colocado o mais possível próximo da assembleia, envolve-o um espaço que baste para a dignidade da Liturgia. Ele, que é a razão de ser de toda a construção, tem valor por si mesmo; a própria cruz — ou o crucifixo — introduzida na Liturgia após o século XIII, ocupa um lugar secundário. Assim se retomou a consciência de que o altar precede o templo; antes de pensar neste, o homem crente construiu aquele, para oferecer à Divindade dons e sacrifícios.

Mas as igrejas modernas também consideram com devido relevo um outro aspecto importante, qual é a disposição das pessoas no espaço sagrado. Toda a assembleia, sem classes sociais — porque só há aqui uma única fraternidade social, que deriva do Corpo Místico de Cristo — quer ser «assembleia litúrgica», em especial na celebração da Eucaristia. Não se concebe hoje uma celebração cultural realizada de costas para o povo, com o altar arrumado no muro da ábside, como suporte de retábulo e de imagens ou como mesa de candelabros e de vasos de flores e de plantas.

A devoção aos Santos passou para o sítio apropriado: eles são os amigos de Deus e os nossos amigos, que nos ajudam a caminhar com Cristo; por conseguinte, na hodierna arquitectura, as suas imagens fazem parte mais do povo do que do altar, para onde o Barroco as havia levado. Maria ocupará apenas um lugar especial, porque, no plano salvador, ela tem uma missão única, como Mãe de Deus e Mãe da Igreja.

Todo o espaço sagrado deve, portanto, ajudar a que os crentes se aproximem de Deus, na simplicidade e na autenticidade. A Igreja, que sempre deu grande liberdade aos artistas, não deseja que a Arte alguma vez possa ofender a Doutrina, a Liturgia e o senso comum dos cristãos. O demasiado profano, a complicação e a falsidade são outros tantos defeitos que não se acham nos moldes dos nossos tempos. Embora funcional, a igreja contemporânea não é a fria conclusão de um mero espaço útil, porque aqueles que dela se servem têm propósitos de santificação. Se os espectadores vão a uma sala de cinema para ver e sentir cada um por si, o mesmo não se pode dizer da assembleia cristã, reunida à volta do altar: aqui há participação espiritual, donde flui a paz e o amor fraterno. A igreja actual, isenta do supérfluo, dos nichos e dos altares devocionais — que poderão construir-se numa cripta ou em espaços reservados — há-de inspirar calma, recolhimento e abrigo à gente fatigada do barulho, do movimento e do trabalho; atrairá a sua missão sublime, se fosse construída no meio da poluição sonora, dos gritos do comércio, dos sons de altifalantes ou dos cartazes de propaganda. Ao lado do coração das povoações, ela tem de ser um outro coração, onde os utentes encontrem Cristo. A Arte Contemporânea é instrumento disto mesmo, pelo seu valor expressivo e natural.

O II Concílio do Vaticano confirmou e pôs em relevo o valor intrínseco da Palavra de Deus e a necessidade da leitura e da reflexão da Bíblia Sagrada. Dentro deste espírito, surgiu a necessidade de se reservar, no templo, um lugar para a proclamação da Boa-Nova libertadora.

Nas igrejas actuais, em sítio bem visível e à frente da assembleia, coloca-se o ambão, para as leituras e para a pregação, que se fazem ouvir, se for necessário, com o auxílio de amplificação sonora. Modelado no estilo do altar, o ambão aparece-nos decorado com motivos alusivos ao Evangelho ou a Cristo — a Palavra Viva e Pessoal do Pai no meio dos homens. Afinal, restaurou-se o que já se fazia em séculos passados, como se pode observar em Roma, na basílica de S. Lourenço fora dos muros e na igreja de Santa Maria in Cosmedin.

Outro lugar que os artistas contemporâneos procuram ter em grande consideração é o baptistério, cuja solução ainda não parece evidente. Duas correntes se entrecrocaram na colocação da fonte baptismal, prove-

nientes de concepções diversas: a) — O Baptismo é o primeiro sacramento da iniciação cristã e, por isso, considera-se como a porta de ingresso na comunidade dos filhos de Deus; conseqüentemente, concluem alguns que aquela deve ser posta junto à entrada da matriz. b) — Mas, dado o seu valor único na Igreja, o rito deve desenvolver-se com a participação da assembleia; assim pensam outros que a pia baptismal ficará melhor em sítio mais apto à visão de todos.

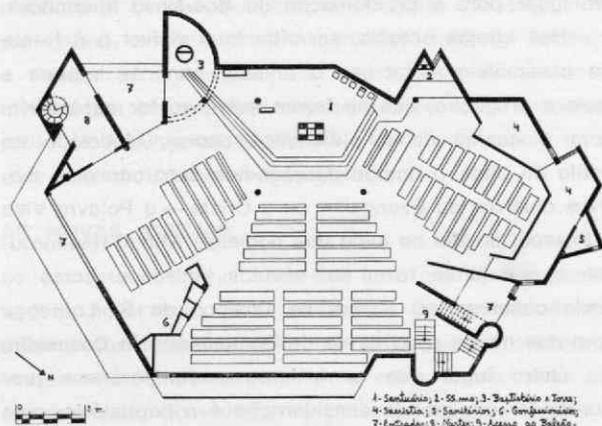
A segunda hipótese é aquela que vai sendo habitualmente seguida em adaptações de igrejas e em novas construções.

Outrossim, não é de menosprezar o lugar do Sacramento da Reconciliação, onde os sacerdotes atendem os cristãos não só em confissão auricular tradicional mas também na direcção espiritual. Tratado com essa finalidade e colocado em sítio patente, ele chama a atenção das pessoas para a constante actualização da misericórdia de Deus, que não deseja a morte do pecador mas que se converta e viva.

E, se o templo conserva o Santíssimo Sacramento para a adoração dos fiéis e para a reserva destinada aos doentes, prevê-se no seu contexto uma capela ou um espaço recolhido destinado ao sacrário, que atraia e chame sem violência. Aí deve sobressair naturalmente um ambiente de silêncio e de oração, bem propício ao crente que deseja encontrar-se com Cristo, Pão partido para a sua fome de amor, de paz e de infinito.

Não é de somenos importância o problema da iluminação das nossas igrejas, a qual não pode ser tão reduzida que impeça a visão, nem tão clara que obste ao recolhimento. Também aqui é de aplicar o velho adágio: no meio termo está a virtude.

Quanto à luz eléctrica, o seu uso só se justifica na igreja com o fim de a iluminar, mas sóbria, digna e austeramente. Todavia, um foco de luz indirecta poderá fazer realçar uma imagem, um motivo artístico ou mesmo o altar da Eucaristia.



Igreja paroquial de Calvão

(Arq. Abrunhosa de Brito e Manuel Magalhães — 1969/70)

## RESTAURO E AMPLIAÇÃO DE IGREJAS

A restauração de quaisquer monumentos ou edifícios é um problema complexo, cuja resolução tem de atender a vários factores; em consequência, se um restauro se antolha delicado, mais difícil é a sua concretização.

No caso específico das igrejas, há que encarar não só os possíveis aspectos arqueológicos ou artísticos, mas também o lado utilitário, se elas ainda estão abertas ao culto; há que ver se a sua construção obedeceu a um único estilo ou se, edificadas ao longo de séculos, manifestam vários estilos; há que considerar se foram destruídas ou mutiladas violentamente por incêndio, terramoto ou bombardeamento, ou se se foram deteriorando por natural decomposição.

Hoje em dia, já não se pensa como na época da Renascença, quando os artistas estavam convencidos de que tudo o que era medieval não tinha significado; por tal motivo, Bramante destruiu a velha basílica de S. Pedro, no Vaticano, para aí levantar a actual. Também não se pensa em fazer desaparecer edifícios, só porque recordam a tradição cristã, como aconteceu no período louco da Revolução Francesa. Pelo contrário: procura-se conservar e valorizar tudo o que os nossos antepassados nos legaram, respeitar pormenores de monumentos e até utilizar os edifícios, dando-lhes a mesma função para que foram construídos ou, se esta se tem por desnecessária, uma outra que seja útil à população. Não obstante, abandonam-se as reconstituições integrais, quando não se sabe como anteriormente eram os monumentos ou as obras de arte.

Dado o aumento demográfico verificado em certas regiões, acontece tornar-se urgente a ampliação de igrejas e capelas. Para isso, os responsáveis e os arquitectos estudam previamente se a construção aguenta o aumento, sem aberração; isto dificilmente poderá fazer-se em monumentos antigos, que veriam a sua traça adulterada ou mutilada.

Onde é possível e necessária, a ampliação será concebida decerto na mesma escala e não destruirá as proporções e o ritmo; obedecendo a um carácter de simplicidade, embora dentro de planos modernos, não tenderá à unificação do estilo, mas conservará tudo o que de bom exista no monumento.

Se são difíceis os restauros e as adaptações de igrejas, mais difíceis se tornam as ampliações; agir com prudência é a norma basilar para todos os responsáveis.

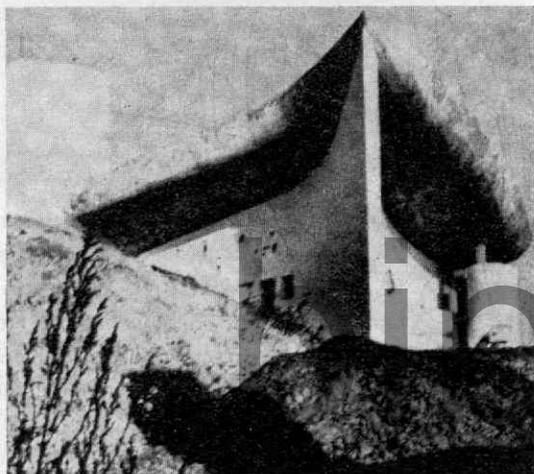
## UMA CAPELA DE VANGUARDA

No nordeste da França, na Prefeitura de Belfort e Diocese de Besançon, num sítio chamado Ronchamp, ergue-se, desde 1955, uma das obras mais célebres, revolucionárias e ousadas da arquitectura religiosa moderna.

É uma capela executada conforme o plano de Le Corbusier — um grande artista do nosso tempo que lançou o seu documento para a posteridade.

Le Corbusier foi simbólico em Ronchamp, para além do prático. Ao conceber a capela de Nossa Senhora do Alto, pensou que a devoção dos fiéis, que subissem o cimo da montanha, era mais poética e mística do que a da vida paroquial; por isso, escutou os horizontes e, ao desenhar a sua capela, quis que ela fosse um eco dos longes da paisagem circundante. Sem copiar a natureza, inspirou-se nela; foi um arquitecto do espaço.

As paredes maciças parecem obedecer a uma força invisível, que as faz inclinarem-se e enrolarem-se como papel; e o telhado saliente sugere a aba de um enorme chapéu, ou uma fortaleza, ou o fundo de um navio rachado no sentido do comprimento pelo contraforte aguçado de que está suspenso.



Capela de Nossa Senhora do Alto, em Ronchamp, França  
(Le Corbusier — 1950/55)

Convidado a criar um santuário num cume de montanha, Le Corbusier quis, além disso, evocar o impreciso passado pré-histórico e colocar a sua obra numa linha de sucessão directa dos velhos templos. Daí, evitou toda a correlação entre o exterior e o interior: as portas, que estão escondidas, procuram-se como fendas, no flanco da montanha, e transpô-las é quase penetrar numa caverna secreta e sagrada; só no interior nos apercebemos do aspecto especificamente cristão de Ronchamp. A luz filtrada por janelas de vitrais tão pequenas que de fora pouco mais parecem do que rasgões ou buracos rectangulares, volta a ser o que foi na arquitectura medieval: o reflexo visível da luz divina.

Em Ronchamp há autêntica religiosidade; mas também vagueia uma qualidade estranhamente inquietante, uma nostalgia pelas certezas de uma Fé que já não é aceite sem discussão. Ronchamp reflecte a condição espiritual do homem moderno — o que é bem a medida da sua grandeza como obra de Arte.

De plano irregular e sem fachada definida, a capela de Nossa Senhora do Alto compõe-se de uma única nave, que desce interiormente para o altar, e de um alpendre, com lugar de culto ao ar livre, para as grandes multidões. Ao procurar entendê-la — e para isso tem que a amar — o visitante concluirá ser o Cristianismo capaz, também no nosso tempo, de inspirar os génios da Arte, que continuam livres na obediência ao Sagrado. Além disso, Le Corbusier poderá dizer ao arquitecto moderno que se enquadre no espiritual com verdade e simplicidade, sem deixar de respeitar o urbanismo geográfico e social, de ouvir a melhor tradição e de atingir o «símbolo». O arquitecto moderno, ao pretender ser mensageiro e apóstolo de valores cristãos, procurará certamente que as suas criações sejam sacramentais, testemunhando aos homens e à natureza a presença actuante de Deus Criador e Salvador. É que há muita gente que espera encontrar no interior dos nossos templos oásis de paz e silêncio, senão poderosos auxílios em ordem à concretização da verdade perante o erro, do amor perante o ódio, da segurança perante a incerteza; e estas esperanças não podem ser frustradas por aberrações que não são manifestações de Arte.

Na sequência deste pensamento, vem a propósito citar o último Concílio Ecuménico, quando afirma: — «Deve trabalhar-se por que os artistas se sintam compreendidos, na sua actividade, pela Igreja e que, gozando de uma conveniente liberdade, tenham mais facilidade de contactos com a comunidade cristã. A Igreja deve também reconhecer as novas formas artísticas que, segundo o génio próprio das várias nações e regiões, se adaptam às exigências dos nossos contemporâneos. Sejam admitidos nos templos quando, com linguagem conveniente e conforme às normas litúrgicas, levantam o espírito para Deus». (14)

Não falecem já em Portugal certos edifícios sacros, espalhados pelo País, que obedecem a estas preocupações de verdade e singeleza. As matrizes de Arroios, de Paço d'Arcos e do Coração de Jesus em Lisboa, a paroquial de Rio Maior, as igrejas dos Padres Dominicanos em Fátima e da Sociedade Missionária Portuguesa em Valadares, os templos do Carvalhido, de Cedofeita e da Boavista no Porto, as novas igrejas de Negrelos em Santo Tirso e de S. Lázaro em Braga, e a cripta do Sameiro... são meros exemplos de uma Arte Religiosa dos nossos dias, neste final do século XX.

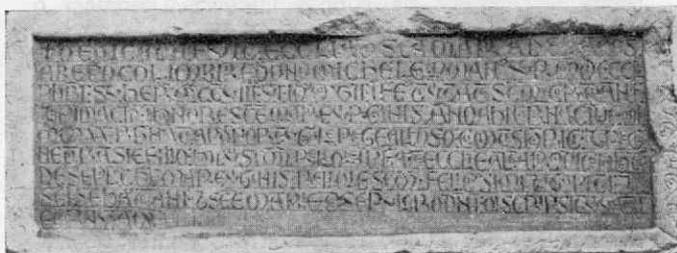
#### UM RELANCE POR AVEIRO

Num rápido e simples bosquejo pelo território da Diocese de Aveiro, sem a preocupação de ser completo e muito menos exaustivo, indicar-se-ão uns tantos exemplares da arquitectura religiosa.

Sabemos que muitas das nossas terras já se encontram nomeadas em documentos anteriores à própria fundação da Nacionalidade Portuguesa; há por exemplo, uma alusão à presença cristã na zona do Antuã em 569, quando Teodomiro, rei dos Suevos, mandou reunir um Concílio em Lugo. Teria por aí existido algum templo visigótico?

Muito posteriores são as referências a outras povoações: 883 — São Lourenço do Bairro; 959 — Aveiro, Alquerubim e Sangalhos; 961 — Arcos; século X — Aguada de Baixo, Barrô e S. Cucufate da Moita; século XI — Anadia, Águeda, Cacia, Eixo, Mamarrosa, Monsarros, Soza, Tamengos e Vilarinho do Bairro; século XII — Albergaria-a-Velha, Avelãs de Caminho e Avelãs de Cima. Também se pode concluir pela existência de mosteiros moçárabes: 922 — nas margens do rio Antuã, talvez Santa Marinha de Avanca; 957 — Lamas do Vouga; 964 — Santo André de Sever do Vouga; 1002 — Rocas do Vouga; 1050 — Cedrim do Vouga; 1095 — Eixo.

Contudo, não nos chegou qualquer edifício cristão nas formas do Românico; apenas se conhece uma única imagem da Virgem Maria, esculpida nesse estilo, que, tendo estado na igreja de Soza, foi retirada do culto e substituída por uma outra em traços góticos, da primeira metade do século XV. Decerto que o primitivo templo que abrigou aquela imagem, mandada executar pelos Congregados de Santa Maria de Rocamadour, aí presentes desde 1192, seria de construção românica, como românicas teriam sido outras igrejas de vetustos povoados, erguidas após a Reconquista Cristã, mas sacrificadas mais tarde para darem lugar a novos e mais espaçosos edifícios. (15)



Lápide de Lamas do Vouga — Vestígios da Igreja de 1170 (Era Cristã)

Como prova desta asserção, em igrejas actuais ainda se conservam diversas lápides, referentes à fundação ou dedicação de templos antigos. Vejamos: — Uma inscrição lítica em Lamas do Vouga informa a dedicação de uma igreja no ano de 1170; (16) uma outra, na matriz de Avelãs de Cima, atesta o ano de 1173; ainda outra, existente em São Lourenço do Bairro, fala da igreja medieval fundada em 1181; mais outra, esta em São João de Loure, indica a dedicação de uma igreja em 1186; e, na paróquia da Moita, documenta-se a reconstrução do templo

em 1195. Já posterior — de 1253 — é a lápide comemorativa da dedicação de uma igreja em Sant'ago de Beduído (Estarreja), embora se saiba ter aí existido um centro de culto nos fins do século X ou princípios do seguinte.

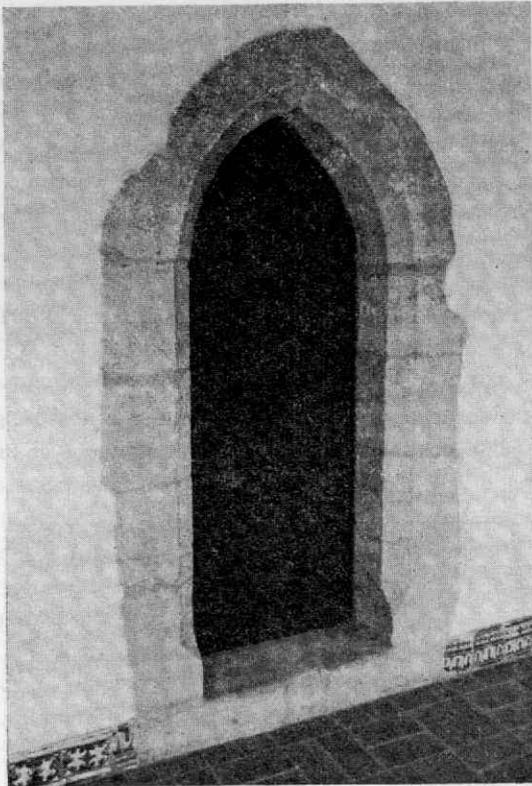
Diz-se também que a vetusta igreja de S. Miguel, que altaneira se erguia em Aveiro, remontava ao século XI, talvez ao tempo do Conde D. Sisnando, senhor de Coimbra e das terras entre o Douro e as fronteiras com os Mouros ao sul do Mondego, por doação feita em 1086 por D. Fernando, rei de Leão. Foi demolida em 1835, após o desfecho das guerras liberais, não fosse o nome do celeste Arcanjo lembrar constantemente, no meio da Urbe, o do Rei proscrito. Restam dela algumas relíquias de reconstrução renascentista, guardadas no Museu de Aveiro.

Um outro santuário antigo, nesta zona, é a capela de Nossa Senhora de Vagos — ou, como diziam os medievos, Santa Maria de Vagos — que, no meio de um vasto ermo campestre, é procurada por devotos e peregrinos.

Segundo a tradição, antes do edifício existente, houve outro, afastado do sítio actual. Afirma-se mesmo que esta primeira ermida datava do século XII ou do início do seguinte. Foi entregue por el-Rei D. Sancho I ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó, mediante documento de doação de 18 de Agosto de 1200 (1238, da Era de César). Mais tarde, o mesmo Soberano doou-lhe o Couto de S. Romão. Embora de Grijó, cujos monges tratavam do templo e do culto, a ermida continuaria a ser lembrada pelos nossos Reis, em agradecimento de favores recebidos por intercessão da Mãe de Deus. D. Afonso II legou-lhe, em testamento de 1221, cem morabitinos, para a compra de uma propriedade. Mais tarde, D. Manuel I, em carta de 22 de Fevereiro de 1505, autorizou Gonçalo Gil, prior da ermida, a doar-lhe umas marinhas de sal que de novo fizera.

A actual capela é de aspecto corrente; há por lá vestígios de construção anterior, como as cruzes da sagração, o arco de volta perfeita na entrada principal, a pia de água benta junto à porta travessa — tudo dos meados do século XVI. O brasão terá feito parte do epitáfio de Estêvão Coelho, que, depois de devotamente por aí viver, morreu em 1515 e lá teve sepultura. A imagem da Padroeira também parece datar do mesmo século XVI.

Ao Gótico das Ordens Mendicantes obedeceram as traças iniciais do Convento de Nossa Senhora da Misericórdia dos Padres Dominicanos, então à ilharga de Aveiro, e do vizinho Mosteiro de Jesus — aquele principiado em 1423 e este em 1458. A demonstrar a veracidade desta afirmação temos os restos preciosos de paredes dos primitivos edifícios, tanto na velha igreja daquele Convento (actual sé episcopal) como no Museu



Um testemunho da Arte Gótica, em Aveiro  
No Mosteiro de Jesus, hoje Museu de Aveiro — Séc. XV)

de Aveiro; o campanário, os arcos em ogiva e as pedras sigladas marcam o nascimento quatrocentista de ambos. Também em Aveiro existiu uma capela gótica, dedicada a Santa Catarina, Virgem e Mártir; desapareceu da nossa paisagem em 1835, demolida com a igreja de S. Miguel.

Efectivamente, não possuímos edifícios em estilo ogival; mas ele ficou bem documentado nas muitas dezenas de imagens, ainda hoje ao culto em pequenas ermidas, em capelas e em igrejas, ciosamente guardadas e acarinhadas pelas populações. Feitas em calcário, mais ou menos artisticamente, atribuem-se aos séculos XIV e XV e princípios do XVI. Da mesma época são as pias baptismais de Águeda, de Avelãs de Caminho e de Vila Nova de Monsarros, uma pia de água benta em Sangalhos, o túmulo dos Borges na matriz da Moita e uma rosácea na capela do Brunhido, na freguesia de Valongo do Vouga.

Registo especial se reserva agora à escultura gótica da Virgem sentada com o Menino, que é a Titular da capela de Nossa Senhora dos Banhos, na freguesia de Vilarinho do Bairro. A sua existência nesta ermida indica que, antes do actual edifício, outro ou outros existiram.

O modesto e vulgar santuário encontra-se implantado na parte baixa da aldeia; o seu verdadeiro interesse não é o artístico, mas o religioso e o etnográfico. Há sob o altar um pequeno poço rectangular, ao qual se desce por uma escadita; era a fonte inicial donde se tirava água

para as pessoas beberem, se banharem e levarem para casa. Tal água, fria, vem sendo procurada, desde tempos recuados, pelas suas qualidades minero-medicinais. Por isso, na capela se encontram muitos ex-votos e até lápides de reconhecimento.



Cruzeiro Gótico-Manuelino, em Aveiro  
(Sécs. XV-XVI)

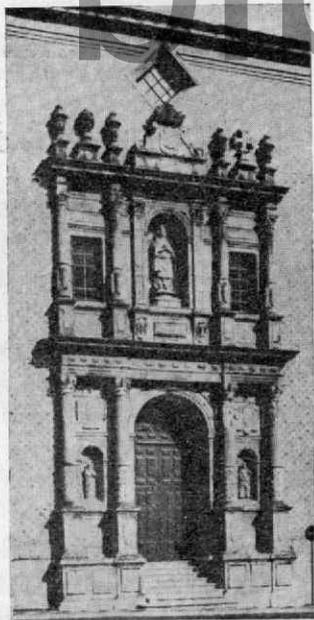
Do Gótico arcaizante é a imagem de Cristo, no cruzeiro de S. Domingos, em Aveiro; mas já é do Manuelino a cruz, com seus remates em flor de lis, com seus cairéis a rebordar e com seus arcos conopieais a abrigar os relevos da Paixão do Senhor. Do Manuelino são algumas portas no velho Mosteiro de Jesus e ainda o arco interior na capela de Santa Maria de Sá, também em Aveiro, que atestam construções ou reconstruções; pertencem-lhe outrossim as pias baptismais das matrizes de Sangalhos e de Valongo do Vouga, e a da capela da Moita, na freguesia de Oliveirinha.

A Arte da Renascença e do Maneirismo firmou-se nas nossas terras em muitas obras religiosas. A matriz de Sever do Vouga sofreu uma reforma no século XVI, de cunho renascentista. Em Aveiro, no ano de 1554, levantou-se o cruzeiro de Sá, com templete; na igreja dos Padres Dominicanos (hoje, sé) construíram-se as capelas devocionais à nossa direita, todas com as datas de 1559 e 1560; e ergueram-se os retábulos da Visitação e da Misericórdia e fez-se a deposição de Cristo e o sepulcro de D. Catarina de Ataíde — todos da escola coimbrã. Um

pouco posteriormente, em 1562, ergueu-se a capela de A-dos-Ferreiros, na paróquia do Préstimo, e, em 1568, construiu-se a pequena capela de S. Bartolomeu, na freguesia da Vera-Cruz (Aveiro).

Do mesmo ciclo mondeganho são os túmulos da igreja de Trofa do Vouga, a deposição de Cristo e o retábulo do Sacramento em Águeda, o nicho de Nossa Senhora da Graça em Eixo, os arcos-cruzeiros da capela de Assequins, em Águeda, e das paróquias de Travassô e de Frossos, os retábulos da capela de S. João de Anadia, em Sangalhos, dos Santos Físicos de Aguilim e da capela da Mata, em Tamengos, e a pia baptismal de Frossos. Enquadraram-se no mesmo estilo alguns restos existentes na capela de S. Silvestre, em São João de Loure, e nas matrizes de Aguada de Baixo, da Moita e de Tamengos. Obedecem-lhe também muitas imagens e outros artificios, que, apesar das reconstruções seguintes, chegaram até aos nossos dias. À época final e tardia da Renascença pertencem os arcos que foram das capelas laterais na igreja de Águeda, o retábulo da Visitação na paróquia de Esgueira e muitos dos nossos cruzeiros, com templete, que fazem parte da riqueza artística e histórica de várias das nossas freguesias.

Em 1600, procedeu-se ao arranjo da capela do Beco, em Macinhata do Vouga, e iniciou-se a construção da igreja da Misericórdia, em Aveiro — o templo mais sólido que a cidade possui, obedecendo talvez ao debuxo do



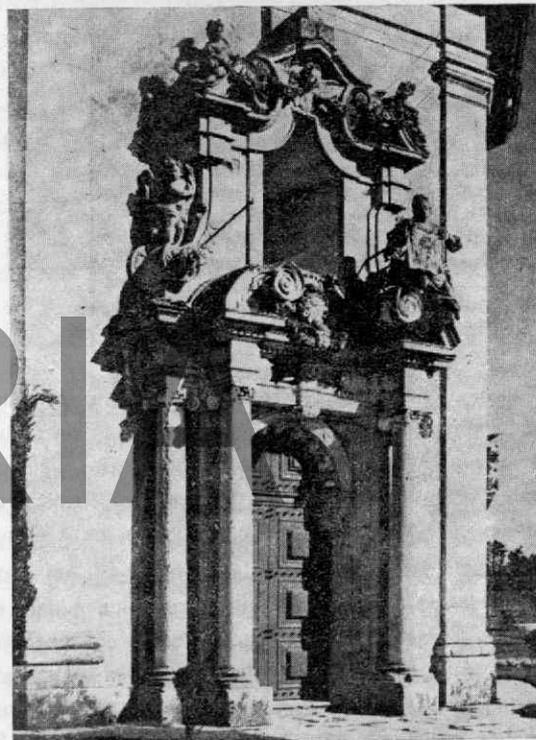
Pórtico da Igreja da Misericórdia em Aveiro — (Séc. XVII)

italiano Filipe Terzi, o edifício, essencialmente renascentista, marca a transição para o Maneirismo. Deste período é, outrossim, a reforma do claustro do Mosteiro de Jesus, os conventos do Carmo em Aveiro e no

Buçaco e o pórtico principal de Sant'Iago de Beduído (Estarreja).

Neste momento, não se esquecem as capelas circulares de Nossa Senhora das Neves, em Avelãs de Cima (hoje sacristia de um templo do final do século XVII), de S. Simão, no Bunheiro (1600), de S. Sebastião, em Vagos (1614), e do Espírito Santo ou de Santo António, também em Vagos. Desta centúria ainda provêm as capelas de Nossa Senhora das Lezírias, em São Lourenço do Bairro, e de Nossa Senhora das Neves, em Vila Nova de Mansarros.

Da época barroca é a maior parte das nossas igrejas, edificadas numa altura em que Portugal se enri-



Portal da capela do Senhor das Barrocas, em Aveiro (Séc. XVIII)

quecera, mercê do ouro vindo das minas brasileiras. Todavia, são características as capelas poligonais da Madre de Deus (século XVII), dos Santos Mártires (1670), de S. Gonçalinho (1714) e do Senhor das Barrocas (1722) — todas na Cidade de Aveiro — a que se acrescentam a de Nossa Senhora das Areias, em São Jacinto, ainda do século XVII, e a das Almas da Areosa, em Aguada de Cima, já tardia de 1769.

Espécime singular do Rococó é, na Vista Alegre, a formosíssima capela de Nossa Senhora da Penha de França, onde jaz o movimentado e magnífico túmulo do Bispo de Miranda do Douro, D. Manuel de Moura Manuel, obra executada por Cláudio Laprade (final do século XVII).



**Estátua tumular de D. Manuel de Moura Manuel  
na capela da Vista Alegre, ílhavo  
(Final do séc. XVII)**

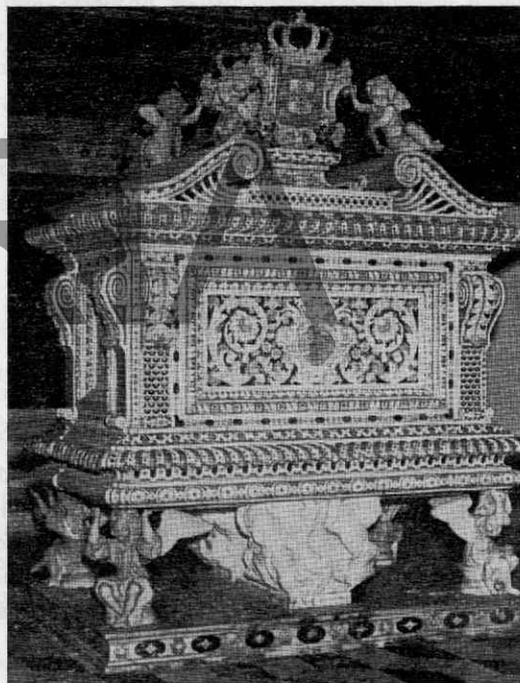
Não são menos notáveis, neste templo, com proporções de igreja, outros mimos artísticos em que o Prelado se esmerou, sem olhar a despesas. O retábulo maior em mármore policromos e mais dois em madeira dourada exemplificam bem o Barroco pedrino; a *Árvore de Jessé* e a *Assunção da Virgem* decoram as abóbadas, respectivamente, do corpo e da capela-mor. Interessa ainda salientar os azulejos figurativos que revestem por inteiro as paredes da nave, onde ressalta a intensidade da pintura azul e o encanto das cenas representadas; atribuem-se a Gabriel del Barco, de naturalidade espanhola mas com residência em Lisboa.

Ao falar de azulejaria, lembram-se os belos conjuntos de algumas igrejas: os do interior da *Misericórdia*, em Aveiro, os de *Esgueira*, os de *Águeda* e alguns de tipo tapete na sé — todos do século XVII e de fabrico lisbonense. Não só. Um acompanhamento azulejar, de fabrico coimbrão e com data de 1737, completa o adorno da igreja das *Carmelitas*, em Aveiro, onde predomina a talha dourada. A parte inferior das paredes da igreja de Jesus, também nesta Cidade, foi coberta por azulejo, provavelmente de fabrico coimbrão, à volta do ano de 1740. Ainda em Aveiro, a igreja de *Santo António* ostenta grandes painéis de azulejos de Coimbra, pintados a azul, que provêm dos finais da primeira metade do século XVIII. Da mesma ocasião e do mesmo fabrico são os da igreja de *S. Francisco*, anexa à anterior. A capela-mor da igreja de *Arcos* foi embelezada em 1741 e 1747 por quatro painéis parietais, onde se exprimem cenas alusivas ao Sacramento da Eucaristia. Ao concheado rococó obedecem os azulejos da nave da sé de Aveiro, que demonstram pertencer ao ciclo da fabricação coimbrã de Sousa Carvalho, ou seja, da época próxima de 1790.

A maioria dos nossos templos foi enriquecida com altares, tribunas, retábulos e mesmo apainelamentos de talha de madeira dourada, nas suas diversas e sucessivas manifestações: inicial, esplendorosa e concheada. Em Aveiro são conjuntos únicos no género os das referidas igrejas de Jesus e das *Carmelitas*; e, se alargarmos a

vista, encontraremos jóias artísticas em numerosas igrejas, como nas de *Águeda*, *Albergaria-a-Velha*, *Arcos*, *Barrô*, *Branca*, *Murtosa*, *Oiã*, *Oliveira do Bairro*, *Sangalhos*, *São João de Loure*, *Talhadas* e *Vera-Cruz*.

É justa uma especial alusão ao túmulo da Princesa Santa Joana, executado em 1698-1709, segundo o projecto de João Antunes, arquitecto da Casa Real. No antigo coro de baixo do Mosteiro de Jesus, ricamente guarnecido de talhas e mármore, está este sepulcro, todo em mármore policromos, embutidos com suma delicadeza e perfeição — exemplar equilibrado, sóbrio e digno do Barroco nacional, que Aveiro se orgulha de possuir. Magistralmente concebido e minuciosamente acabado, o sarcófago representa um tão aturado trabalho de reunião de milhares de minúsculas pedrinhas que, se não fossem as diferenças de colorido, levar-nos-ia à ilusão de se tratar de uma peça única. Consta de uma arca rectangular, assente sobre um bloco de mármore de Carrara, onde se esculpiu uma fénix, mas parece sustentada por quatro querubins que, de braços erguidos, se vêem nos



**Túmulo de Santa Joana Princesa, em Aveiro  
(Mosteiro de Jesus, actual Museu — Séc. XVIII, início)**

cantos. Outros anjos ostentam, sobre a arca, o escudo português, encimado pela coroa real, entre volutas. Pode afirmar-se que, no género de embrechado, é um dos mais belos monumentos fúnebres do mundo.

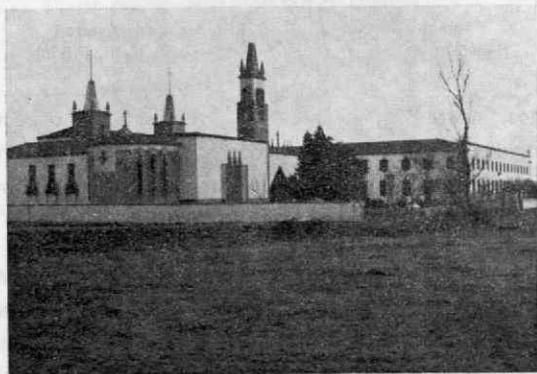
Não tiveram grande relevo e carácter, entre nós, obras de finalidade religiosa, relativas ao período neoclássico. De 1863 é o pórtico da capela de *Nossa Senhora dos Navegantes*, no Forte da Barra, que poderá considerar-se um exemplar do Neomanuelino; também os retá-

bulos de altar da igreja de Fonte de Angeão, apesar de executados em 1950, obedecem à Neorenascença e ao Neomanuelino.

Talvez não seja descabida aqui uma nota sobre o santuário de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha, construído em 1856-1857. Não tem qualquer valor arquitectónico; a sua importância advém-lhe — isso sim — do motivo da sua edificação e do lugar que ocupa na piedade dos católicos da vila e da região. Situado na colina do Bico do Monte, denominada «Pedra de Águia» em 1117, no tempo em que a Rainha D. Teresa concedeu a carta do Couto de Osselo para se instituir uma albergaria, o modesto e pequeno templo deve a sua construção a um voto feito pelo povo de Albergaria-a-Velha em Outubro de 1855, aquando da terrível epidemia do cólera-morbus. E, desde então, a capela tem sido meta de peregrinações, de concentrações e de preces comunitárias e individuais.

Contemporânea da Chamada «Arte Nova» — a que pertencem numerosos pormenores de fachadas, interessantes pinturas em azulejo, belos relevos em pedra, elegantes gradeamentos de varandas em ferro-forjado e graciosos tectos em estuque — é a cúpula que abriga o altar da Eucaristia, na catedral de Aveiro. Executada na última década do século XIX para o camarim do Senhor dos Passos, que se destruiu em 1974 a fim de se proceder à ampliação da igreja, a referida cúpula, em gesso, foi aqui refeita, peça por peça, no ano imediato; além de outros, há nela símbolos da paixão de Cristo.

Entretanto, a Diocese de Aveiro, que havia sido instituída em 1774 e extinta em 1882, fora restaurada em 1938. D. João Evangelista de Lima Vidal, colocado à frente dos seus destinos religiosos — primeiro como Administrador Apostólico e logo depois como Arcebispo-Bispo — pensou imediatamente na edificação de um imóvel para instalar o Seminário Episcopal; o projecto acabou por ser entregue aos arquitectos portuenses Cunha Leão,



Um aspecto do Seminário Diocesano de Aveiro (1942)

Morais Soares e Fortunato Cabral (ARS — Arquitectos), que apresentaram o estudo preliminar em 1942.

A ideia que normalmente se tem de um seminário, como de um mosteiro, é a de casa fechada, quase triste habitação de quem nunca teve ou perdeu a alegria de viver, ou para lá foi mandado contra a própria vontade. Em Aveiro, os responsáveis do Seminário procuraram criar um ambiente atractivo, cheio de luz, de carinho e de alegria. Por isso, a capela, o refeitório, os quartos, as salas e outras divisões abrem-se em amplas rosáceas e janelas. Toda a construção, funcional, séria e acolhedora, inspira simplicidade e leveza. Usando os materiais cerâmicos da zona, o Seminário enquadra-se perfeitamente no panorama da região, como produto do nosso trabalho e resultado do nosso esforço; também por tal motivo ele é amado pelos diocesanos de Aveiro.

Dado o aumento demográfico das nossas freguesias por um lado, por outro o estado envelhecido ou ruinoso de algumas igrejas, e, ainda por outro, as exigências da renovação litúrgica e pastoral do II Concílio do Vaticano, nasceu por toda a parte um movimento quase generalizado em ordem à ampliação, remodelação e adaptação dos antigos templos, senão mesmo à construção de novos, dotados de espaço mais largo.

Anterior a este período é o início da edificação das igrejas paroquiais de São Bernardo (1956-1966), da Palhaça (1957-1964), de Bustos (1959-1964) e da Ribeira de Fráguas (1959-1971; <sup>(17)</sup>) todas elas, apanhadas pela renovação conciliar na fase das obras, assinalam a tentativa de adaptação da planta rectangular numa solução que desejou pôr o altar junto da assembleia. Não obstante, a fonte baptismal permaneceu perto da entrada principal e o sacrário ocupou a presidência.

As ideias atrás expostas, em consonância com a presente actualização litúrgica e com a respectiva resposta da parte dos artistas, estiveram subjacentes na elaboração dos projectos das novas igrejas paroquiais de Santo António (1966-1971), Paradela do Vouga (1968-1973), Gafanha do Carmo (1968-1974), Calvão (1969-1974), Ponte de Vagos (1971), Gafanha da Boa-Hora (1971-...) e Santo André (1979-...) <sup>(18)</sup> O mesmo se tem procurado executar nas remodelações e ampliações de antigos templos, como aconteceu na Gafanha da Nazaré, Vera Cruz, Canelas, Ancas, Beduído, Nariz, Cedrim do Vouga, Couto de Esteves, Vagos, Ílhavo, Silva Escura e Barrô.

Todas estas preocupações pela modernização das casas de oração obedeceram a uma concepção da Igreja, como família de Deus; na ordem plástica, elas são a concretização do próprio Mistério da Igreja. É que o templo destina-se, outrossim, a ser um «sacramento», isto é, um sinal visível de realidades invisíveis, um indicativo da presença de Deus no meio dos homens. Também os arquitectos, falando a linguagem da cate-

quese, são responsáveis pela genuinidade da fé daqueles que visitam ou frequentam as obras saídas do seu talento e do seu amor.

### ALGUNS EXEMPLOS

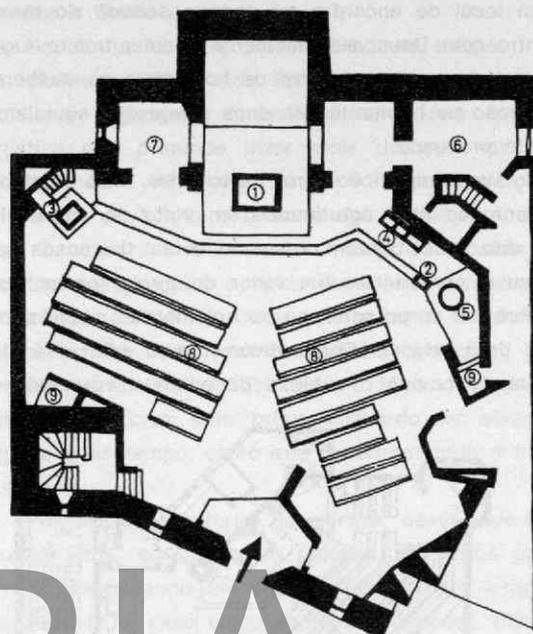
Para não tornar demasiado longo este já longo apanhado — e só por isso — reservamos os últimos períodos apenas a alguns edifícios religiosos, novos ou remodelados, cujas linhas nos parecem coincidentes com as actuais e felizes exigências da Liturgia e da Pastoral e com os anseios da Arte Moderna. Neles, pela linguagem da concepção do espaço e pelo desenho e disposição das diversas peças sagradas, os projectistas têm deixado não apenas a expressão do seu saber, mas ainda o testemunho do seu amor. Além disso, como não há-de sentir-se ditoso o arquitecto da época do cimento armado, ao ser-lhe dada a facilidade técnica de vencer grandes espaços e de construir templos mais ajustados à teologia da Igreja?

É de notar que em todas estas obras, dentro das possibilidades, também se vai dando importância aos locais para a catequese das crianças e para a formação dos jovens e dos adultos; assim se responde às recomendações do Papa João Paulo II, na sua Exortação Apostólica «Catechesi Tradendae», quando fala da prioridade do ensino cristão nos planos pastorais: — «A Igreja é convidada a consagrar à catequese os seus melhores recursos de pessoal e de energias, sem poupar esforços, trabalhos e meios materiais, a fim de a organizar melhor e de formar para a mesma pessoas qualificadas». (19) E, mais adiante, lembra ainda o mesmo Pontífice: — «Todas as paróquias têm o dever de proverem ao que é necessário para uma catequese considerada em todos os seus aspectos, de multiplicarem e adaptarem os locais de catequese, na medida em que isso for possível e útil, e de vigiarem pela qualidade da formação religiosa e pela integração dos diversos grupos no corpo eclesial». (20)

No campo das remodelações com ampliação, pode destacar-se o que se fez na igreja de Santa Maria de Sever do Vouga, em 1966-1967, obedecendo ao estudo feito pelos arquitectos portuenses Abrunhosa de Brito e Manuel Magalhães. O templo era um edifício acanhado e escuro, de três naves separadas por grossas e inestéticas colunas.

Desde logo se resolveu conservar todos os elementos de interesse arqueológico e artístico, poupando-os escrupulosamente e conferindo-lhes um lugar no espaço remodelado; ao mesmo tempo, tornava-se imperioso modificar, mais ou menos profundamente, tudo aquilo que prejudicasse as modernas exigências da acção litúrgica e pastoral.

Dentro destes parâmetros, destruiu-se a estrutura interior das três naves e criou-se uma nova estrutura para uma única tão ampla quanto possível, com boa visibilidade e sem obstáculos à participação; além disso, construiu-se um balcão para aumentar ainda mais a capacidade e deu-se ao presbitério a largueza indispensável sem mobilizar a zona dos fiéis.



Igreja paroquial de Sever do Vouga  
(Remodelação e ampliação em 1966/67)

O altar foi trazido para a boca da antiga capela-mor, a fim de ser facilitada a celebração face ao povo; no ambão utilizou-se uma boa peça de talha de madeira; a fonte baptismal foi condignamente implantada de modo a ser facilmente lembrada e venerada; o lugar da Reconciliação colocou-se próximo do lugar do Baptismo, porque ambos os sacramentos são sinais de renúncia ao pecado.

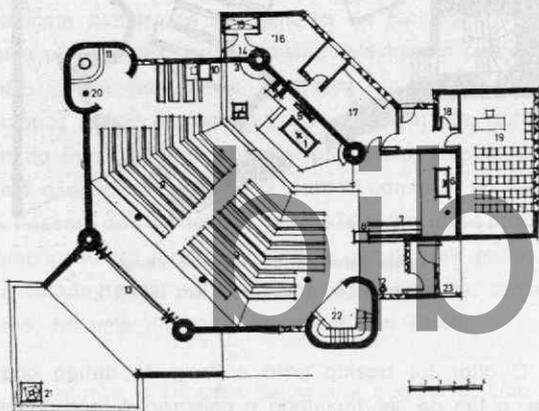
Exteriormente, poupou-se a torre sineira e a fachada; esta, porém, encontrando-se em mau estado, depois de apeada, reconstruiu-se fazendo-a rodar sobre a pilastra comum da torre. Com isto, mais se desenvolveu a área interna.

Dentro, realçaram-se as três capelas abobadadas — numa das quais se conserva o Santíssimo Sacramento — e aproveitou-se o grande púlpito, que é uma das peças tidas em maior consideração. A imagem da Padroeira, junto à porta principal, parece receber maternalmente todos os que vão abrigar-se sob aquele tecto, no meio daquelas paredes em que se mostra a Verdade no betão à vista e no tijolo maciço, para reflectirem na Palavra de Deus e para comungarem a Cristo na totalidade do seu amor.

A Igreja de Sever do Vouga é um exemplo de como se pode ajustar o moderno ao antigo.

Em 1967-1968 edificou-se, no concelho de Aveiro, a igreja matriz de Nossa Senhora de Fátima, para servir de centro de culto a uma paróquia eclesiástica, instituída uns anos antes; desenhou o plano o Arq. Luís Cunha, do Porto. A ideia-base que presidiu ao trabalho foi a criação de um local de encontro em todo o sentido do termo: encontro com Deus, evidentemente e em primeiro lugar, mas também encontro entre os homens e as mulheres, neste caso os habitantes de duas povoações equidistantemente próximas.

Na sua composição geral, os volumes, mais ou menos fragmentados mas aglutinados em volta de um núcleo mais alto, não diferem essencialmente de casas que venham a construir-se em redor da igreja; assim, esta não será um corpo estranho ao aglomerado a que certamente dará origem. Construtivamente, o edifício é simples, tendo havido o cuidado de evitar a variedade de



Igreja paroquial de Nossa Senhora de Fátima — Aveiro  
(1967/68)

materiais; daqui resultaram valores de pureza e de dignidade, que tão importantes são para traduzirem alguns dos aspectos mais característicos da Igreja do nosso tempo.

Quem olha de fora tão singular construção, toda em tijolo maciço à vista e em betão sem revestimento, não vê nela senão uma obra a parecer incompleta, com torres truncadas. Foi exactamente o que se pretendeu; dessa forma, ela causa uma séria interpelação ao viajante da vizinha estrada e dir-lhe-á que a Igreja, presente embora no mundo, jamais aqui alcançará a perfeição. Só na parusia, para lá dos tempos e dos séculos, é que a comunidade dos redimidos completamente se realiza no amor.

Mais ainda: o projectista quis tirar-lhe o aspecto exterior de templo para afirmar que só quem entra e está na Igreja é que conhece algo da sua vida e do seu mistério; há que ultrapassar os umbrais para encontrar o símbolo do Baptismo, a mesa da Eucaristia, o

sacrário da Reserva e a imagem do Crucificado. A própria verdade do tijolo e a fortaleza do cimento são outros sinais da Verdade e da Fortaleza de Deus. No interior, houve uma geral preocupação de organizar os espaços de modo a permitir uma acção litúrgica correcta: unidade da assembleia, disposição desta em relação ao santuário, colocação deste em franca comunicação com aquela, apesar de definido por nível desigual do pavimento, luz intensificada e movimento ascensional do tecto. Previu-se ainda a articulação de outros elementos menos ligados a uma acção litúrgica comunitária, mas muito importantes na vida da Igreja, como a capela do Sacramento e o baptistério.

Se isto não bastasse, o próprio crucifixo, idealizado e construído por Luís Cunha, foi feito de pequenas placas de espelho, onde o visitante ou o cristão se podem ver reflectidos. A mensagem mostra-se evidente: o homem só é grande, num prisma de fé, quando se projecta em Cristo e procura que a sua vida se adapte e se confunda com a d'Ele.

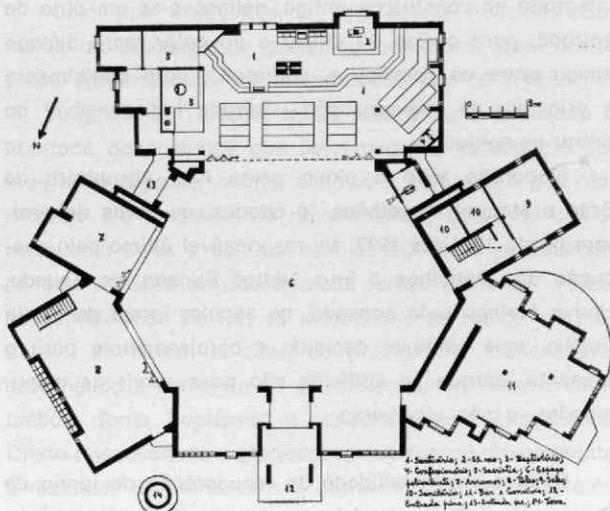
Em Soza, entre os anos de 1971 e de 1973, efectuaram-se profundas obras na igreja paroquial, segundo o projecto e a orientação da arquitecta aveirense D. Maria Adozinda Gamelas de Albuquerque.

O edifício, dos finais do século XVII, encontrava-se em mau estado e era incómodo e pequeno para a freguesia. Desde logo, portanto, mereceu uma dupla atenção: o restauro e a remodelação interior e exterior, e o aumento da área, lançando-se-lhe um transepto mas respeitando-se-lhe a estética. Com a execução de tal plano, conseguiu dar-se-lhe uma maior capacidade, necessária para as habituais celebrações comunitárias da Liturgia.

Simultaneamente, colocou-se para cá do arco-cruzeiro o altar da Eucaristia, o qual foi assente sobre uma bela e artística pedra que era o suporte do púlpito. À frente dos fiéis ficou também a pia baptismal; as paredes forraram-se a azulejo; as peças de interesse foram valorizadas; e voltou ao culto a imagem gótica quatrocentista de Santa Maria de Rocamador.

Numa paróquia dos subúrbios de Aveiro, de criação recente, foi dedicada ao serviço religioso, em 1976, a nova igreja de Santa Joana, cuja construção, delineada pelo já mencionado Arq. Luís Cunha, teve início em 1972. Ela constitui como que o monumento comemorativo do quinto centenário da chegada da Santa Princesa à então Vila de Aveiro.

Ao traçar o projecto, o seu responsável atendeu sobretudo a dois princípios bem actuais: — a) o relevo dado à celebração da Eucaristia, que o levou a realçar o altar e outros elementos com ele directamente relacionados, sem colunas que afectassem a visibilidade e sem elementos decorativos que diminuíssem a importância



Igreja paroquial de Santa Joana — Aveiro  
(1972/76)

dos ritos litúrgicos; b) a ênfase posta no sentido comunitário desses mesmos actos, que fez com que criasse condições de igualdade para os fiéis, dotando a nave de uma forma não muito distanciada da que espontaneamente toma uma multidão, quando é fortemente solicitada por um interesse que atinge por igual todos os seus membros.

Todavia, a conveniência das comunidades cristãs não se pode circunscrever à exclusiva participação na Liturgia; muitas outras actividades, tais como conferências, cursos, espectáculos ou simples convívios em tempo de lazer... contribuem para que os laços de amizade se reforcem e consolidem. Para isso, também aqui se previram lugares apropriados.

Mais coisas se poderiam enumerar, como a nudez ornamental que se identifica com o sentido de pobreza, ou a escassez de imagens que estimula a uma devoção esclarecida; mas seria impertinência entrar em minúcias de pormenor.

Em concreto, surgiu um complexo com: — um sector estritamente reservado à acção litúrgica, onde está o altar, o sacrário, a pia baptismal, a pintura da Padroeira e a imagem da Virgem Maria; um sector polivalente, também destinado a sessões de cultura, de formação e de recreio; um sector de salas para catequese, biblioteca, etc.; e um sector de convívio, com bar e sala de estar. Todos estes espaços estão directa ou indirectamente em conexão com o espaço central e podem ser isolados, por meio de divisórias de correr.

A igreja de Santa Joana é, de facto, uma construção pouco vulgar, onde os volumes se desenvolvem predominantemente na horizontal, harmonizando-se com a vastidão da planície aveirense; apenas a verticalidade da torre denuncia a sua presença. Talvez lembre as antigas basílicas bizantinas, tanto pela grandeza interior

como pela configuração externa e ainda pelo movimento dos telhados que se entrelaçam e combinam uns com os outros.

No tímpano central da frontaria, figurou-se Cristo em majestade, como Senhor do Universo; separados, outros dois símbolos foram desenhados no cimento: a Mão do Pai e a Pomba do Espírito Santo. Noutros tímpanos da mesma fachada, o arquitecto modelou algumas alusões a Santa Joana.

No santuário, Luís Cunha tornou-se também pintor e... pintou o políptico da Padroeira, comentando a sua vida em linguagem surrealista; será uma expressão artística que pretende dizer mais do que aquilo que os olhos vêem. Aí se descobre, à volta da figura central, a tomada de hábito e o corte dos cabelos, o diálogo com D. João II e o sonho da morte de Ricardo III, o martírio das pestes e a saída de Aveiro, o funeral, e a devoção à paixão de Cristo, simbolizada na coroa de espinhos. Por cima, numa saliência triangular, representa-se o Mistério da Trindade: a Mão, a Pomba e a Cruz... uma cruz cujo braço esquerdo se alonga no espaço e no tempo, como que a abarcar toda a história humana.

Por trás do sacrário, na parede, desenvolve-se um grande vitral, em forma de rosácea, de vidros policromados, semelhante um potente foco de luz irradiante. Do outro lado, mais cinco pequenas rosáceas, dispostas em forma de cruz grega, dizem-nos que o Espírito de Deus paira sobre as ondas do mar e da vida e enche a terra inteira.

Em Pessegueiro do Vouga desde há muito que se tornava imperiosa a ampliação da igreja local; foi o que se fez em 1972-1978. Porém, aproveitou-se a oportunidade para dar ao espaço mais funcionalidade, em consonância com as modernas regras litúrgicas.

No desenvolvimento do programa, demoliu-se uma das paredes laterais e acrescentou-se, por aí, a nave; junto à outra parede, que para isso foi adaptada, colocou-se o altar da Eucaristia. Houve assim uma rotação de noventa graus.

Interiormente, todas as superfícies verticais foram azulejadas; a luz começou a cair mais intensamente sobre o presbitério; o ambão, a pia baptismal e a presidência distribuíram-se por lugares próprios e visíveis. Não se menosprezaram os elementos antigos de interesse, como o retábulo principal — agora à nossa esquerda — onde ficou a Sagrada Reserva; o «Apostolado», em tela, que não se apresentava com destaque, ocupa actualmente um lugar de maior proeminência do que seria de desejar.

No sítio da capela-mor, formaram-se a sacristia e umas salas; e, junto à entrada habitual, estendeu-se uma alpendrada. O templo, dos finais do século XVIII, viu-se também remoçado com as obras de beneficiação que

foram realizadas com critério e cuidado, conforme o plano da mencionada arquitecta aveirense D. Maria Adozinda Gamelas de Albuquerque.

Foi o Arq. Pedro Corujo Bernardes, de Ílhavo, quem se encarregou de projectar a nova capela de Vale de Ílhavo, construída em 1973-1976.

No seu exterior, o edifício não pretende distinguir-se demasiadamente da zona residencial envolvente, senão apenas no tamanho; mas tal diferenciação é discreta. Houve, pois, a preocupação de coordenar o seu carácter com as moradias circunvizinhas, não lhe dando nem riqueza nem monumentalidade.

À entrada, um átrio aberto destina-se a uma zona de recepção e de convívio, e serve de ponto de partida para a assembleia. No interior, não há expressões que, de algum modo, possam significar individualismo, mas sim um espaço que ajuda a criar comunidade e a fomentar um ambiente de família. As condições de luz apropriada, de boa acústica, de simplicidade pobre, sem isso significar miséria — tudo são pormenores fundamentais que contribuem para o bem-estar de uma participação litúrgica, fraterna e alegre, à volta de Jesus Cristo Resuscitado.

A igreja de Águeda apresentava-se carecida de melhorias, dado o seu envelhecimento. Porém, fazer obras nesta altura pós-conciliar subentendia necessariamente uma profunda remodelação em ordem a torná-la mais funcional.

O templo oferecia, contudo, além de peças mais ou menos isoladas mas de grande interesse histórico-artístico, um conjunto de soluções introduzidas ao longo dos séculos, como o valioso retábulo renascentista em pedra, os retábulos em talha de madeira dourada e a pia baptismal gótica, colocada em lugar inadequado. De todo o volume interno, destacava-se a nave lateral da esquerda, única, pois no lado oposto somente existia uma sucessão de capelas; aquela tinha interesse, não obstante o primarismo das ogivas, de feição popular, e nestas haveria de se ter cuidado em salvaguardar os arcos de entrada. Outro elemento de valor a poupar seria o tecto em caixotões, que constituía a cobertura da nave central.

Exteriormente, a única fachada com trabalho em granito e coerência de desenho era a frontaria com sua torre.

Ao mesmo tempo, desejava-se dotar a comunidade católica de Águeda de um programa consentâneo com as exigências litúrgicas e pastorais do momento presente, respeitando os valores da história e da arte, mas dotando o complexo religioso de um mais amplo lugar de culto, de um lugar para as celebrações baptismais, de várias salas, de um museu e de uma capela mortuária. Fora,

integrado na construção antiga, delineava-se um átrio de entrada, para abrigo da chuva e do calor, para diálogo amigo entre as pessoas e, sobretudo, para acolhimento e princípio de interiorização — atitude indispensável ao entrar no santuário.

Elaborado todo o plano pelos Arq. Abrunhoza de Brito e Manuel Magalhães, já citados, as obras decorreram desde 1974 até 1977; foi responsável último pela execução dos trabalhos o Eng. Neftali Sucena, de Águeda. Houve carinho pelo passado, na secular igreja de Santa Eulália, mas olhou-se decidida e corajosamente para o presente, porque os edifícios são para servir as comunidades, e não vice-versa.

Dada a impossibilidade de recuperação da igreja de Ouca, pelo estado precário e ruinoso em que se encontrava, a paróquia encarou definitivamente a sua demolição e decidiu-se a levantar um novo templo; foi o que concretizou nos anos de 1975-1977.

O aludido Arq. Pedro Corujo Bernardes idealizou um plano trapezoidal, tendo como chamada um alpendre coberto a enquadrar uma torre sineira e a servir de resguardo à entrada.

O arranjo do espaço interior foi concebido de maneira a criar-se uma assembleia tanto quanto possível em volta do altar. Este, o sacrário e a pia baptismal constituem um conjunto simples e integrado junto à parede do fundo, onde não falta a decoração feita com peças de talha setecentista da velha igreja.

A iluminação, suficientemente reduzida, incide sobretudo no altar. Todos os acabamentos são caracterizados pela singeleza, quer nas brancas paredes a cresso, quer no acentuado da estrutura em betão aparente. Se alguma coisa se destaca arquitectonicamente neste templo, integrado na ambiência local, é apenas a torre sineira com seu carrilhão, que anuncia festivamente as horas do dia e convida os crentes à oração.

Desmenbrada do Bunheiro, a paróquia da Torreira foi instituída em 1928; aos poucos, conforme se conseguiam fundos monetários, ergueu a sua igreja matriz entre 1934 e 1955. Devido à demora da construção e à pobreza dos materiais empregados, o edifício cedo começou a apresentar indícios de envelhecimento precoce, senão mesmo de ruína.

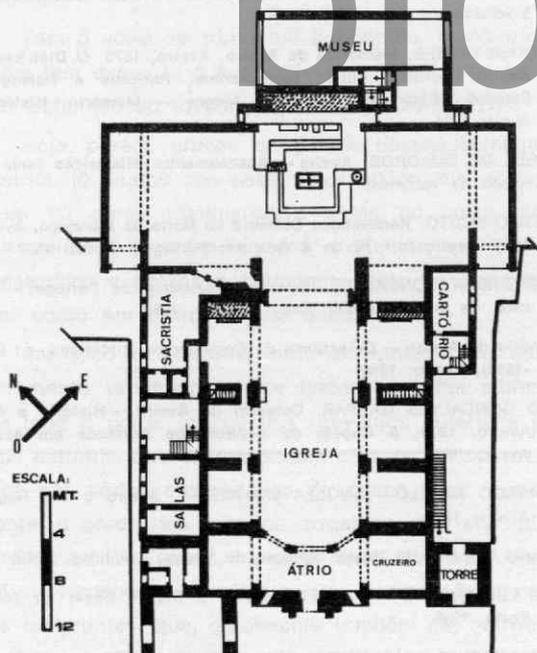
Contudo, para além deste motivo ponderoso, outros se impuseram para que fosse estudado o problema da consolidação, remodelação e ampliação: — a necessidade de um espaço onde as celebrações comunitárias da Liturgia pudessem ser valorizadas, a dignificação de uma casa que não desmerecesse das outras que a cercam, e a urgência de um salão para apoio de certos trabalhos pastorais, indispensáveis à promoção humana, social e religiosa do povo.

Com tais propósitos, a Arq. Maria Adozinda Garmelas de Albuquerque projectou um plano que, aceite pelos responsáveis, foi concretizado em 1977-1979.

A Igreja da Torreira, agora inteiramente azulejada e libertada das colunas que estorvavam a visibilidade, tomou novo aspecto, sóbrio, simples e belo, criando e oferecendo um ambiente de recolhimento. Local de comunhão com Deus e de uns com os outros, é o resultado de uma solução arquitectural de feição moderna. Todas as confluências de luz, de orientação, de realce, de motivos... se fixam na zona da presidência, francamente desafogada e contendo os elementos fundamentais: altar, ambão, fonte baptismal e sacrário. Uma imagem de Cristo Ressuscitado e glorioso, se representa directamente a realidade do Morto-Vivo, é outrossim o símbolo de uma religião que liberta.

Vai já extensa esta série de notas; não obstante, ousamos ainda deixar um ligeiro apontamento sobre as obras realizadas na catedral de Aveiro — a velha igreja de S. Domingos — nos anos de 1974-1976.

Encontrando-se a capela-mor em estado ruinoso e todo o corpo precisado de restauro, aproveitou-se então a oportunidade para se efectuarem trabalhos de maior amplitude, no sentido de se alargar o espaço interno; a igreja poderia, assim, servir convenientemente a comunidade católica de Nossa Senhora da Glória e ser lugar apropriado para as grandes celebrações diocesanas.



Catedral de Aveiro  
(Remodelação e ampliação em 1974/76)

Feito pormenorizadamente o estudo prévio pelos Arq. Abrunhoza de Brito e Manuel Magalhães, acabou por se demolir toda a capela-mor, salvaguardando-se o que possuía de valor artístico, para depois se reconstruir: as

primitivas paredes góticas, o túmulo renascentista, os cadeirais dos fins do século XVII, o órgão e o retábulo da centúria seguinte. Aí, para um lado e para o outro, abriu-se um espaçoso transepto — o que fez duplicar a capacidade da zona destinada à assembleia numa igreja rejuvenescida, arejada e adaptada à nova pastoral litúrgica. É certo que o templo não obedece a um único estilo; é antes um espaço onde os séculos deixaram a sua diversificada marca artística e escultórica, desde 1423 a 1976. Mais uma vez, também agora se optou por uma solução actual, em detrimento de uma imitação, não só despropositada como talvez mais dispendiosa. Respeitou-se da anterior igreja tudo o que merecia ser conservado, mas a nova construção desligou-se dela estilisticamente. Foi um critério válido e honesto.

É claro que semelhante posição requereu sensibilidade na forma de fazer; um partido de grande simplicidade de linhas foi o caminho mais seguro de uma integração sempre difícil. Todavia, uns pedaços góticos de parede, no interior, servem de traço de separação-união.

No termo desta reflexão sobre a Arte nas Igrejas — de Roma, pela Europa, até Aveiro — não me referi a tantos documentos da Arte, que mereciam uma alusão; seria enfadonho nestas despretençosas colunas. Nem sequer tive a veleidade de inventariar todos os edifícios religiosos que, nas terras de Aveiro, testemunham, a seu modo, as novas formas do estilo. Estes, porém, se desejam evitar anacronismos e reflectir o nosso tempo, hão-de exprimir a Verdade de Deus na nudez dos materiais e manifestar a Simplicidade do Evangelho na singeleza das linhas; na funcionalidade que facilita a participação da assembleia, eles constituem certamente um válido instrumento da Igreja-Comunidade.

Estando ao serviço do culto, os nossos templos — igrejas e capelas — não podem ser apenas peças inanimadas de um passado mais ou menos longínquo; sem desprimor pelo que tem interesse histórico ou artístico, eles serão objecto de abertura às hodiernas necessidades litúrgicas e pastorais, sofrendo as adaptações úteis e indispensáveis. A vida não se compadece com pesos mortos; estes, ou ressuscitam, ou perdem-se na memória dos homens. O seu lugar é nos museus, como objecto de simples estudo ou de mera curiosidade.

#### NOTAS:

- (1) *Sacrosanctum Concilium*, n.º 112.
- (2) *Id.*, n.º 117.
- (3) Destruída por um incêndio em 1823, foi logo reconstruída.
- (4) Depois da tomada de Bizâncio, os Turcos transformaram-na em mesquita e acrescentaram-lhe quatro minaretes.
- (5) Entretanto, Roma, sob a égide do Papado, prosseguiu numa certa continuidade artística; é desta altura, por exemplo, a reedificação da Igreja de Santa Maria in Cosmedin (finais do século VIII).

- (6) Ano de 950 da Era de César, então em vigor.
- (7) Entre as igrejas e catedrais europeias, de estilo românico, enumeram-se: a) na França — Saint-Sernin de Toulouse, Saint Nectaire, Notre-Dame-la-Grande de Poitiers; b) na Itália — Catedral de Parma, Catedral de Pisa, Santo Ambrósio de Milão; c) na Espanha — Sant'Iago de Compostela, Catedral de Zamora, S. Vicente de Ávila, Santo Isidoro de León.
- (8) Pertencem ao estilo gótico: a) na França — S. Dinis de Paris, Catedral de Reims, Catedral de Chartres, Catedral de Amiens, Catedral de Laon, Catedral de Notre-Dame de Paris; b) na Itália — Catedral de Milão, Catedral de Florença; c) na Espanha — Catedral de León, Catedral de Burgos.
- (9) Cit. por Flórida de Vasconcelos em *A ARTE EM PORTUGAL — I* (Verbo Juvenil), 2.ª edição, pg. 75.
- (10) Fora autorizado pelo Papa Alexandre VI em 1496, logo após a subida do Venturoso ao trono e ainda antes da viagem marítima para a Índia e da descoberta do Brasil.
- (11) Já no século XVII, o mais notável escultor português é Manuel Pereira, artista atraído pela Espanha; a sua obra-prima é a estátua de S. Bruno, patente na Cartuxa de Miraflores (Burgos).
- (12) Cit. por Miguel de Oliveira em *HISTÓRIA ECLESIASTICA DE PORTUGAL*, 4.ª edição, 1968, pg. 331.
- (13) Numa criação artística há três coisas a considerar: — o sujeito ou tema, que existe fora do artista e lhe é independente; o conteúdo, que é a maneira como o artista apanhou e sentiu o tema; e a forma, que é a sua revelação externa e sensível. Por isso, o mesmo tema ocasiona reacções diversas, porque o conteúdo depende da personalidade do artista; assim, a expressão plástica tem mesmo de resultar diversa.
- (14) *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo Actual, n.º 62.
- (15) Aquela imagem românica, que se descobriu numa das paredes do templo aquando das últimas obras de restauro e ampliação em 1971-73, encontra-se hoje convenientemente guardada numa das salas da referida igreja paroquial de Soza.
- (16) Estas datas são do calendário da Era Cristã; nas lápides encontra-se indicada a Era de César, avançada 38 anos sobre aquela. Foi el-Rei D. João I que, em 1422, decretou a adopção da Era de Cristo em Portugal.
- (17) Os autores dos projectos são respectivamente: — São Bernardo e Palhaça — ARS - Arquitectos, do Porto; Bustos — Arq. Rocha Carneiro, de Agueda; Ribeira de Fráguas — Arq. Mário Bonito, do Porto.
- Entretanto, os Padres Salesianos também construíram a sua igreja, anexa ao Instituto ou Seminário, em Mogofores (1958-1963); é um edifício de tipo tradicional, na linha dos anteriores templos salesianos em Itália.
- (18) Respectiveiros arquitectos: — D. Maria Adozinda Gamelas de Albuquerque, de Aveiro; Fernando Seara, do Porto; Fernando Abruhoza de Brito e Manuel Magalhães, do Porto (Gafanha do Carmo, Calvão); Diogo Lino Pimentel, de Lisboa; Santos Malta, do Porto; e José Pires Roque, de Agueda.
- Algumas povoações têm igualmente construído novas capelas, por vezes espaçosas, para a celebração do culto, que obviamente, obedecem aos mesmos princípios.
- (19) Doc. cit., de 16-10-1979, n.º 15.
- (20) Id., n.º 67.

## BIBLIOGRAFIA

- MANUEL CARDOSO MENDES ATANASIO, *Arte Moderna e Arte da Igreja*, Coimbra, 1959.
- WLADIMIR SAS-ZALOWIECKY, *Arte Paleocristã*, ed. port. da Verbo, Lisboa, 1970.
- História Mundial da Arte* (especialmente Volumes 2, 3, 4 e 6), 5.ª ed. port. da Livraria Bertrand, Amadora, 1975-76.
- H. W. JANSON, *História da Arte*, ed. port. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1977.
- DANIEL ROPS, *História da Igreja de Cristo*, ed. port. em 5 volumes, Porto, 1960-69.
- Nova História da Igreja*, sob a direcção de Rogier, Aubert e Knowles, 5 volumes, ed. em port., Petrópoles (Brasil), 1973-76.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (especialmente 2.º volume — ARTE), Editorial Verbo, Lisboa, 1977.
- II Concílio do Vaticano* (Docum. «Sacrosanctum Concilium» e «Gaudium et Spes»).
- História da Arte em Portugal* (I-II-III). Portucalense Editora, Porto, 1942-53.
- FLÓRIDO DE VASCONCELOS, *A Arte em Portugal* (I-II) Edit. Verbo, Lisboa, 1975.
- JOSÉ CORREIA DO SOUTO, *Portugal Monumental* (I-II-III) Barcelos, 1977.
- J. M. DOS SANTOS SIMÕES, *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.
- NELSON CORREIA BORGES, *João de Ruão — Escultor da Renascença Coimbrã*, Coimbra, 1980.
- Tesouros Artísticos de Portugal*, ed. das Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1976.
- FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal* (Nova Edição, 4 volumes, preparada e dirigida por Damião Peres), Porto, 1967-71.
- MIGUEL DE OLIVEIRA, *As Paróquias Rurais Portuguesas — Sua Origem e Formação*, Lisboa, 1950; *História Eclesiástica de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, 1968; *Ovar na Idade Média*, Ovar, 1967.
- História de Portugal*, ed. em 9 volumes da Portucalense Editora, Porto, 1928-54.
- JOÃO AMEAL, *História de Portugal*, 8.ª ed., Porto, 1974.
- JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal* (publicados já 5 volumes), Lisboa, 1977-80.
- MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875; *O Distrito de Aveiro*, Coimbra, 1877; *Monumentos, Retratos e Paisagens; Estudos Históricos; A Vista Alegre — Memória Histórica*, Aveiro, 1924.
- RANGEL DE QUADROS, *Aveiro — Apontamentos Históricos* (sete volumes de recortes).
- ALBERTO SOUTO, *Renascença Coimbrã ao Norte do Mondego*, Aveiro, 1931; *Aveiro* (n.º 16 de *A Arte em Portugal*), Porto, 1952.
- A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Aveiro (Zona Sul)*, Lisboa, 1959.
- Milenário de Aveiro — Colectânea de Documentos Históricos — I (959-1516)*, Aveiro, 1959.
- JOÃO GONÇALVES GASPARGAS, *Catedral de Aveiro — História e Arte*, Aveiro, 1979; *A Capela do Senhor das Barrocas em Aveiro*, Aveiro, 1980.
- FERNANDO REBELO — ÂNGELA QUARESMA, *Aveiro e sua Região*, Aveiro, 1979.
- Pequena História de Nossa Senhora de Vagos*, Cucujães, 1949.
- JOSÉ LUCIANO DE FIGUEIREDO LOBO E SILVA, *Séver do Vouga*, Porto, 1934.
- JOSÉ ANTÓNIO DE ALMEIDA, *Tempos Antigos e Tempos Medievais da Vila de Soza*, Porto, 1949.
- JOSÉ RODRIGUES, *O Couto de Agulm*, Anadia, 1959.
- MANUEL SIMÕES ALBERTO, *A Freguesia da Palhaça*, 1969.
- PADRE MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHAIS, *Igreja de Santa Eulália*, Agueda, 1978.
- CÚRIA DIOCESANA DE AVEIRO, *Diversos Processos de construção ou de remodelação de Igrejas*.

## O Concelho de Ílhavo

Por Amadeu Eurípedes Cachim

Em 8 de Março de 1514, D. Manuel I concedeu foral ao Concelho de Ílhavo.

Embora pequeno, este concelho é um dos mais evoluídos, de mais elevado nível de vida e de maior densidade de população, do Distrito de Aveiro e encontra-se devidamente electrificado e dotado de uma extensa rede de distribuição de água, que atinge já todas as freguesias, bem como as praias da Barra e Costa Nova do Prado, mercê de um projecto apresentado pelo Município, o qual, em 1968 mereceu a aprovação e uma avultada comparticipação do Ministério das Obras Públicas.

Tem à volta de trinta mil habitantes, a maioria dos quais tem exercido a sua actividade nas fainas do mar, nos trabalhos da lavoura e nas lides domésticas.

Hoje, porém, graças ao grande desenvolvimento industrial, já muitos dos seus filhos encontram ocupação, tanto na parte administrativa como na parte técnica das muitas e variadas fábricas e oficinas, que têm sido construídas e postas a funcionar, tanto na Zona Industrial como em outros locais adequados.

Em todo o concelho nota-se também um enorme incremento urbanístico, com lindas vivendas edificadas por toda a parte, graças aos proventos auferidos pelos seus naturais, que desempenham as suas arriscadas funções nas várias modalidades da pesca, mas, principalmente, a bordo dos grandes arrastões, que vão laborar para zonas longínquas, como a Terra Nova, a África do Sul, a Noruega, a Maurítânia, etc., e ainda às remessas dos emigrantes, que, geralmente também em actividades ligadas ao mar, trabalham afincadamente, na América do Norte, no Canadá, na Alemanha, na Holanda, e na França.

O concelho é composto por quatro freguesias:

Ílhavo, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo.

A sua sede — Ílhavo — é uma ridente vila, veleira e

airosa, que fica situada a cinco quilómetros ao Sul da Cidade de Aveiro.

Esta proximidade, ao mesmo tempo que contribuiu para que, em tempos passados, os seus naturais estudassem no Liceu, na Escola Técnica e na Escola do Magistério daquela cidade, alcançando assim preparação para continuar os estudos, ou para desempenhar cargos de responsabilidade, tanto na função pública, como em actividades particulares, prejudicou-a, também, consideravelmente, no que diz respeito ao desenvolvimento comercial.

A população, muito activa e arrojada, pode dizer-se que é flutuante, uma vez que a maioria dos seus homens exerce a sua actividade profissional, desempenhando as funções de comandante, oficial ou marinho, nos vários navios que sulcam as águas dos oceanos e, orgulhosamente, levam a bandeira de Portugal aos portos de todo o mundo.

Assim, não é raro ouvir grupos de marinheiros contar episódios passados, quer em Hamburgo, em Londres, em Anvers, no Rio de Janeiro ou em Singapura, quer em S. João da Terra Nova, na cidade do Cabo ou em Holsteinsborg, como se estivessem a relatar casos ocorridos em terras vizinhas da sua.

As mulheres, particularmente as mais jovens, apresentam-se galantes no porte e no trajar e, talvez pela sua ascendência grega ou fenícia, são muito bonitas, alegres e donairosas, dando imensa graça e encanto à terra onde nasceram.

As outras três freguesias, que, há pouco de mais de um século, não passavam de areas estéreis, onde nada se criava, mercê do esforço hercúleo dos seus laboriosos habitantes — pé no barco, na apanha do molicho da Ria, pé em terra, nos esforçados trabalhos da lavoura — transformaram-se em ricas planícies aráveis, produtivas e muito férteis, onde abunda o milho, o feijão, a ervilha, as pastagens e, principalmente a batata.

Esta riqueza, juntamente com o ganho dos que andam no mar ou estão emigrados, contribuiu para que todas elas, particularmente a Gafanha da Nazaré, atingissem um progresso extraordinário.

Nesta freguesia, que é hoje uma vila em constante desenvolvimento e sede de importantes e valiosas empresas de navegação e pesca, encontra-se situado o porto bacalhoeiro, onde, no regresso das longas viagens, se encontram ancorados dezenas de arrastões, que dão emprego a muitas centenas de pescadores, não só de Ílhavo e das Gafanhas, mas também de muitas outras terras do litoral.

A fim de trabalhar nas secas do bacalhau, deslocaram-se dos concelhos mais pobres do Nordeste Transmontano, do Alto Douro e das Beiras centenas de famí-

A cerâmica — principalmente a fabricação de azulejos e mosaicos — a preparação de barros, a indústria química e os plásticos, a serração e carpintaria, a metalurgia, a pesca, a secagem do bacalhau, as conservas de peixe, a refrigeração e conservação do pescado e de outros produtos, além da construção naval, são algumas das principais indústrias do Concelho de Ílhavo, as quais empregam para cima de treze mil operários.

#### MEIO RURAL — EXPLORAÇÃO ÁGRO-PECUÁRIA

Além das férteis planícies, que já citei, da Nazaré, da Encarnação e do Carmo, também as Gafanhas d'Aquém e da Boavista, da freguesia de Ílhavo, são bastante produtivas, pois todo o seu solo, que é ubérrimo, se encontra muito bem aproveitado, não ficando



ÍLHAVO — Trecho da ria — Praia da Barra.

lias, que aqui se radicaram, melhorando bastante o seu nível de vida e contribuindo para que a população aumentasse de uma forma considerável.

#### DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Além da antiga e aristocrática fábrica da Vista Alegre, conhecida em todo o país e até no estrangeiro, pela sua magnífica louça de porcelana e pelas finas e belas peças artísticas, tão admiradas e cobiçadas por toda a gente e que, na maior parte das vezes, são escolhidas para presentear as figuras gradas e representativas, que visitam a Nação Portuguesa, um grande surto industrial se tem feito sentir, desde há uns dez ou quinze anos.

nada a dever aos restantes lugares do interior da mesma freguesia, tanto a Norte como a Sul e a Nascente, onde se produz uma exploração agrícola intensiva, em regime de pequena propriedade.

Não é pois de admirar que deste concelho se exportem, todos os anos, avultadas quantidades de batata, de feijão e de ervilha, para os grandes centros de consumo e que, devido às boas pastagens, muito do leite aqui produzido, se destine ao abastecimento da capital.

#### INSTRUÇÃO E CULTURA

Na sede do concelho, praticamente não existem analfabetos, uma vez que o seu número é bastante reduzido e contam-se às centenas os indivíduos habili-

tados com cursos médios, superiores e universitários, podendo mesmo afirmar-se que Ílhavo é a freguesia do País com maior percentagem de pessoas habilitadas com cursos superiores.

De resto, todo o concelho está coberto com uma rede de Escolas Primárias — oitenta salas de aula — onde recebem ensino elementar cerca de três mil crianças, possuindo também duas Escolas Preparatórias e um Posto de Tele-Escola e ainda duas Escolas Secundárias, as quais, actualmente, vão satisfazendo as necessidades

Do mesmo modo, a Educação Pré-Escolar, embora não abranja ainda todas as freguesias, é já ministrada em cinco Infantários e Jardins Escolas e ainda em três centros da A. T. L. — Actividades dos tempos livres — estando nesta altura, em construção, mais dois grandes imóveis destinados ao mesmo fim, sendo um deles para a educação de deficientes.

### ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À TERCEIRA IDADE

Além dos infantários, que já mencionei, duas outras fundações se ocupam da assistência à Infância e à Terceira Idade, em regime de Internato.

São elas a Casa da Criança, onde estão albergadas, sem que nada lhes falte, muitas dezenas de meninas e meninos e o Lar de S. José, um belo edifício rodeado de jardins, construído propositadamente para o apoio aos idosos e que tem capacidade para o internamento de sessenta pessoas.

### TURISMO

Podemos afirmar, sem exagero, que Deus dotou de beleza invulgar a região, onde se encontra situado o concelho de Ílhavo.

Formando uma espécie de península, confina a Norte e a Nascente com o concelho de Aveiro e a Sul com o de Vagos, do qual está separado pela ponte de Água-Fria, que atravessa o rio Boco e de onde se pode disfrutar um panorama deslumbrante.

A parte ocidental do concelho é cortado por diversos braços da Ria de Aveiro, com os seus bucólicos e sedutores canais e esteiros, sendo necessárias sete pontes para passar de uns locais para outros, o que, como é sabido, lhe favorece extraordinariamente os atractivos turísticos.

Não é, pois, de estranhar que os antigos tenham posto a algumas das suas povoações nomes tão sugestivos como «Lugar da Vista Alegre» e «Gafanha da Boavista» e à parte mais elevada da Costa Nova do Prado a designação de «Belavista», por dali se poder observar um dos trechos mais fascinantes da extensa laguna.

Esta bacia — espécie de estuário do Canal de Mira — é limitada a Poente, pela marginal da praia, com as suas típicas e encantadoras casinhas, pintadas às riscas de várias cores — os palheiros — e, a Nascente, por extensas zonas de verdura, no meio das quais se divisam as torres de três igrejas, várias vivendas e outras edificações muito branquinhas, tendo por fundo uma frondosa floresta de altos pinheiros, por cima dos quais se avistam, ao longe, os contrafortes da serra, cobertos de luxuriante vegetação.

Em horas de praia-mar, nas suas águas profundas e muito verdes, onde, por vezes, se realizam animadas regatas ou renhidos concursos de natação, podem ver-se airoas e possantes lanchas e características bateiras de pesca, bastante coloridas, devido às pinturas alegres dos cascos e às garridas boias das suas redes e também interessantes barquinhos e pranchas de recreio «windsurf», cujas velas, de várias cores, lhes emprestam um fascínio extraordinário.

Na parte Oeste, entre o casario e o oceano, encontra-se um extenso e largo areal, onde cabem à vontade muitos milhares de pessoas e cuja areia, muito branca e fina, convida ao repouso e aos salutareos banhos de sol.

Para evitar que o mar continuasse a invadir e a comer esse atraente areal, há cerca de doze anos foram executadas as necessárias obras de defesa da costa.

Entre os vários esporões surgiram, então, diversas praias, pouco profundas, de águas límpidas e transparentes, onde quebram ondas, não muito altas, nas quais apetece mergulhar e praticar o excitante desporto do deslizar sobre pranchas (surf).

Esta praia, a Costa Nova do Prado, onde, presentemente, tanto na marginal como na duna, estão a ser executadas obras de grande vulto, mediante um bem delineado plano de urbanização, está, por assim dizer, ligada à Praia da Barra e para elas se dirigem todos os dias, durante a época balnear, algumas centenas de banhistas, através de uma alta, comprida e bem lançada ponte, que atravessa a Ria e serve também de miradouro aos muitos turistas nacionais e estrangeiros, que procuram a região de Aveiro para seu devaneio.

Depois que, em 1968, a Câmara Municipal de Ílhavo mandou construir, numa zona bastante arborizada, um belo parque dotado dos requisitos necessários à prática do campismo, a Praia da Barra experimentou um incremento fora do vulgar, mercê da iniciativa de uma empresa que, submetendo-se a um Plano de Urbanização adequado, fornecido pelo Município, começou por abrir e asfaltar alguns quilómetros de estradas e ruas.

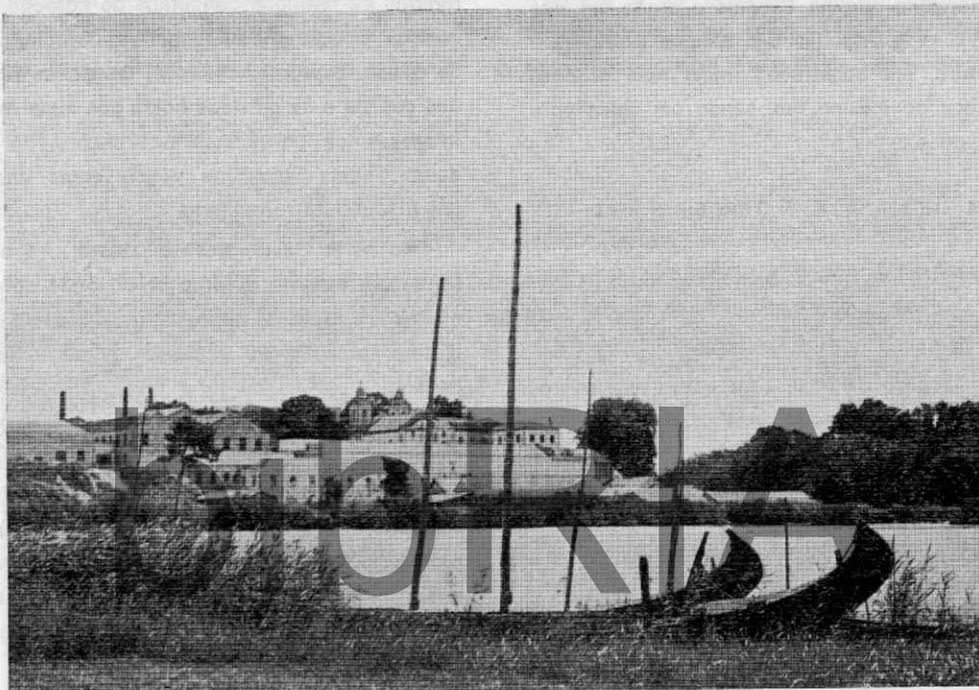
Nessas ruas, principalmente nas que cercam o referido parque de campismo e na que margina a Ria, surgiram, então, como cogumelos, muitas dezenas de belas

e confortáveis vivendas, mandadas edificar por pessoas que ali foram atraídas, não apenas pela beleza da zona, mas ainda pelas suas praias, mansinhas e arenosas, e também pelos altos e compridos paredões da entrada do porto, onde, em agradáveis passeios, as pessoas podem assistir à entrada e saída de traineiras, arrastões e navios mercantes, nacionais e estrangeiros, bem como às caprichosas evoluções das velozes lanchinhas de recreio, o que regala os olhos e delicia o espírito.

De cima desses paredões, que, durante a noite são iluminados pela luz forte e intensa do altaneiro Farol,

cima da qual, em tempos recuados, por meio de bandeiras, se transmitiam os sinais indicadores da barra, aos navios que, de velas enfunadas, demandavam o Porto de Aveiro.

Perto desta fortaleza, encontra-se um enorme e delicioso jardim, ladeado de palmeiras e banhado pelas mansas águas da Cambeia e do Canal de Odinot, no qual, pela amenidade do clima, muitos forasteiros se deliciam, descansando das fadigas, apreciando a bonita paisagem ou saboreando apetitosos farnéis, em recintos apropriados para esse fim.



ILHAVO — Trecho da ria em frente à fábrica da Vista Alegre.

dezenas de pescadores entretêm-se no aliciente desporto da pesca à linha, apanhando, por vezes, belos exemplares de robalos, de solhas, de safios e até de corvinas.

Estes atractivos têm favorecido o constante e rápido engrandecimento da Barra, onde se rasgaram largas avenidas, que se estão a encher de prédios de vários andares, os quais servem para alojar, durante todo o ano, muitas famílias, cujos membros exercem a sua actividade profissional em Aveiro ou nos concelhos limítrofes.

Outra zona de grande interesse turístico, pela sua situação privilegiada, em frente a uma grande bacia, onde foi implantado o triângulo regulador das águas da Ria e do mar, e de onde partem as lanchas de passagem para S. Jacinto, é a povoação do Forte.

Esta designação é devida ao facto de ali, nessa ilha, existir uma antiga fortaleza, assente na água, de

Mas, além das praias, do parque de campismo e de todas as belezas paisagísticas, que acabo de mencionar, Ílhavo ainda se orgulha de possuir dois belos e magníficos museus: — O MUSEU MARÍTIMO E REGIONAL DE ÍLHAVO — e o — MUSEU HISTÓRICO DA VISTA ALEGRE — e também algumas Igrejas e Capelas dignas de serem visitadas, das quais destaco a de Nossa Senhora da Penha de França, por ser considerada Monumento Nacional.

No MUSEU MARÍTIMO E REGIONAL DE ÍLHAVO, que, presentemente, se encontra instalado num majestoso edifício dotado dos mais modernos requisitos museológicos, além de interessantes pinturas, gravuras e esculturas alusivas ao mar, o visitante poderá admirar um conjunto de modelos de embarcações de todos os tipos e latitudes, as quais documentam, à maravilha, a história das navegações de todos os tempos e ainda alguns valiosos e raros instrumentos de navegação náutica orientada,

como o astrolábio, a cábria e o sextante, bem como a melhor colecção de bússolas e agulhas de marear, existentes em Portugal.

Numa sala apropriada para exposição da flora e da fauna marítima, encontrará, como principal centro de interesse, uma valiosa colecção de conchas marinhas, devidamente classificadas, as quais, pela sua beleza, causam a admiração de toda a gente.

E, embora não pretenda descrever todo o magnífico recheio do Museu, não posso deixar de falar nas actividades da Ria, que foram ou ainda são exercidas por homens deste concelho e nos barcos, a bordo dos quais, os Ílhavos, com destemor e galhardia, tentaram vencer os oceanos e onde muitos ficaram sepultados.

Das actividades da Ria, saliento as marinhas de sal, com todas as alfaias, as armações e saltadoiros de tainhas e as miniaturas de todos os tipos de embarca-

No convés destes lindos veleiros podem ver-se rimas de dóris, alguns deles equipados com toda a palamenta (1) e, dentro dos quais, os arrojados e destemidos pescadores — cada um no seu — passavam dias inteiros, trabalhando na árdua e perigosa faina da pesca, nesses longínquos, brumosos e gelados mares do fim do mundo.

No que respeita ao — MUSEU HISTÓRICO DA VISTA ALEGRE — apenas direi que é um repositório de arte e beleza que encanta todas as pessoas que o visitam.

Ali se encontram expostas, em ricas vitrinas, muitas e variadas peças decorativas de uso doméstico, bem como maravilhosas obras de escultura e modelação, algumas delas exemplares únicos, de valor incalculável, as quais foram executadas durante o período que vai desde a fundação da fábrica, em 1824, quando ainda se produziam objectos em vidro, até aos nossos dias.



ILHAVO — Capela da Vista Alegre (Monumento Nacional).

ções, desde o saleiro e o mercantel até à bateira e à caçadeira, com realce especial para o elegante barco moliceiro.

Nos trabalhos do mar, a atenção do visitante é atraída para os bonitos modelos de embarcações de pesca, que vão desde o famoso barco do mar, em forma de meia lua, das artes da xávega, até ao mais moderno e sofisticado arrastão, passando pelos airosos lugres bacalhoeiros, aparelhados na perfeição, com todo o seu massame e majestoso velame.

A arte e elegância das peças expostas, tão finas, tão bonitas e com pinturas tão delicadas, faz com que os visitantes — geralmente individualidades de elevada posição social — permanecem longo tempo a contemplá-las e saem dali extasiados.

E assim, em traços gerais, foram focadas as principais características do concelho de Ílhavo, cujo povo, de índole pacífica, é generoso, trabalhador e ordeiro.

(1) Palamenta — apetrechos de bordo.

# A abolição da pena de morte por crimes políticos, e o seu paladino aveirense

## — O ÚLTIMO ENFORCAMENTO EM AVEIRO

Por Eduardo Cerqueira

Suponho que pela pecha velha — irreprimível e, já agora incurável — de reduzir todos os temas a um denominador aveirense e de misturar, pelo menos aparentemente, «alhos com bugalhos» para alcançar esse objectivo obsessivo, incluirei neste modesto trabalho mais de relato objectivo que de preconização de princípios. três assuntos distintos, embora ligados, mais efectiva ou indirectamente por um comum motivo de feição política. Imediata ou remota. Positiva ou conjunturalmente.

Desse modo, farei uma natural alusão aos justicados da temerária revolução anti-miguelista de 16 de Maio de 1828 — cujos crâneos são inspiradora e venerandamente, numa das aras aveirenses mais exalçantes, guardados no centro geométrico do nosso mais antigo e rico de valores «campo santo», nesse como que relicário chamado tradicionalmente o «monumento das cabeças».

E recordarei, lógica e consequentemente, num preito de justiça — a que em nosso desabono de aveirenses, nados ou de adopção, ou de mera presunção enganosa, nos temos degradadamente furtado — a que não quero perder o ensejo, à eminente figura de aveirense que foi — e na nossa memória preiteante permanece — Manuel José Mendes Leite. Lembrá-lo-ei especialmente, porque foi o liberal de uma vida inteira, a múltiplos títulos insigne e impoluto, que apostolizou generosa e calorosamente, e denodadamente conseguiu fazer incluir em adicional à Carta Constitucional a abolição da pena de morte por crimes políticos — ou como tal considerados pelas parcialidades detentoras do poder e as leis em vigência.

E depois de aludir resumidamente à sessão parlamentar, agitada, polémica e cheia de dignidade, em que foi votada essa pioneira disposição — que deixou imorredoiro o nome daquele aveirense tão mal e escassamente lembrado, recordarei, porque me parece oportuno,

já que desse negregado acto julgo não estar de todo alheio a malquerença política — e ainda que restrita a um só indivíduo de personalidade cúpida, maleável e odienta, quiçá com prenúncios de anormalidade — à última execução capital que se registou em Aveiro.

(Em Aveiro, nos subúrbios da qual subsiste — diga-se, no ensejo, num breve parêntesis — mesmo ao revés dos sentimentos da gente cordata, moderada e tolerante, e da tradição dos auctótones da cidade e seu redor, consabidamente avessos à violência e a toda a casta de excessos, uma pequena localidade suburbana, maculativa e paradoxalmente com a designação toponomímicamente macabra de a Forca).

E já que a ocasião se proporciona não me esquivarei a observar que Aveiro nunca prestou, no bronze perpetuador a homenagem que deve ao principal autor, grande aglutinador de adesões e propulsor dessa honrosíssima iniciativa da inclusão no diploma fundamental do país da rasgada e humaníssima disposição. Estamos em dívida. Havemos de reconhecê-la colectivamente. E de tentar animosamente liquidá-la.

Ao aveirense de tão numerosos, relevantes e prestimosos predicados de carácter e ilustração, e de homem público isento e aplicado aos deveres cívicos, cumpridos com exacção e largueza, tão estreita e persistentemente ligado à sua terra natal — mero cidadão participante, respeitado e esclarecido, presidente da Municipalidade, governador civil, e antes secretário-geral dessa delegação distrital do executivo governamental, deputado, homem desprezador de honrarias, títulos e veneras, que foi uma alta figura paradigmática. Combatente e pioneiro esforçado e constante das mais ardentes aspirações aveirenses, foi o mais respeitado durante bem um quarto de século, desde que José Estêvão morrera, prematuramente, em 1862, de todos os grandes vultos de Aveiro, onde nascera, como o grande tribuno, em 1809, e viria a falecer, abrindo um sentido vazio entre os seus conterrâneos, em 1887.

Conhece-se-lhe — embora não lembrada com a merecida assiduidade — uma participação sumamente operosa e prestante na vida pública agitada do segundo quarto do século passado. E nos campos mais diversos; na luta armada e nos riscos que durante ela enfrentou intrepidamente, nas pugnas da palavra escrita e falada, na actividade administrativa, zelosa e impoluta e, repito, na repetida e vitaliciamente testificada devoção aos mais altos, lídimos e indeclináveis interesses da terra onde nascera e, que alcançadas as condições ressurgidoras, ansiava pela reentrada nos caminhos ascendentes da prosperidade e do desenvolvimento.

Sempre se aponta como o mais fiel companheiro de José Estêvão, o mais fraterno de quantos seguiram na sua órbita, satelizados e ofuscados pelas suas fulgurações, desde a idade moça em que se radicam, inquebrantáveis as vitalícias amizades irmanadoras.

Ambos, apertados em Aveiro os laços de estima juvenil, frequentando as mesmas escolas e os mesmos logradouros de traquinices de crianças, coabitaram no mesmo velho prédio, de que ficou a recordação de irreverências estudantis famosas, durante os tempos universitários conimbricenses — em que se fortaleceram nos ideais do liberalismo e que a revolta contra a opressão personificada em D. Miguel interromperia por dilatados anos.

Um e outro, seguiram similares caminhos, frequentes vezes incómodos e arriscados —, na dianteira do combate pelos princípios perfilhados, e no exílio, a mais abonada bolsa de Mendes Leite, abrindo-se largamente, com liberalidade talvez imprevidente, aos caprichos e aos irreprimíveis apetites de guloseimas do vinculador amigo. Logo em 1828, ao chegar a terras galegas, para incógnitos e incertos destinos. E depois, já quando se lhe abriam os novos itinerários do homísio, nas brumas, alongadas e árduas paragens britânicas, ou, sequentemente, em mais acolhedores ambientes açoreanos. Ou ainda, furtando-se à vindicta cabralista, de má sanha e ínvios tramas, em Paris e noutros chãos franceses.

Associados, como já sentimentalmente vinham sendo numa aliança de afecto indestrutível, partilharam a fundação da depois famosa «Revolução de Setembro», que seria a mais perduradora das tribunas impressas do empolgante orador, e aquela onde se forjou o maior jornalista português da segunda metade de oitocentos — o insigne António Rodrigues Sampaio, que era mesmo mais correntemente designado pelo «Sampaio da Revolução».

Secundá-lo-ia, ocupando, aliás, a sua vaga parlamentar como representante dos eleitores seus conterrâneos, mesmo após o seu passamento prematuro e imprevisto, com o mesmo vibrante vigor, no combate

atento e decidido pelos anelos aveirenses, para um progresso que potencial e promissoramente se prenunciava — e agora, passado um século e dois decênios, se concretiza, desbordando das dimensões então ambicionadas, para nossa fruição, e dos que nos sucedam, sobretudo.

Joaquim de Melo Freitas, que em múltiplas circunstâncias foi um eloquente, fiel e potencializador intérprete do mais lídimo e estreme sentimento aveirense, relevando-lhe o «carácter honestíssimo», (!) testemunhava que «o seu nome é acatado por todos, amigos e inimigos». E inimigos seria uma força de expressão. O termo terá sido empregado na menos acerba acepção de adversário. E, de certo, apenas de parcialidade política. Porque só nesse âmbito alguém deixaria em Aveiro de lhe consagrar a mais desembaciada simpatia. Em Aveiro e no país.

Assim se deduz das referências encomiásticas que, por exemplo, entre muitas personalidades ilustres do tempo, lhe consagrou o pouco lisonjeiro Camilo Castelo Branco, (!) mencionadamente nestas elogiosas passagens: «Este homem foi muito querido e respeitado por tantos que o viram sem o prisma insidioso da política. Parece que ele, se a teve, robusta e indomável, foi exclusivamente a política do sacrifício pessoal ao bem da colectividade. Egoísmo, se o teve foi o da primasia na honra inflexível. E, contudo, depois de haver arrostado bravamente os adversários nas pugnas do braço e do espírito, nas batalhas e nos parlamentos, morreu (dir-se-á um dia, quando morrer) sem inimigos.»

De uma lisura exemplar na conduta pessoal e política, sabendo encarar as derrotas eleitorais — em que era medularmente, e coerentemente incapaz de exercer a sua influência pessoal directa para pedir um voto, mesmo àqueles que de algum modo estivessem na sua dependência — só se lhe terão conhecido irresistíveis pecadilhos amorosos. Não só, pessoalmente, por dotes másculos, apuro de apresentação e legendárias, talvez avolumadas, narrativas de conquistas, mais fáceis ou mais difíceis, a que era naturalmente propenso, mas que cativantes predicados de atracção, viril e distinta, e que tanto desabrolhavam em qualquer esfera, na terra natal — onde ficou conhecida especialmente a romântica paixão mortal que incendeu em D. Ana Libânia de Queirós, sua vizinha, e tia paterna de Eça de Queirós —, como em Lisboa. Aqui viveu, do mesmo passo nos meandros e nos palcos da acção política e nas altas rodas mundanas, neste aspecto também não havendo desmerecido dos atractivos e indesejadas aventuras de que deixou fama o seu companheiro mais constante, o seu como que gémeo José Estêvão. E nem só na capital portuguesa, mas no exílio, mencionadamente em Paris, de onde traria, raptada a um nobre francês, a distinta senhora que foi mãe do único filho que teve.

Mendes Leite tornara-se, especialmente em Aveiro, uma veneranda personalidade, uma relíquia sobrevivente dos tempos das temerosas lutas pela Liberdade, respeitada pelos adeptos de todos os quadrantes ideológicos, mesmo aqueles que mais manifesta e veementemente discordavam dos seus actos de administração pública ou de quaisquer atitudes políticas.

Quando no cemitério local foi negada campa a um primeiro aveirense incréu que, fiel às ideias perfilhadas, dispôs que lhe efectuassem um funeral civil, o aguerrido «Povo de Aveiro» abriu contra Mendes Leite, ao tempo governador civil — e contra, simultaneamente, o bisavô materno do signatário destas dissaboridas linhas memorativas, o administrador do concelho de então Francisco António do Vale Guimarães — uma ardorosa e azeda campanha, violenta e desarvorada como seria sempre timbre do contundente semanário aveirense. Acoïnaram-no de senil, amolecido e tergiversante, de incoerente com os princípios de liberdade e tolerância que ao longo de uma vida, sem desânimos nem cedências, de luta ininterrompida e alevantada, a múltiplos títulos exemplar, haviam sido o seu mais enobrecedor apanágio. Trataram-no com acritude, irreverente e implacável, como se a velha relíquia dos heróicos e inspiradores tempos das lutas liberais, se renegasse e as renegasse.

Não muito tempo volvido, o mesmo combativo e impiedoso periódico aveirense — onde se fazia doutrina mesmo no auge do mais agreste combate — noticiava o falecimento da insigne figura de Aveiro, e do país, num comovido artigo, <sup>(3)</sup> justo, de certo modo reconsiderador, em que todas as divergências se apagam, e quase empolgante ao incender os sentimentos dos conterrâneos, quiçá dos republicanos aveirenses, no momento de luto profundo que a sua terra atravessava.

Aí se proclamava, repetidas vezes, como um «leitmotiv», incitando as mais expressivas e simbólicas demonstrações de preito: «Armas em funeral, bandeiras para o chão, que Manuel José Mendes Leite morreu.»

Acrescentava-se, nesse impulsionador necrológico, reparador, justíssima e fidelissimamente intérprete do colectivo sentimento aveirense, no momento em que sensibilizadamente perdia a sua mais representativa e respeitada figura: «Bandeiras para o chão, não por conciliação, não por transigência, porque a nossa bandeira é nova, é bela, é altiva e limpa para que caia na lama. Não porque a morte de um homem, por maior que seja, nos faça pensar o contrário do que pensamos em sua vida (...). Mas porque na nossa bandeira republicana está bem o nome desse valente, desse audaz democrata, que jaz enfim caído por terra.»

E repetia-se: «Armas em funeral, bandeiras para o chão, orvalhadas de lágrimas, em sentimento e luto pela morte de um benemérito.»

Prosseguiria, insistindo nessas razões preiteantes: «Nem um ressentimento neste momento solene. Manuel José Mendes Leite fez-nos um dia algum mal. Mas que importa isso, espírito imaculado que fugiste há uma hora do mundo, se na tua vida há páginas de abnegação que apagam todas as ofensas pessoais, páginas gloriosas de serviços relevantes à sociedade portuguesa, que façam calar míseros despeitos, páginas de trabalho, de desprendimento, de justiça que te dão lugar de honra no rol dos obreiros úteis da humanidade?»

E na sequência acentuava — talvez pela pena, com mais preocupados propósitos estilísticos do futuro Barão de Cadoro, então redactor efectivo do semanário, do que pela do grande inspirador do jornal, inclemente desde o início, o singular e medular plunitivo de combate Homem Cristo, de estilo tão despido de arrebiques e tão meridianamente límpido e acessível — a espontaneidade sinceríssima das justas e profundamente sentidas palavras de póstumo elogio:

... «nos corações dos rapazes que procuram neste jornal e nas lutas da política imitar, de longe, o denodo com que lutaste pela civilização da tua pátria e pelo bem da humanidade, só há dor, e justiça para o teu grande carácter.»

E, depois de convidar o povo aveirense, a «raça forte de Aveiro», a ir até junto do cadáver, ainda não de todo arrefecido, do inseparável companheiro de José Estêvão, para melhor sentir como se luta desprendidamente, modestamente, grandemente pelo bem da Pátria, e pelo bem dos outros» repete uma derradeira vez a frase reiterada como um brado plangente ao longo do eloquente artigo necrológico, que apetece ler alto, declamando contristadamente como uma comovedora oração fúnebre; «Armas em funeral, bandeiras para o chão.»

Como evidenciava nas celebradas «bodas de diamante» de Mendes Leite, no opúsculo em que por iniciativa do aveirógrafo Marques Gomes, tantos vultos aveirenses e estranhos de destaque lhe renderam o **seu preito, Joaquim de Melo Freitas, salientou:** <sup>(4)</sup> «É velho, é liberal, é honrado. E tão velho que pertence à época em que havia crenças políticas (...). Como liberal emigrou, padeceu e combateu. As batalhas, a tribuna e a imprensa conheciam-no na primeira fila. Finalmente carácter honestíssimo...» — como aliás já num passo anterior referimos.

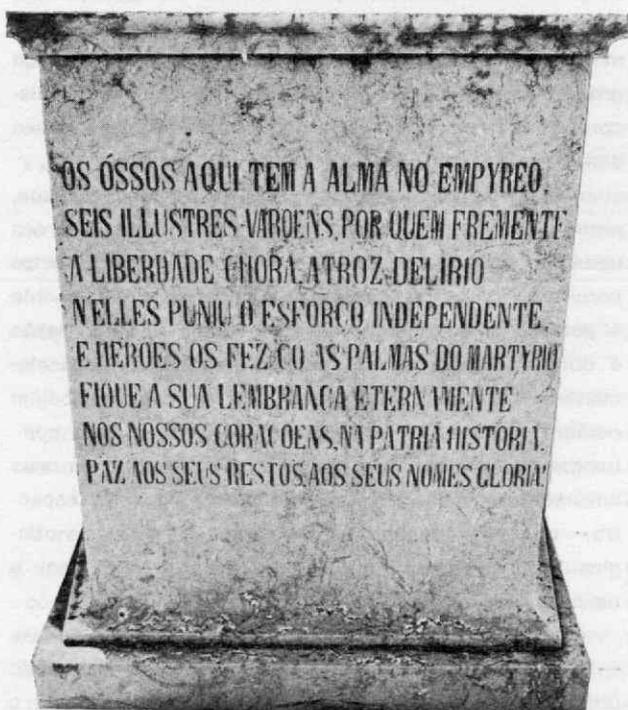
Não é menos significativo o depoimento cheio de independência, incluído numa publicação similar, no ano seguinte, do eminente jurista anadiense Alexandre Seabra <sup>(5)</sup> que põe em realce entre os predicados de Mendes Leite, as suas naturais e evidentes propensões para o bem e as suas aprumadíssimas acções «próprias de um cavaleiro». E, frisando que nunca a amizade o havendo impedido de apreciar como entendia os actos de administração ou de significado político do seu velho par-

ceiro de ideais e lutas, também em momentos nenhum deixou de fazer justiça à sua incontestável proibidade, observa mesmo, ao concluir as suas laudas de preito, o que representava o velho lutador liberal na cidade em que nascera: «Creio que Mendes Leite, quando morrer deixará mais um lugar **vago** em Aveiro.»

A cronologia induz, se não impõe, que este modesto trabalho busque uma ordem e uma sucessão.

E, se não recuo a tempos como os resultantes dos seiscentistas apoios aveirenses às malogradas pretensões régias do Prior do Crato, não me parece que, na circunstância possa omitir os justicados na portuense Praça Nova, em 1829 — por convivência ou efectiva participação armada, comprovadas, na revolução frustrada de 16 de Maio de 1828, não escapos à vindicta de um poder tirânico e desumano.

Lembro essas inolvidáveis vítimas do seu idealismo nessa ara de inexaurível inspiração, que os mantém, acendrada ou em latente brazido nunca extinto, na veneração suscitadora e constante das gerações subsequentes, que neles buscam, e encontram, alentadores estímulos de efectiva solidariedade humana, de generosidade e devoção até ao último sacrifício num ideal — e que são essencialmente um grande apanágio aveirense, assimilado no mais escorreito espírito da comunidade, e tanto nos filhos de raiz como de coração.



Recordo-lhes, venerandamente, o exemplo — porque em todos os propícios ensejos como este o considero uma obrigação indeclinável de muito grato e merecido preito — e os nomes inesquecíveis, e que nos compete continuamente incender, de mártires dos altos ideais de que somos agora como que os usufrutuários — e por eles imolados pela malquerença, cega e crua, inclemente e ínvia na repressão e na vindicta dos antagonistas, ainda os mais nobres, e dignos, e respeitáveis.

Relembro-lhes os nomes, desses de quem nos ficaram os crâneos como que num relicário que é perpétua fonte inspiradora para nosso fortalecimento de ânimo quando este se entibia, e de afervoramento, e simultaneamente de condenação dos meios, evidentes ou ocultos de que serve a prepotência impune.

Relembro-os reiterada, contumazmente, em mais esta oportunidade: Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Manuel Luís Nogueira, Clemente de Melo Soares de Freitas, Francisco Silvério de Carvalho de Magalhães Serrão, enforcados em 7 de Maio de 1829, e Clemente de Morais Sarmento e João Henriques Ferreira, que sofreram também a pena capital, com a mesma sanha torva, cinco meses depois, em 9 de Outubro do mesmo ano. Relembro-os reverentemente.

Salientemos nestas linhas de mal concatenada evocação o nome do aveirense e cidadão, a que talvez apenas a idade alquebrou na defesa ardorosa dos princípios, que foi a figura maior, a glória viva mais paradigmática e eminente, durante um bom quarto de século antes da sua morte unanimemente sentida — o egrégio Manuel José Mendes Leite, que Aveiro subestima nas suas memórias concretizadas de preito aos conterrâneos de mais fundo vinco nos seus anais.

Com a população aveirense, praticamente sem excepção, a tomá-lo como um seu expoente de grandeza raramente alcançada, e a ele vinculada pelas suas consabidas inclinações de solidariedade e consideração fraternas, e os ideais comuns à maioria e condicentes com o espírito colectivo manifestado desde há pelo menos alguns decénios. E, ao mesmo tempo, os evitados riscos em que bravamente incorreu e o espectro que se lhe antepôs no horizonte do enforcamento na memória de todos, ele foi o liberal sem jaça, rasgado e íntegro, marcado indelevelmente pelas moças impressões de horror, e de repulsa, e de afinidades sentimentais e de idealismo com a cordata e independente comunidade aveirense.

Aberto e tolerante, despido de malignidade e do espírito de reivindicativa, Mendes Leite, que perdia eleições com espírito desportivo (sem afrouxamento, mas sem malquerença) em toda a sua longa existência de quase oito décadas de anos, soube sempre inquebrantavelmente divergir sem vislumbre de animadversão.

Nessa honrosíssima iniciativa — quiçá imortalizadora — testefica, evidente e magnânima, a sua coerente e larga grandeza de ânimo o liberal que partilhou inveteradamente convicto os sentimentos latentes nos mais desprotegidos, e os compreendeu e perfilhou com fraterna humanidade, nas pérfidas mancomunicações e influências.

Aflorei, sem concretizar dados biográficos, honrosísimos e numerosos, uma apreciação do eminente vulto aveirense que emparceirou dedicadíssimamente com José Estêvão, e lhe deu com um affecto indefectível, os mais amistosos alentos, tanto, nas penosas vicissitudes de alguns períodos de exílio, como no acamaradar, em plena partilha, nas mais diversas iniciativas, e na sintonia dos momentos mais acerbos ou na euforia do triunfo — o tão despicientemente esquecido dos seus conterrâneos Manuel José Mendes Leite.

Volvamos, porém, ao título que mais o impõe, e mais perenemente, à veneração dos aveirenses — nessa qualidade e como cidadãos — a sua acção persistente e animosa, convincente e aglutinadora a favor da abolição da pena de morte por crimes políticos, que seria um primeiro passo decisivo para que ela fosse banida também da nossa legislação penal nos crimes comuns.

Relembremos como o grande título de glória de um aveirense ilustre e devotado, a inclusão no Acto Adicional à Carta Constitucional desse rasgado e percursor princípio.

A Câmara electiva, não sem divergências e lutas, viria a aprová-lo na memorável sessão de 29 de Março de 1852.

A proposta foi apresentada à Câmara electiva, na sessão de 10 de Março. Curtíssima, mas bastante para consagrar um princípio, que afinal estaria no sentimento colectivo.

O deputado Mendes Leite, o homem generoso que lembramos, indestrutivelmente ligado aos humanitários ideais, por que desde a mocidade intrepidamente lutava, mandou para a mesa, e justificou, um aditamento ao Acto Adicional, com o seguinte teor:

«É abolida a pena de morte nos crimes políticos».

«Fica, assim, ampliado o § 8.º do artigo 145 da Carta.»

Esta proposta foi admitida pela mesa, mas, porque tanto a decorrente como as immediatas sessões se encontravam densamente preenchidas, ficou a aguardar propícia oportunidade.

Viria, assim — e aumentando o interesse pelo debate paralelamente com a demora — a ser apresentada à consideração da Câmara, em 29 de Março, na ordem do dia. Deu ensejo a um debate vivo, participado por algumas das mais destacadas figuras políticas do tempo, e em



Mendes Leite

que uma parcela dos oradores manifestando-se pela proposta inserção e, assim, contra os porta-vozes da opinião governamental — que, aliás, apoiava o princípio, julgando que a abolição não devia inserir-se na Carta — viu sair vitoriosa, mesmo sem propósitos hostis ao executivo, essa forma de consagrar e firmar esse terminante banimento dessa já quase anacrónica gradação penal máxima. Todos dela manifestamente discordavam, apenas divergiam, por motivos de especulativa dialéctica de oportunidade.

Os apoiantes dos pontos de vista de Mendes Leite, eram, todavia, impelidos pela magnanimidade que era apanágio inquebrantável do grupo de homens fortes e rectos para quem a circunstância de ocuparem politicamente a posição dominante representava como dobrada razão e obrigação para serem rasgada e decididamente clementes. Não desejavam, nem em consciência podiam admitir, que se submetessem mesmo os seus mais contumazes e mais despidos de sensibilidade entre os seus adversários, ao que haviam vivido como um atroz espectro — que os perseguira em momentos de perigo, e atingira implacavelmente alguns companheiros de ideal e de luta.

A memorável sessão, a que presidia Silva Sanches — e foi secretariada por Rebelo de Carvalho — segundo diria o próprio presidente, seria preenchida em todo o

período da ordem do dia, dado o número de interve-nientes e a controvérsia que se prenunciavam, com o «aditamento do Sr. Mendes Leite, para que se consigne no acto adicional a pena de morte para os crimes políticos.»

**O aditamento do Sr. Mendes Leite**, sublinhe-se, diz o relato oficial da sessão. E como tal indisputavelmente foi então geralmente designado e ficou consagrado. Claro que tinha outros subscritores. Entre eles, por exemplo, António Xavier Rodrigues Cordeiro, que desse plenário inolvidável do Parlamento viria a escrever trinta e dois anos mais tarde (6)... «hoje seria objecto de admiração que, em matéria controvertida, na qual três ministros, tantos quantos estavam na sala, se terem pela palavra, e mais que uma vez, manifestado contra ela, houvesse uma câmara de deputados que, (...) sem nenhuns intuitos de opposição, votasse, em votação nominal, contra o que o governo queria.»

E acrescentava ainda, ufano desse triunfo parlamentar, que partilhara, ao lembrá-lo, passado um terço de século: «É que a Câmara era um dos parlamentos mais independentes, mais inteiros, de maior ombridade que temos tido. Não são esses os mais duradouros, infelizmente.»

Um parlamento com esse livre espírito de independência não agradaria, de certo, ao governo, já que mesmo alguns daqueles de quem habitualmente lhe viria apoio, se lhe furtavam, e se desirmanavam dos mais fiéis e disciplinados, para exprimirem, em algumas circunstâncias, claro e firme, o seu voto antagónico.

Por isso — ou pelo menos por parcelar influência do caso — após a sessão do dia imediato, já que o governo, apesar do seu «fair-play», terá ficado ressentido com o toque, acaso um tanto inesperado, as reuniões parlamentares sofreram sucessivos adiamentos.

Os deputados, aliás, haveriam tomado o gosto na reincidência de contrariar o executivo, e já, quando com ele não estavam de acordo não hesitariam em evidenciá-lo nas votações. E, claro, o governo, como tantas vezes tem sucedido em casos similares, acabou por promover a dissolução da câmara electiva, tão pouco submissa.

António Xavier Rodrigues Cordeiro, nas mesmas páginas de preito a Mendes Leite, e em remate delas, escreveria: (7)

«O combate começara em 29 de Março, com o princípio da abolição da pena de morte nos crimes políticos inserto no Acto Adicional. Teve então (8) o seu desenlace.»

Mas o que importa para aqui é a sessão de 29 de Março.

O primeiro dos oradores a intervir no debate — e com pensamento coincidente com o do governo, foi o Sr. Ferrer. Não renegava o que havia escrito sobre o princípio que motivou a proposta. Julgou conveniente, todavia, que ele não fosse inserido no Acto Adicional,

uma vez que na lei fundamental só devem ser consignados princípios orgânicos e esse o não era.

Ripostou imediatamente Mendes Leite, que era o grande patrono da proposta, e, nos termos textuais do relato oficial da sessão, «observou que o Sr. Ferrer, concordando com o princípio, opõe-se a que ele seja consignado no acto adicional; porém, pela sua parte, não pode deixar de insistir pela sua aprovação, porque não é um favor que se pede para os partidos, é uma garantia para todos eles, e é um princípio, cuja consignação nas leis fundamentais já tem um precedente, por isso que a França o inseriu na constituição de 1848, e não há inconveniente algum em que seja inserido também no acto adicional, porque uma lei regulamentar desenvolverá o mesmo princípio, assim como leis regulamentares têm de desenvolver alguns outros princípios que estão consignados no acto adicional.»

Intervieram no debate, com razões semelhantes às aduzidas, e contestando a validade do caso francês, pois este se verificara numa oportunidade que nada teria de semelhante ao momento português, e, defendendo o ponto de vista governamental — que viria a ser vencido por larga maioria na votação a que depois se procedeu — além do referido deputado, que sustentaria a sua posição, individualidades como: Rodrigo da Fonseca Ma-

Feita a chamada, disseram — *approvo* — os Srs. Braamcamp, Cardozo Avelino, Corrêa de Mendonça, Dias de Oliveira, Barjona, Duarte de Campos, Holtreman, Pequito, Pinheiro Ozorio, Sampaio, Rodrigues Cordeiro, Balthazar Machado, Barão de Almeirim, Bento de Castro, Seixas e Vasconcellos, Marques Baptista, Conde de Villa Real (D. Fernando), Rebello de Carvalho, Martins da Costa, E. da Cunha Pessoa, Faustino da Gama, Barroso, Alves Vicente, F. M. de Carvalho, Soares de Azevedo, Loureiro, Mello Soares, Carlos da Silva, Soure, Almeida e Silva, Benevides, J. C. de Campos, Sousa Pinto Basto, Pestana, José Ferreira Pinto Basto, J. J. de Mattos, J. M. Ferreira, Casal Ribeiro, Mello Giraldes, Sousa Caldeira, Passos (José) Justino Ferreira Pinto Basto, Leonel Tavares, Trindade Leitão, e Moreira Maya, Mendes Leite, Passos (Manoel), Fernandes Thomaz, Coelho de Carvalho, Sebastião Manoel de Gouvêa.

Disseram *rejeito* os Srs. Agostinho Albano, Avila, Lousada, Fontes Pereira de Mello, Sousa Menezes, Saraiva de Carvalho, Sarmiento, Vaz da Fonseca, Aristides, Barão das Lages, Barão de Palme, Carlos Bento, Conde da Ponte (D. João), D. Francisco de Assis, Gomes de Carvalho, Lobo de Moura, Vaz Preto Giraldes, Gomes Lima, Honorato Ferreirra, Abreu Castello Branco, Ferreira Pontes, Ferreira de Castro, J. M. Grande, Ribeiro de Almeida, Silva Sanches, Justino de Freitas, Placido de Abreu, Nogueira Soares, Thomás de Aquino, Ferrer, Visconde de Azevedo, e Visconde de Fornos de Algodres.

Ficou portanto *approvedo* o aditamento por 50 votos contra 32.

Reprodução, do relato da sessão de 29 de Março de 1852

galhões, à data Ministro do Reino; António Luís Seabra que era o Ministro da Justiça, e Carlos Bento. E apoiava-os entre outros, Fontes Pereira de Melo.

Pronunciaram-se a favor da proposta além de Mendes Leite, seu primeiro signatário e seu mais entusiasta defensor, figuras igualmente destacadas desse período e das lutas que o antecederam, nomeadamente Casal Ribeiro, Leonel Tavares, Barão de Almeirim e o citado Rodrigues Cordeiro.

O considerado proponente, que requereu a votação nominal, veria triunfar a sua proposta — ainda que depois se verificassem inconsistentes controvérsias de pormenor, inteiramente supérfluas — por 50 votos contra 32.

Estava, assim, até hoje, e cremos que por largo tempo ainda, abolida a pena de morte por crimes políticos — os crimes que só o são quando são vitoriosos os adversários.

Aos aveirenses causará talvez estranheza que entre os votos de aprovação — em que figuram grandes nomes como os dos irmãos Passos — e entre as vozes que se ergueram para a defender, não figure José Estêvão. Este grande amigo de Mendes Leite, adoeceu gravemente com uma febre tifoide e esteve quase cinco meses sem frequentar a Câmara. Só, por isso, se não associou à defesa, com o ardor, o brilho e a capacidade de convicção que lhe eram peculiares, da proposta.

Regressaria às lides parlamentares em Julho, sendo em 21 desse mês, a primeira sessão a que assistiu e em que usou da palavra. E com as comovidas e comovedoras expressões de cativado reconhecimento pelas demonstrações de interesse pelo seu estado — «raríssimas vezes tem presenciado a capital manifestação idêntica; o nome de José Estêvão andava na boca de todos (9)» — e, então afirmou que (10): «sentia muito não ter podido associar o seu voto ao daqueles que tinham votado pela abolição da pena de morte nos crimes políticos, porque, além de ser um grande princípio, era o sentimento nacional, e mesmo nos crimes civis a desejava ver abolida, para que o homem não pudesse ter mais força que Deus.»

#### «COSPE-FORA» — O ÚLTIMO ENFORCADO EM AVEIRO, EM 1841

Crime comum, ou pelo menos assim considerado — embora não seja totalmente de excluir, como já dissemos, a hipótese de na sua génese haver torvos desígnios de política odienta e, assim, indirectos, mas insidiosamente determinativos na pertinácia do tecer de

um estado de espírito de cegueira cúpida e vindicativa, lembremos aquele que motivou a última execução capital, por enforcamento na cidade e na comarca de Aveiro.

A execução efectuou-se no Rossio. No Rossio de S. João, como nesses tempos se chamava, por nele se erguer a capela — demolida em 1911 — que tinha por orago o Santo Percursor, e para o distinguir do Rossio, ou Terreiro, das Carmelitas. E verificou-se há mais já de cento e quarenta anos. Precisamente a 3 de Setembro de 1841.

Foi efectivamente o último condenado à pena capital na comarca aveirense e o último — por isso recordado, digamos, como um marco histórico nos anais de Aveiro, mormente numa terra onde raramente se regista um homicídio — consequentemente, a ser levado à execranda forca; Abominanda, sem dúvida, banida dos princípios e códigos penais que desde então se foram humanizando e recorrendo à modernização mecanizada de métodos mas que, não sabemos porquê, se mantém, numa região que se ufana de gentes de humana tolerância e benignidade sentimental, num topónimo do aro cidadão, talvez de fundamento histórico, mas de degradante lembrança.

Chamava-se esse derradeiro supliciado em Aveiro Jerónimo dos Santos Brandão. E, acaso por um inveterado vício desprezador das regras higiénicas e da suscitada repugnância alheia, era geralmente conhecido — nesses antigos tempos em que as alcunhas abundavam em Aveiro e eram talhados, identificadores, para cada qual as características de mais evidência — pelo apodo, com o seu quê de repulsivo de o «Cospe-Fora.»

Sapateiro de profissão, morador, suponho, para as bandas do S. Gonçalinho, este deita-tombas ávido e talvez canhestro, viveria, provalmente com aperto de uma economia doméstica sem folgas. Ele na sua arte, que não dava talvez para mais que um modesto, aperreado dia a dia, e a mulher na absorvente lida da casa. A labutarem sem descanso, acaso sem sequer ameaçarem para «receber o ramo», como tantos vizinhos das redondezas, e sem forrarem para constituir o pecúlio que uma velhice descansada requeria.

Passava por ter umas vagas simpatias pelo opressivo, ainda que não de todos malquistado, miguelismo, já então banido de vez mas de que, bruxuleantes, algumas simpatias persistiam.

Esse facto — aliás contestado por um dos exumadores desse triste acontecimento — não o impediu de acolher no seu aperreado lar, um tio, António José Gomes Guimarães, também vulgarmente denominado por uma expressiva alcunha, a de «António, ou Antoninho das Más Horas», que faz lembrar um celibatário, ou viúvo, sorumbático, ensimesmado, a quem a sorte adversa ou algumas nefastas circunstâncias da existência, atormentara. Era liberal convicto o triste velho, no qual o luzeiro do idealismo nunca se terá extinguido. Por esse facto sofreu nos

calabouços da praça de Almeida, largo tempo de soturna e depressora prisão. E uma vez restituído à liberdade, veio definitivamente para Aveiro, para casa do sobrinho — em cujos sentimentos de parentesco acolhedor confiou.

E com alguma correspondência afectiva, ou já com interesseiro cálculo, o facto é que o «Cospes-Fora» e a mulher, Ana Rosa, nos primeiros tempos o acarinharam a ponto de o levar a fazer testamento dos seus haveres em proveito do casal.

Daí em diante, **si vera est fama**, os sobrinhos cúpidos, sentindo-se servidos, tiraram a máscara de dedicada afeição fingida e passaram a tratar o benfeitor agrestemente, com crescente azedume e soberberia amargurando-lhe uma vida de precária saúde, melancolicamente arrastada.

Numa ocasião em que descarregaria as suas mágoas, um amigo, considerando a razão dos queixumes que lhe confiava do casal que o acolhera por cobiça, aconselhou o infeliz velho a fazer novo testamento deserdando os sobrinhos.

Ora essa disposição do António das Más Horas transpirou e, casual ou mal intencionadamente, chegou aos ouvidos do interesseiro casal, que se viu em risco eminente de perder alguns cobiçados bens — modestos, mas que para a sua pobreza constituíam uma fortuna apetecível e confortável.

Assim, segundo a versão que correu pela imprensa do tempo (v. g. **O Constitucional**, n.º 52, de 1841, e o **Periódico dos Pobres**, n.º 207), na madrugada de 11 para 12 de Setembro de 1938, sem rumores que os denunciasses, entraram no quarto do velho tio, que dormia sossegadamente com a cabeça coberta com o lençol, e vibraram-lhe, certa e mortal, uma machadada, que logo o liquidou. E, ao que parece, para consumir o homicídio bárbaro e se assegurar dele, haveria repetido o violento golpe por duas vezes, segundo então se divulgou. E é muito plausível, mais por ardor de sanha assassina, para arrumar o caso definitiva e prontamente, do que no intuito, com vagos vislumbres de humanitarismo, de lhe aplicar o abreviador golpe de misericórdia.

Socorrendo-me de abundantes e escrupulosos apontamentos que sobre o macabro caso reuniu o Dr. Joaquim de Melo Freitas que, além de muitos outros méritos, anotava com a regularidade, a minúcia e a exactidão que lhe eram possíveis, e não só nos acontecimentos quotidianos de interesse geral, mas dos factos mais salientes, de toda a feição, dos anais aveirenses — relembramos alguns aspectos de pormenor desse crime, que tanto abalou a pacatez da população aveirense, mormente da zona da Beira-Mar.

Homem Cristo vê neste cruel assassinato<sup>(11)</sup> uma maquinação de cariz político, vesga e satanicamente

concebida e perpetrada para reduzir o número dos adeptos da parcialidade adversa. E, embora nas notas coligidas por Melo Freitas não se exclua e antes se sujira a hipótese de intolerância, não se apresenta o ódio político tão perentoriamente na origem do impressionante crime. E, afinal, essa admissível causa nos conduziu a juntar a exaltação da alta e simpática figura aveirense oitocentista que fez incluir no diploma basilar da vida do país, a percursora disposição que aboliu a pena de morte para crimes caracterizadamente políticos, com a recordação deste hediondo episódio do patrazanal dia a dia da sociedade aveirense de há perto de século e meio.

Reatemos, no entanto, o relato dos factos de acordo com as narrações dos periódicos citados e das **Memórias do Tempo Passado para Lição dos Vindouros**,<sup>(12)</sup> do Dr. António Luís de Sousa Henriques Secco e as duas mencionadas fontes aveirenses.

Com o horror que se calcula (especialmente numa terra ainda não refeita dos abalos causados pelas execuções daqueles que ficaram considerados como os aveirenses Mártires da Liberdade, e cujos crâneos são conservados, para alento e inspiração dos aveirenses, como que num relicário ou numa ara dos nossos Lares, ao centro, geométrico e de maior significado para a nossa cultuação, do mais antigo dos cemitérios citadinos, (então único) o cadáver do António das Más Horas, com as marcas evidentes das machadadas brutais, junto ao que sucintamente na altura se designava apenas pelo Cais.

E ignoramos, assim, se do lado do Canal das Pirâmides — ao tempo recente — se já do Canal Central — que por essas alturas se chamava ainda, sobriamente, a Ribeira — a pequena distância da Capela de S. João — que só viria a desaparecer já no século que corre. Concretamente em 1911.

A partir daquele local, as autoridades, que logo accorreram, e os populares curiosos, que não resistiram ao impulso mórbido de ir contemplar o macabro espectáculo, foram encontrando, a par de cabelos, dispersos de onde a onde, um rasto intermitente de sangue, até à casa do suspeito «Cospes-Fora», o que avolumava os motivos da sua culpabilização. E, mesmo dentro do prédio, no pequeno quintal dele e na escada de acesso ao primeiro andar, as manchas de sangue continuavam com acrescida densidade.

Aliás, os degraus mais elevados, onde acaso se haveria derramado maior quantidade do sangue do assassinado, mostravam haver sido lavados há pouco. Prosseguindo na sua investigação, os representantes da autoridade, não obstante terem sido já também submetidos a uma lavadela, não tiveram dúvidas também de que houvera o propósito de apagar alguns

comprometedores vestígios do sangue vertido, no quarto contíguo àquele em que dormia a vítima.

No próprio quarto do desventurado velho, aliás, havia evidentes marcas de sangue coagulado, tanto na cama, à cabeceira dela, como na parede a que encostava, numa fiada praticamente ininterrupta.

No exame minucioso efectuado à cama, em que houvera o cuidado de colocar lençóis-lavados, verificou-se que o enxergão fôra cortado, de forma regular e cuidadosa, na parte central, e remendado, com serapilheira. Ora sob esse recente remendo, no fundo de duas camadas de palha fresca, encontrava-se uma terceira mais antiga. E nesta observavam-se manchas idênticas, não apagadas, que tudo fazia crer serem do sangue derramado pela vítima.

A palha ensanguentada que houvera o cuidado de retirar do enxergão viria a ser encontrada, na continuação do exame feito à casa, numa latrina, e num outro quarto apareceria o lençol tirado da cama, ainda enodado, e com três rasgões, que coincidiam exactamente com os golpes marcados no crâneo assassinado.

Claro que, com estas provas evidentes, e a ajuntar os zunzuns que há um certo tempo se cochichavam acerca dos propósitos cúpidos e desumanos do «Cospe-

De seguida, foi levado até ao cais, e colocado de frente do maltratado cadáver do tio. Pelo caminho, repetidas vezes, houve quem notasse que procurava apagar, com as solas das botas, os vestígios já secos dos pingos de sangue. E, na presença do corpo, cinicamente, declarou que o desventuroso António das Más Horas, não pernoitara em casa. Teria estado durante a noite, provavelmente, com algumas mulheres da vida fácil, que acaso o houvessem roubado, e depois assassinado.

O desprendido à-vontade e a insensibilidade com que engendrava fictícias razões para um crime que à generalidade das pessoas, horrorizadas e indignadas não deixava dúvidas da autoria e do móbil, indispusera os ânimos a ponto de os populares, desbordantes de ira castigadora, mostrarem disposição de desejar fazer «justiça» por suas próprias mãos, imediata e decisiva. Só a prudência e os suasórios argumentos das autoridades o terão evitado.

O julgamento, a que presidiu o Juiz José Maria da Silva Pinto, terminou a 8 de Março de 1839. O «Cospe-Fora», não obstante a sua persistência em negar a autoria do crime, tão evidentes lhe pareceram as provas, condenou-o à pena capital por enforcamento.



AVEIRO — Ria e Campo do Rossio, onde se efectuou o último enforcamento na cidade, em 1841.

-Fora», este foi imediatamente preso. Sobre ele recaíam, aparentemente indubitáveis, as culpas do cruel homicídio.

O sapateiro, estribado talvez em ilusórias promessas de um oculto instigador do crime, terá reagido com relativa serenidade à determinação de captura, alegando que ninguém podia ser preso sem culpa formada. E, agarrado a essa pretensa tábua de salvação, interrogado acerca dos vestígios de sangue encontrados, calmamente retorquiu que eram devidos à aplicação de sanguessugas que o desventurado Antoninho das Más Horas usava amiudadamente.

A mulher, a seu turno, condenou-a a degredo por toda a vida, em Cabo Verde—zona ultramarina para onde normalmente estava impedida a imposição de degredo a mulheres, pelo expresso na Ord. L.º 5, tit.º 14.º § 2.º, mas que, em casos de muita gravidade, como o que estava em causa, fôra consentida, por um decreto de 27 de Junho de 1795. Solidariamente, aliás, o tribunal condenou também o casal, e, pois, «ambos os condenados, no pagamento das custas» do processo.

A Ana Maria, que teria agido em conivência com o marido, na mesma mira da herança que via em perigo

de fugir-lhe, mas que teria desempenhado um segundo papel, de comparsa apenas, apelou da sentença. Vê-la-ia comutada em apenas quatro anos de degredo, na ilha de S. Vicente, também do arquipélago caboverdiano.

O enforcamento do «Cospe-Fora» verificar-se-ia a 3 de Setembro de 1841 — uma data negra da história de Aveiro, que só se recorda pela circunstância de a aplicação da pena capital haver sido a última na cidade e na comarca. E a forca foi erguida no Rossio, o logradouro em cuja entrada se ergueu, durante vários séculos, o pelourinho, que os liberais não resistiram a derrubar, já que de algum modo lhes lembrava um regime banido. E no Rossio ainda não ampliado com a expropriação da velha marinha Rossia, de que há já notícia dos fins do século XIV, nem com a demolição já novecentista, como já referimos, da mal estimada capela de S. João.

O malquistado condenado chegou do Porto, onde estivera a aguardar o cumprimento da sentença, e de onde partira na sua última segunda-feira, para chegar a Aveiro, na terça imediata, ao princípio da tarde. E no moroso, fastidioso percurso — com uma parcela feita por terra, e outra, do Carregal de Ovar à cidade, por via fluvial, a remos ou à vela — nunca deu sinais de abatimento. Talvez, e até aos derradeiros momentos, confiado em qualquer poderosa intervenção protectora enganosamente prometida.

Ao contrário, mostrava-se, sereno, confiado, bem humorado. Apodava pejorativamente de «malhados» os soldados que o custodiavam, o que faz crer nas suas simpatias miguelistas. E asseverava-lhes, convicto, que a sua morte, se se verificasse, a curto trecho seria vingada.

Inseguro, todavia, da sorte que lhe estava destinada, inconfiado na efectivação de frustes promettimentos que lhe hajam feito, perdeu, porém, o apetite. Salvo uma pequena porção de marmelada que mal saboreou por alturas de Ovar, nada terá comido na demorada viagem, que, afinal, efectivamente o trouxe para a fática forca.

Com a antecedência de três dias, para cuidarem, em pormenor, de todos os preliminares, já haviam chegado, para procederem à execução, dois algozes oficiais e experimentados.

Em Aveiro, já que a pena de morte, em consonância com o sentimento das populações, estava já caindo em desuso, não os havia, e ninguém se disporia a desempenhar essa macabra, nefanda função.

Nessa altura, segundo as notas recheadas de dados, os mais mínimos, de que me venho servindo, os execrados algozes envergavam uma indumentária negra — negra como a tarefa de que se encarregavam —, com botas também negras, e uma espécie de gabão amarelo — como o desespero dos penitentes executados.

Ficou na tradição — e tanto Melo Freitas como

Homem Cristo o registam — que o «Cospe-Fora» teria relatado com minúcia e sem esconder o mínimo pormenor, como se dera o crime e quem realmente o praticara ao sacerdote que o ouviu de confissão antes de subir à forca, o conhecido e conceituado Padre Passante — ou melhor o Prior Passante, o bondoso e ilustrado murtoseiro Padre João José Marques da Silva Valente.

Este respeitado sacerdote talvez não desse inteira credibilidade aquela última confissão e têlo-à dissuadido de declarar a pouco verosímil versão que lhe apresentava e que comprometia o conhecido Capitão Joaquim, pertencente a uma conceituada família. Antigo «assentista da tropa», chamava-se Joaquim António Coelho de Almeida, e, alvo da pecha local de crismar com as mais diversas alcunhas os habitantes da cidade, foi durante largo tempo apodado de Joaquim dos Burros. Só mais tarde, e já quando desempenhava aquela rendosa função, passou a ser geralmente designado por o Capitão Joaquim — porventura capitão de milícias como sugere Homem Cristo.

O veemente panfletário aveirense refere-se-lhe nos seguintes termos: (13)

«Esse nome ficou ligado a uma tragédia que teve o seu epílogo na forca, erguida no Rossio (...). O Capitão Joaquim era ferozmente miguelista. Como o Fernando da Estalagem, (14) como toda a família.

«Enquanto D. Miguel esteve no poder, os miguelistas em geral — havia excepções como em tudo — andavam à caça dos liberais como quem anda à caça de codornizes. Destruí-los pela mais extrema violência, a prisão em condições horrorosas, o cacete, a forca, eram todo o seu objectivo. Caído D. Miguel recorreram, para o mesmo fim, à calúnia, à intriga, a todos os expedientes, por mais vis.»

E concretiza: «Em Aveiro houve um qualquer dissentimento entre dois liberais (15), que viviam juntos, o **António das Más Horas** e o **Cospe-Fora**, tio e sobrinho. Capitão Joaquim procurou meios de os perder. E começou a andar à roda do sobrinho, a envenenar-lhe a alma, a perturbar-lhe o espírito, dizendo-lhe: — Vai refazer o testamento e deserda-te, se, antes, não deres cabo dele.

«Ao **Cospe-Fora**, a ideia de o tio o deserdar endoidecia-o. O Capitão Joaquim foi-o percebendo, e foi insistindo: — Se não deres cabo dele estás perdido.

O **Cospe-Fora** acabou por aceitar a ideia de dar cabo dele. Mas, confessava, não se sentir com ânimo para ser assassino. — «Tens coração de pombo! Mas não tem dúvida. Isso arranja-se. Eu forneço um homem de pulso.»

O crime consumou-se nas circunstâncias que vimos. E, depois de prepetado, diz ainda o castigador polemista:

«Quando raiou o dia, o Capitão Joaquim dirigiu-se a casa do Manuel Maria Ferraz (...) com uma loja de

mercearia<sup>(16)</sup> no ainda hoje chamado Largo do Manuel Maria, alegre e sorridente: — Manuel, já lá vai mais um.»

E, depois de acrescentar que o Manuel Maria também era adepto do miguelismo, odiento e opressor, adianta:

«O **Cospe-Fora**, preso e julgado, negou sempre que houvesse sido ele o assassino. E tudo o mais ocultou, convencido de que o salvariam as influências que tinha na terra o Capitão Joaquim. Enganou-se. (...)

«Conta-se — e neste particular, como vimos há coincidência manifesta com o referido nas notas do Dr. Joaquim de Melo Freitas — que, no oratório, disse tudo ao confessor. Era tarde.»

E, antes de recordar o terror que as várias facetas do caso lhe causavam, quando em menino o ouvia relatar, rematava a sua alusão a uma última fase, de incontidas manifestações alucinadas, do hediondo crime: «Capitão Joaquim, mais tarde, endoideceu<sup>(17)</sup>. E foi ele quem, nos desvarios da loucura, veio a lançar a melhor luz sobre a tragédia. Tinha visões horríveis. Ora sentia estalar os ossos do **António das Más Horas** sob os golpes da machada, ora via o **Cospe-Fora**, com meio palmo de língua saída, a baloiçar na forca. Aos gritos, tapava os olhos com as mãos, e caía de joelhos, pedindo perdão aos homens e a Deus. Às vezes fugia, de olhos esgazeados e mãos crispadas, de corpo vergado para o chão, como se alguma coisa horrenda o perseguisse. E clamava: — Deixa-me, deixa-me, perdão. Quem mandou matar o **António das Más Horas** fui eu.»<sup>(18)</sup>

Admite-se, pois, que este último enforcamento, efectuado no amplo logradouro, junto ao qual foi encontrado o cadáver do velho indivíduo assassinado, tivesse na origem um vesgo ódio político. É apenas uma suposição, uma conjectura talvez infundada, ainda que com aparências sugerentes de uma confirmação e de uma credibilidade com largos pontos de verosimilhança.

Lembrar esse episódio, com aspectos, aliás, antagónicos com a anterior evocação, conjuntamente com o relevamento de significado humano da abolição de pena de morte por crimes políticos, ao mesmo tempo que um ilogismo, parece-me perfeitamente justificado e oportuno. E julgo que constitui mais uma demonstração incontrovertível da grandeza de espírito do inspirador e propugnador dessa humanitária disposição constitucional — que, mesmo na lembrança relativamente fresca do crime hediondo que deu motivo à última execução capital efectuada na sua terra, não deixou de apostolizar, vibrante, generosa, aglutinadoramente, para os próprios adversários mais intransigentes e torvos.

(1) **Parabens**, 1884, pg. 25.

(2) **Parabens**, 1885, pg. 6.

(3) **O Povo de Aveiro**, n.º 288 (7.º ano), de 21-8-1887.

(4) **Parabens**, 1884, pg. 25.

(5) **Parabens**, 1885, pg. 13.

(6) **Um combate sem sangue**, in **Parabens**, 1885, pg. 8.

(7) **Parabens**, 1885, pg. 9.

(8) **Um combate sem sangue**, in **Parabens**, 1885, pg. 8.

(9) A **Constituição da República Portuguesa**, actualmente em vigência, e aprovada em 2 de Abril de 1975, diz, textualmente, no Artigo 25.º — 2 — no Título II: «Em caso algum haverá pena de morte». Mais: no n.º 2 do Artigo 26.º ficou expressamente disposto que «Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanas».

(10) **Marques Gomes**, «José Estêvão», 1889, pg. 119.

(11) **José Estêvão** — «Estudo e Colectânea», 1962, pg. 121.

(12) **Notas da Minha Vida e do Meu Tempo**, Vol. 1, pg. 67.

(13) Fasc. 2.º, pg. 226.

(14) Ob. cit., pgs. 67 a 69.

(15) Pai do Capitão Joaquim, de seu nome completo Fernando António de Almeida.

(16) É duvidosa que fosse.

(17) Que mais tarde pertenceria a Albino Pinto de Miranda, cujo nome preteriria o do antecessor, na toponímia popular, espontânea.

(18) O Dr. Joaquim de Melo Freitas, nas suas notas apontou: «O Capitão Joaquim endoideceu depois e dizia: «Quem o matou fui eu. Dei-lhe com um pau de campeche».

(19) Não há, em diversas particularidades, inteira concordância nas duas versões do caso que citei, o que, aliás, é, natural acerca de um facto ocorrido muito tempo antes, e que se transmitira em relatos orais deturpadores.

# A Igreja de Esmoriz

## — SEUS ALTARES E IMAGENS, PARAMENTOS, PRATAS, FESTAS E COSTUMES RELIGIOSOS (Séculos XVI-XIX)

*Pelo Padre Aires de Amorim*

Pertencia a fábrica da igreja aos abades, fregueses e confrarias; aos abades que comiam os dízimos ficava-lhes o encargo da capela-mór, seu altar e sacristia, paramentos, âmbulas dos santos óleos, brandões para acompanhar o **Senhor fóra** ...; aos fregueses, o corpo da igreja e seus altares, torre, sino, confessionário, caldeira da água benta, cepo das condenações...; à confraria do Santíssimo, a chave do sacrário, seus cortinados, umbela, azeite...

Quando em 1782 se constituiu, por bula de Pio VI, o prestimónio de Esmoriz, em benefício da Casa do Infantado, ficava esta encarregada da fábrica da capela-mór, porque passava a receber a dizimaria, porém uma vez extinta, por lei de 1832, as obras indicadas em visitaçãõ executar-se-iam, tendo primeiro o abade de as requerer ao administrador do concelho e, por sua vez, o administrador geral de Aveiro providenciaria, em face da informação recebida.

Como seria a igreja de Esmoriz noutros tempos? Temos conhecimento dela, a partir do século XVI, sobretudo pelos livros de visitaçãõ e pelos das confrarias.

Era um edifício simples, de pedra, telhado e forrado, com sacristia, caiado a cal. Tinha coro, com óculo, suspenso de colunas em 1682-83 (obra que ficou por 9\$480) e púlpito. Nas paredes tinha algum azulejo (1682-83) (1). A capela-mór era iluminada por uma vidraça (1597) e o corpo da igreja por frestas (1612) (2), cobertas de rede contra a passarada e defendidas da chuva por encerados, passando a ter vidros só mais tarde (1686). Era servida por duas portas, a principal e a travessa.

O pavimento era térreo, tendo sido lageado de 1590 a 1592 (3). Várias vezes o visitador obrigou os fregueses a aplanar a terra, dentro do caixilho de pedra das sepulturas, sinal de não ter soalho; a primeira vez que nele se fala é em 1775, data em que é consertado (4).

Não possuía torre, mas uma sineira, com um único sino. Os altares eram três: o maior, sem tribuna, representando num retábulo de madeira S. Pedro e S. Paulo

(1583) (5). Em 1758, já temos as imagens escultóricas de S. Pedro, do lado do Evangelho, e S. Paulo, do outro lado (6), o de S. Sebastião, com retábulo do Espírito Santo e o da Senhora do Rosário também com o seu retábulo. Os altares laterais deviam ficar, aquele ao norte, este ao sul, na mesma posição, em que hoje se encontram o de N. Senhora de Lurdes e o de N. Senhora do Rosário. A partir de 1605, sobre eles foi colocado um sobre-céu. Cruzes de pau preto enriqueceram os três altares, em 1664 (7). As imagens eram de roca, vestidas (1609) (8). Em 1627, mandou fazer-se a de S. Sebastião (9).

O arco cruzeiro ostentava pintado na pedra, o Senhor na cruz, ladeado de N. Senhora e de S. João (1582) (10), passando mais tarde a ter um painel a óleo com o mesmo motivo, que o visitador ordenou se fizesse «por mão de bom e perito pintor» (1624) (11).

A confraria do Santíssimo, dotada de fundos, tinha boas alfaias, ricas pratas. No tempo do abade António Nunes de Aguiar (1691-1724), havia na capela-mór dois lampadários de prata — talvez já tivesse sido removido o de latão, cuja execução fora ordenada em 1589 (12), dos quais o mais pequeno custara 105\$595 reis (13). A mesma confraria tinha custeado para a capela-mór treze painéis em tela, cujos motivos pictóricos se desconhecem, com moldura doirada, executados no Porto, importando em 101\$306 reis (14).

Junto de cada altar, encontrava-se um escabelo e, no corpo da igreja, uns tantos bancos, com cochia a meio, ficando os homens de costas para as mulheres (1586) (15). Colocado sobre estacas introduzidas na parede do norte e em altura que se pudesse passar por baixo, ficava ao fundo o **leito dos defuntos** com o seu pano, em que costumavam ir a sepultar os cadáveres envoltos em um lençol.

Várias reformas se fizeram na igreja, uma das quais em 1637-42. Muitas vezes se tinha já mandado reparar o forro. Agora é forrado, de novo, o corpo da

igreja — o da capela-mór, novo em 1582, estava a cair em 1613<sup>(16)</sup>. Os retábulos dos altares laterais foram apeados para reforma das paredes e levantada a torre do sino<sup>(17)</sup>. Em 1627, mandou colocar-se «um andaime sobre o tecto da igreja de lousas, pelo qual se possa ir ao sino<sup>(18)</sup>. O retábulo do altar-mór, executado em 1629, voltou a ser pintado e dourado em 1639<sup>(19)</sup>, o da Senhora do Rosário seria substituído por outro em 1643<sup>(20)</sup>, o de S. Sebastião, após três anos, a contar desta data, deveria ser pintado «por mão de bom oficial»<sup>(21)</sup>.

Em 1678, houve obras importantes, não se sabendo de que constaram<sup>(22)</sup>. A igreja teve um sacrário novo dourado em 1689-90<sup>(23)</sup>.

Voltaram a pintar-se e dourar-se os retábulos laterais em 1711, pedindo o visitador ao abade fizesse o seu «ao moderno para lhe(s) corresponder»<sup>(24)</sup>. Nesta data, o visitador aponta a necessidade de uma tribuna, indício de que a não possuía e de uma sacristia nova<sup>(25)</sup>; para aquela dera, então, a confraria do Santíssimo 260\$000<sup>(26)</sup>. Verificava-se em 1775 ser necessária uma torre nova, pois a existente encontrava-se «arruinada». Fez-se, em 18 de Agosto, escritura de contracto com Manuel Carvalho, de Nogueira da Regedoura, importando a obra em 198\$000. Os carretos seriam por conta da freguesia, bem como alguns materiais, podendo o pedreiro aproveitar-se da pedra do «torreão velho»<sup>(27)</sup>. Durante as obras, servia-se de um «campanário de pau para o sino»<sup>(28)</sup>. A nova torre devia ter sido feita desde os fundamentos. Em 1779, aparecem «de gastos quando se puseram os sinos na torre» certa importância, sabendo-se que, agora, a torre era provida de dois sinos<sup>(29)</sup>. Em 21-XII-1780, resolveu soalhar-se a capela-mór<sup>(30)</sup>.

Santo António de Lisboa, cuja devoção se confundiu em Portugal com a de Santo António do Deserto ou Santo Antão, viu erguer-se-lhe um altar em 1782<sup>(31)</sup>. O seu lampadário novo, adquirido na vigência do abade D. Bento da Assunção Pimenta (1725-67), pesava quinze marcos, seis onças e três oitavos; de feitio, 1\$650, tendo custado 114\$447 reis<sup>(32)</sup>.

Por 1800, vê-se que a igreja, além da sacristia paroquial, tinha a das confrarias e, além das sepulturas na capela-mór, havia 14 «entre as grades» e 35 de adultos, abaixo das mesmas.

Terminará o século XVIII, pondo-se ao pároco um problema muito importante, qual o de uma igreja nova a construir. Em 1799, esta «uma das mais antigas» da região ameaçava ruir. Os moradores eram pobres, «e a maior parte deles vivem da pesca do mar», pelo que o juiz, procurador e eleitos da Igreja requereram ao governo provisão para ser lançado o imposto do real sobre o quartilho do vinho, no concelho. A câmara municipal, consultada, concordava com o novo imposto, excepção feita, porém, a Arrifana, Feira, S. João da

Madeira, Oliveira de Azemeis e Moselos, oneradas com outros reais. O corregedor da comarca informaria deste modo: «esta igreja se acha inteiramente arruinada, não só das armações e telhados, mas nas mesmas paredes dela, de que resulta a urgentíssima necessidade e indispensável construção da dita nova igreja». Era este o orçamento da obra:

Pedraria ... ..	3 350\$000
Carpintaria, ferragens e vidraria	2 260\$000
Telhados e guarnições ... ..	510\$000
Telha e pintura dos altares ...	<u>1 420\$000</u>
Total ... ..	7 500\$000

Demonstrada a necessidade da obra, ordenara o governo que primeiro se comesse pela capela-mór, a cargo dos dizimadores. A planta do corpo da igreja achara-a «excessiva», pelo que devia reduzir-se, para mais fácil e breve construção. Podia conceder-se, se necessário, por 10 anos, o real sobre o vinho no concelho, com excepção de Arrifana, Oliveira de Azemeis, S. João da Madeira, Moselos e, ainda, Cesar, a braços com a reedificação da sua igreja — sendo os moradores obrigados aos carretos dos materiais. Posta a concurso na Feira, em 10-XII-1799, foi arrematada por António Pereira, mestre de Válega, por 18 000 cruzados. Mas a obra ficou largos anos por começar...

Corria o real em 1810, arrematado em Aveiro, por dois anos, pela quantia de 561\$000 anuais. Em 1813, nova concessão, persistindo sempre a cláusula: primeiro construir-se-á a capela-mór. Oneravam-se as populações e não se via a obra sair da terra. Moselos, empenhada na construção da sua igreja nova e faltando-lhe cabedais necessários pretendeu que Esmoriz lhe emprestasse 2 000\$000 dos fundos do real. A requerimento do juiz e eleitos daquela freguesia, foram citados os moradores desta «e as pessoas da nobreza da mesma freguesia», para assistir à reunião camarária de 15-1-1814, onde se debateria a questão. Esmoriz compareceu em força, com 128 homens e 19 mulheres, e disse da sua justiça:

— que a sua igreja estava «por extremo arruinada, indecente e incapaz de nela serem celebrados os officios divinos» e, se ainda não tinha arrancado com a obra, era porque, sendo o príncipe regente senhor do prestimónio de Esmoriz, não dera por ora ordens para a construção da capela-mór;

— que estando perto da estrada real, servia também aos viandantes para nela cumprirem o preceito, pelo que se precisava de um templo novo;

— que o empréstimo não era suficiente para acabar uma igreja «extraordinariamente grande e sumptuosa», como a de Moselos;

— que a gente dessa freguesia era na maior parte rica e bem podia emprestar o dinheiro bastante para a conclusão das obras, recebendo-o depois pelo real; tinha-lhe este sido concedido em 11-X-1785 por D. Maria I sobre o quartilho de vinho e o arrátel da carne em 13 freguesias, entre as quais Esmoriz<sup>(33)</sup>;

— que por concessão régia Moselos tinha sido exceptuada de contribuir com o real para Esmoriz, pelo que não devia tirar-lhe o benefício que lhe fora concedido.<sup>(34)</sup>

Perdia-se o tempo com burocracias e mais burocracias. Mandara-se, agora, efectuar uma vistoria em 2-5-1814: a igreja estava por reedificar, devia começar-se pela capela-mór e o edifício estava inconveniente e em perigo para os fiéis. Orçara-se a capela-mór e a sacristia em 2 400\$000. No final do ano, em 20 de Dezembro, solicitaram o juiz e eleitos de Esmoriz ao príncipe regente que, como recebedor dos dízimos, construísse a dita capela-mór. Continuava o real; em 23-2-1815, o alferes António Moutinho, de S. João da Madeira, obrigava-se a pagar 700\$000 anuais pelo imposto sobre o vinho. Finalmente o despacho ansiosamente esperado, datado do palácio do Rio de Janeiro, de 20-X-1815. Tendo em consideração a ruína e indecoro de toda a igreja, conformando-se com o parecer da Junta da Casa do Infantado, o príncipe regente deferiu fosse edificada a capela-mór<sup>(35)</sup>.

Em 6-X-1819, ordenara entregasse o rendeiro ao corregedor da Feira 991\$668, para pagamento da terceira e última prestação da empreitada de António Pereira dos Santos, de Válega, por estar concluída a obra de pedraria e carpintaria na capela-mór e na residência paroquial<sup>(36)</sup>.

Em 1850, a 13 de Dezembro, oficiava o administrador do concelho ao governo civil que já tinha feito arrematar as obras da igreja e da residência<sup>(37)</sup>. A junta resolvera que, em lugar do coro estar apoiado em duas colunas, ficaria mais **cómodo** e **elegante** numa só<sup>(38)</sup>.

Da nova igreja sabemos tão somente que tinha varandas — a sua existência documenta-se em 1861<sup>(39)</sup> e quatro frestas para iluminação<sup>(40)</sup>; fala-se nos altares colaterais de N. Senhora das Neves, N. Senhora das Dores, N. Senhora do Rosário e Santo António. A sacristia era pavimentada de pedra, mandando-se soalhar em 1822-23 a igreja media 162 palmos de fundo por 49 de largo, ou sejam 35,64 m. x 10,78 m.<sup>(41)</sup>

Se a igreja, dentro de menos de cincoenta anos, ameaçava ruir de novo, parece-nos que as obras se teriam limitado a qualquer coisa parecida com um simples e mal feito restauro, não avaliando devidamente o estado das paredes. Em 11-12-1850, a câmara municipal autorizou a junta de paróquia a lançar uma derrama para as obras da igreja e da residência<sup>(42)</sup>.



Igreja paroquial de Esmoriz.

A igreja, pensava a junta em 22-5-1861, achava-se «completamente arruinada por se lhe não ter acudido a tempo e se não poder continuar nela a celebração dos officios divinos e actos religiosos e que por isso é necessariamente declarada interdita» e por isso «todo e qualquer reparo no edifício da igreja é inútil, não se atendendo ao gateamento das paredes que se acham totalmente desaprumadas»<sup>(43)</sup>. A residência também estava em ruína. Os paramentos não eram decentes. Era preciso construir a escola primária. Eis as dificuldades da freguesia. Em 20-8-1861, foram arrematados em praça o conserto da igreja (595\$000), o fornecimento de paramentos (169\$000) e a construção da residência<sup>(44)</sup>. Em fins de 1861, procedeu-se à remoção do Santíssimo para a capela de Gondesende, onde o pároco tinha a casa dos pais e ia habitar, já que a residência ameaçava perigo. Aos domingos, havia missa na capela da Penha. As obras estiveram paradas, por falta de pagamento ao arrematante. O governo civil de Aveiro ordenava se limitassem as despesas nas confrarias, mesmo à custa do não cumprimento dos legados, não aprovando o orçamento das missas dos sábados, a que era obrigada a confraria do Rosário — enquanto durassem as obras na igreja e residência<sup>(45)</sup>.

A igreja sofreu um «conserto grande», a cargo do mestre de S. Fins da Feira, José Pinto, pelos ditos 595\$000. Também na renovação dos paramentos se gas-

taram os 169\$000. Mas, ao chegarmos a 1864, encontramos um panorama verdadeiramente desalentador, que transpira da sessão da junta de paróquia de 28 de Março: os paramentos estavam «despedaçados e indecentes», «mais aptos para mover à irrisão e desprezo por as causas divinas, do que para despertar no coração dos fiéis o sentimento religioso». Nos altares, as tintas estavam inegrecidas e gastas pelo tempo e chuva, a talha estragada, os doirados sumidos, as imagens, umas necessitando de ser encarnadas, outras de ser substituídas, em razão da sua disforme escultura, algumas paredes ameaçando ruir...<sup>(46)</sup>. Infelizmente, em 5-1-1865, o templo ameaçava ruína... mas ia-se aguentando de pé. Esquecidos do que impedia fazer-se em primeiro lugar, qual era o derrubarem-se certas paredes e erguerem-se novas, verificamos, de 1866 a 1868, que se pinta e doura o altar da Senhora do Rosário, protege-se sua imagem com vidraça e José dos Santos, do Porto, pinta e doura a capela-mór<sup>(47)</sup>. Em 31-3-1870, era «realmente doloroso e muito reparado o estado de indecência em que se achava» o templo. As águas pluviais caíam na tribuna e nos arcos laterais há pouco dourados, o arco cruzeiro ameaçava ruir, necessitando-se de imediatos reparos nos telhados e no forro. A freguesia só podia fazer face a metade das despesas, cooperando as diversas irmandades, reformando cada qual seu altar e construindo a junta de paróquia mais dois novos. O restauro fora, porém, complicado pela politiquice paroquial. Tendo sido em 1877 desalojado de presidente da junta, mas continuando como juiz das irmandades do Santíssimo e das Almas, o abade Roberto Gonçalves de Sá fez tudo quando pode para desviar para outros fins as verbas votadas por estas, para complicar a vida à nova junta de paróquia, a cargo de quem corriam as obras. Em 1875, adquiriu-se uma banqueta nova para o altar do Senhor, obra do entalhador Zeferino José Pinto, do Porto<sup>(48)</sup>. Também os sinos estavam deficientes: em 15-6-1879, os peritos António Ferreira e Manuel Lopes de Oliveira deram à confraria do Santíssimo o orçamento para a feitura e colocação de um sino na torre de seis arrobas por 70\$000<sup>(49)</sup>. O das Almas, partido, foi substituído na mesma data por 30\$350<sup>(50)</sup>. Poucos anos depois, em 1882, devido ao seu mau estado, foram vendidos à fundição de Alexandre António Leão, de Campanhã, por 218\$00, adquirindo-se novos, com o peso, respectivamente de 482,082 e 296,090 kgs. por 609\$540<sup>(51)</sup>.

Sendo, agora, em 1887, favoráveis ao abade Roberto os ventos eleicoeiros da junta de paróquia, viu, por sua vez, complicada a sua acção pelos membros cessantes. Na verdade, o legado testamentário do comendador José Pinto Rodrigues da Costa, ilustre esmorizense falecido no Brasil, no valor de dois contos de reis fracos, que aqui renderam 832\$840 ficara em poder

do presidente vencido, Francisco Pinto Ferreira. Se o abade Roberto tinha contribuído para que se efectuasse este legado, igualmente se empenhou junto do governo, conseguindo um subsídio de 1 000\$000 e bem assim a planta para a nova igreja, cujas obras foram estimadas em 7 700\$000, deduzidos os materiais aproveitáveis. Em 14-6-1890, falecia porém, o pároco. Foi preciso reaver judicialmente o referido legado e bem assim 166\$000 que ficaram nas mãos do extinto. Agora nova planta aparece. A obra ficaria por 5 000\$000.

Não obstante se escrever em 2 de Agosto «a igreja pode dum momento para o outro desabar» foi preciso esperar por 1892 para se arrancar. Em 24 de Abril mudou-se o Santíssimo para a capela da Penha. Em 24 de Julho, António Gomes da Costa, de Paramos, arrematou a obra de pedreiro por 1 780\$000, Tomás Henrique Valente de Abreu, de Valadares (Gaia), a de carpinteiro por 1 637\$000 e António Pereira de Brito Paula, de Argoncilhe, a de trolha por 1 050\$000. A cantaria viria da Vila da Feira, a alvenaria das pedreiras da freguesia, na Relva. No dia 4 de Agosto, deu-se início, começando-se pela capela-mór<sup>(52)</sup>. Em Setembro, resolveu-se alterar o projecto, aumentando-se ao corpo do edifício 4 metros e à capela-mór 1,5 m. Nova alteração em Março seguinte: as paredes, desalinhasadas 25 cm, tiveram de ser demolidas até à sapata — isto no corpo da igreja, o mesmo acontecendo com a frente e a torre<sup>(53)</sup>. O curso da remoção de terras, muros e escadaria do adro foi arrematado em 4-12-1892 por Alfredo Pereira Vendas, pela quantia de 575\$000<sup>(54)</sup>.

Feita a capela-mór, voltou o Santíssimo para o seu altar em 6-1-1893, continuando as obras do corpo da igreja «sempre por subscrição voluntária». Em 1894, aumentou-se a torre 2 metros. Em Maio do ano seguinte, estava o corpo da igreja construído e os fiéis esgotados de dar donativos, para o que se tinha organizado comissões locais e realizado dois leilões que renderam 122\$680. Havia urgência em cobrir as paredes, para não se arruinarem e os fiéis não adoecerem, pelo que se pediu licença para vender o **campo da freguesia** e o **pinhal da aberta**, baldios<sup>(55)</sup>. Por outro lado, constituiu-se uma comissão, composta por António de Sousa Marques, Manuel Fernandes, Dr. José Maria da Fonseca, Joaquim de Sá Ramos, José Pinto Fernandes Romeira e Francisco Gomes Loureiro que foi pedir ao card. D. Américo um subsídio da Bula da Santa Cruzada e bem assim, enquanto durassem as obras, autorizasse que o pároco desse para a igreja a prestação que semestralmente vinha pagando ao seminário<sup>(56)</sup>. O problema foi resolvido por António Francisco de Almeida, comerciante esmorizense no Brasil, que à sua custa mandou cobrir o corpo da igreja e do seu bolso e dos amigos enviou 2 000\$000<sup>(57)</sup>. Também Manuel Francisco da Silva, da

Vinha, deu uma significativa ajuda, construindo à sua custa o altar do Senhor dos Aflitos, para nele ficar o Santíssimo<sup>(58)</sup>. A imagem do Senhor foi oferta de Bernardo Pinto Ferreira, do Agueiro. O coro ficou suspenso de duas colunas de ferro, com o peso de 703,500 kgs., fabricadas pela Antiga Fundação de Crestuma de Constança da Silva Paiva Freixo, custando 35\$150. A cúpula da torre foi convenientemente azulejada em 1895, por 9\$160<sup>(59)</sup>.

O P.º José António da Costa Pinheiro, o grande e saudoso pároco que conseguira unir e galvanizar os seus fregueses para a nova igreja, teve a alegria de a benzer; a respectiva licença é de 1-5-1896, pois tinham terminado as obras<sup>(60)</sup>. Encontravam-se, agora, os sete altares dourados, os paramentos renovados, os cálices dourados.

Foi esta a conta da nova igreja, paga pela junta de paróquia, devido aos aumentos não previstos:

ao pedreiro ... ..	3 883\$277
ao carpinteiro ... ..	2 415\$176
ao trolha . ... ..	1 716\$622
ao fiscal . ... ..	299\$080
Total ... ..	8 314\$155

Terminou o século XIX. Verifica-se que o novo edifício, melhorado pelos párocos sucessores, ficou de-veras bem feito. Ainda hoje se encontra em bom estado.

#### ALTARES PRIVILEGIADOS

Trata-se dos altares a que está anexa uma indulgência plenária, aplicável à alma por quem é celebrada a Missa. Os nossos livros de visitação indicam-nos, por vezes, qual o privilegiado.

A pedido dos oficiais da confraria das Almas, o provisor da diocese, frei Aurélio de S. Tomás, designou, em 1760, o altar de S. Sebastião como privilegiado *in perpetuum*, revogando-se qualquer outro. Pio VI, em 1786, fez idêntica graça às igrejas paroquiais, a pedido de D. frei João Rafael de Mendonça, bispo do Porto. D. Lourenço Correia de Sá, seu sucessor, nomeou, por concessão do mesmo Pio VI, em 12-8-1796, por 7 anos, o altar-mór das igrejas paroquiais. Nova concessão papal, concedida por 7 anos, em 1799. O abade encomendado, Bernardo António Correia de Andrade, escolheu o da Senhora do Rosário. Também em 23-XII-1803, D. António de S. José de Castro, por faculdade obtida de Pio VII, mandava que nas paroquiais o pároco elegeisse, por 7 anos, o seu altar privilegiado e idêntica ordem foi passada, em 18-XI-1814, pelo dr. Teodoro Pinto Coelho de Moura, vigário capitular do Porto.

#### IMAGENS ESCULTÓRICAS

Mandara o visitador retirar de uma cruz de prata renascentista «as campainhas de prata, por não servirem no lugar em que estão»<sup>(61)</sup>. Mais tarde, outro visitador, amigo da arte, mandara repor os tintinábulo<sup>(62)</sup>. O artista não era aprimorado, pois deixara os pés do Senhor «mal proporcionados». Ainda no século XIX (1864), se verificava que algumas imagens deviam retirar-se, por serem de «disforme e irregular escultura»<sup>(63)</sup>.

A igreja tinha em 1609 imagens de roca e não se consentia que leigos as vestissem<sup>(64)</sup>.

Um as ao culto, outras retiradas, desaparecidas ou inutilizadas, eis as imagens da nossa igreja:

Santo Américo: de 0,60 m., madeira. Retirada do culto.

Santa Ana: de 0,60 m., madeira. No altar de Santo António.

Santo António: de 1,30 m., madeira. Está no seu altar.

Santo António: de 0,60 m., madeira. Retirada do culto.

S. Braz: de 0,92 m., madeira. Retirada do culto.

Coração Eucarístico de Jesus: de 0,50 m., madeira. Retirada do culto.

Sagrado Coração de Jesus: de 1,50 m., madeira. Retirada do culto. É obra das oficinas de António Pereira de Abreu, Porto. Veio em festiva e devota procissão, da estação da C. P. até à igreja. D. António Barroso indulgenciara esta imagem com 50 dias *toties quoties*.

Sagrado Coração de Jesus: de 1,90 m., madeira. É das mãos de José Ferreira Tedim, de S. Mamede do Coronado. No dia 26-6-1910 foi conduzida processionalmente, da estação até à igreja, juntamente com a de Santa Margarida Maria, reformada. Era dia de festa do Sagrado Coração de Jesus. Em correspondência para o *Jornal d'Ovar* de 5 de Junho e 3 de Julho de 1910, dizia o abade António André de Lima que a igreja possuía, agora, quatro imagens da autoria de Joaquim dos Santos Leite, do Porto. Está no seu altar.

Cristo-Rei: de madeira, no altar-mór.

Santa Filomena: de 0,80 m., terra cota. Retirada do altar.

Santa Filomena: de 0,63 m., terra cota. Retirada do culto.

S. Francisco de Sales: de 0,95 m., madeira. Esteve no altar da Senhora do Rosário. Retirado do culto.

S. Gonçalo: de 0,50 m., madeira. Está no altar de S. Sebastião.

Santa Inês: de 0,70 m., madeira. Esteve no altar da Senhora de Lurdes. Retirada do culto.

S. João de Brito: de 0,80 m., terra cota. Esteve no altar do S. C. de Jesus. Retirada do culto.

S. Joaquim: de 0,60 m., madeira. No altar de Santo António.

S. José: de 0,63 m., terra cota. Esteve na capela-mór, ao norte. Retirada do culto.

S. Luís Gonzaga: de 0,60 m., madeira. Esteve no altar da Senhora de Lurdes. Retirada do culto.

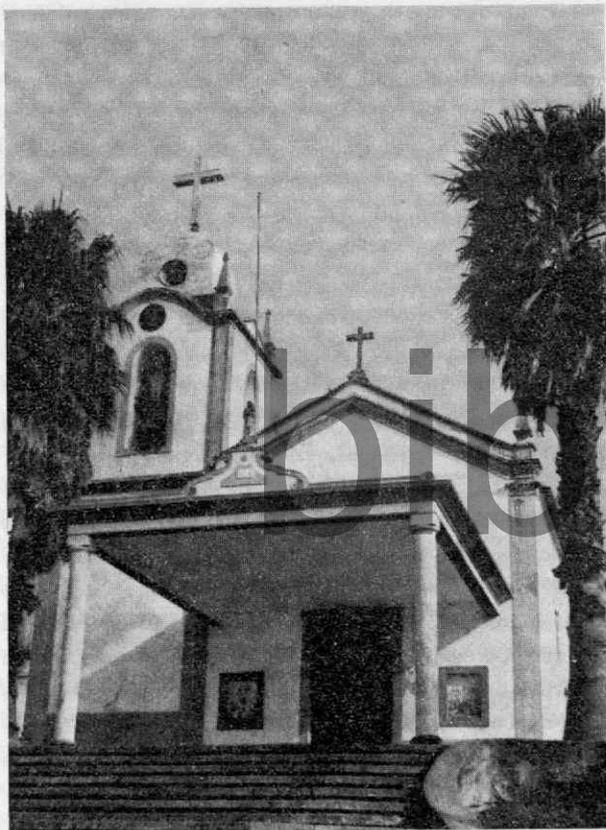
Santa Luzia: de 0,45 m., de madeira. Esteve no altar da Senhora do Rosário. Retirada do culto.

Santa Margarida Maria Alacoque: de 1 m., madeira. Retirada do culto.

Menino Jesus: de 0,30 m., madeira. Retirada do culto.

S. Miguel: de 0,68 m., madeira. Retirado do culto.

Beato Nuno de Santa Maria: de 1 m., madeira. Imagem adquirida em 1948. Esteve num dos nichos do altar-mór. Retirado do culto.



Capela de Nossa Senhora da Penha de França.

S. Paulo: de 1 m., madeira. Estava no altar-mór, no nicho do lado do sul. Em 1948, foi colocado na capela do mar.

S. Pedro: de 1 m., madeira. É do mesmo autor da precedente. Estava no nicho do retábulo do altar-mór, do lado do norte. Em 1948, foi para a capela do mar.

S. Sebastião: de 1,55 m., madeira, adquirida em 1924, ou em data posterior. Custou 2 500\$<sup>(65)</sup>. Tem altar próprio.

S. Sebastião: de 0,76 m., madeira. Retirado do culto.

Nosso Senhor Crucificado: de 0,70 m., madeira. Está na sacristia do clero.

Nosso Senhor dos Aflitos: de 1 m., madeira, oferta de Bernardo Pinto Ferreira, do Agueiro. Tem altar próprio.

Nossa Senhora da Assunção: dignifica a frontaria da nossa igreja.

Nossa Senhora da Assunção: de 0,73 m., madeira. Esteve sobre o antigo sacrário da capela-mór. Em 1948, passou para o nicho principal do altar-mór.

Nossa Senhora de Fátima: de 1,50 m., madeira. É seu autor José Ferreira Tedim, executada em 1930. No dia 25 de Maio, veio «em grande e numerosa» procissão da estação da C. P. para a igreja. Está em altar próprio, debaixo do qual se encontrava o grupo dos pastorinhos, do mesmo escultor. Uma vez removido o altar, foi daí retirado o grupo.

Nossa Senhora do Livramento: de 0,50 m., madeira. Está no altar de S. Sebastião.

Nossa Senhora de Lurdes: de 1,60 m., madeira. Executada por Joaquim dos Santos Leite, Porto. Tem altar próprio.

Nossa Senhora do Rosário: de 1,40 m., madeira. Está em altar próprio.

Nossa Senhora do Rosário: de 0,45 m., madeira. Retirada do culto.

Nossa Senhora do Rosário: de madeira. Foi para o museu do Seminário de Teologia do Porto.

Nossa Senhora da Soledade: de 0,55 m., madeira. Está aos pés do Senhor Crucificado.

Santa Teresa do Menino Jesus: de 1,47 m., madeira, obra de José Ferreira Tedim, veio incorporada na sobredita procissão de 25 de Maio para a igreja. Está em altar próprio.

S. Vicente de Paulo: de 0,80 m., em terra cota, foi colocado na capela-mór, do lado do sul, em 1934<sup>(66)</sup>.

Termina-se com estas linhas, tiradas do «inventário dos ornamentos e peças que são dos abades desta freguesia» e que se poderá datar de 1701:

«uma imagem de Cristo Crucificado com resplendor de prata, cruz e cepo de madeira, que está no altar maior;

uma imagem nova da Senhora da Assunção pintada de estofa com uma coroa de prata, que está no altar maior;

uma imagem pequena da mesma Senhora com sua coroa de prata;

um retábulo no altar maior dourado com S. Pedro e S. Paulo pintados em tábua»<sup>(67)</sup>.

Noutro inventário de objectos e paramentos do Santíssimo, de 1653 temos, parece, dois crucifixos, ainda ambos por referenciar:

um Cristo vindo de Roma, indulgenciado, na sua cruz de madeira, sobre uma peanha;

uma cruz de pau preto que tem, sob uma vidraça, uma «reliquia do Santo Lenho e carne de Santa Teresa e outras mais relíquias, a qual não costuma sair, senão em extrema necessidade, e nesta forma saindo sempre somos socorridos do céu, ou água que pedimos».

### III — PARAMENTOS

3.1 — Ao percorrermos os vários inventários dos paramentos, pratos e outros objectos, pertencentes aos abades e às confrarias, encontramos outros tecidos, outros paramentos, outro luxo nas coisas de Deus.

#### 3.2 — PARAMENTOS DOS ABADES — 1623:

— **Frontais:** de damasco branco; tafetá branco com sabastos vermelhos; chamalote branco e vermelho; gadamesi; chamalote preto; (posterior) damasco branco e sabastos de veludo carmesim.

— **Sobrecéus:** de linho e fiampos.

— **Vestimentas (Paramentos):** de damasco branco com sabastos de veludo carmesim; damasquilha branco com sabastos azuis; chamalote roxo; setim falso e setim falso azul <sup>(68)</sup>.

#### 3.2.1. — PARAMENTOS DOS ABADES — 1632:

— **Frontais:** de damasco branco e veludo carmesim; tafetá branco e amarelo velho; godomexim (que estava na capela da Penha); chamalote preto; (posterior: chamalote roxo com sabastos de... de seda e lã).

— **Vestimentas:** de damasco e sabastos de veludo carmesim; chamalote roxo; setim azul; setim acabado; (posterior: chamalote roxo com sabastos de bamoa (?) de seda e lã); chamalote de lã verde e vermelha deixada pelo abade João de Pinho.

— **Véus de calix:** vermelho com renda de prata; branco com renda azul; apavonado com renda negra; volante; acabado; roxo; **Caixa -de-hóstias da Índia;** **Missal novo** «com suas fitas abrazadas, com botões de ouro» <sup>(69)</sup>.

#### 3.2.2 — PARAMENTOS DOS ABADES — 1701:

— **Frontais:** de damasco branco com sanefas de veludo carmesim e franja de retrós vermelho; damasco branco com palheta de ouro, forrado de bocaxim amarelo; folepechim vermelho e verde com franja de retrós da mesma cor; chamalote de lã roxo com sanefas de brocatel de lã verde e roxa e franja de retrós.

— **Vestimentas:** de damasco branco com sanefas de veludo carmesim e franja de retrós vermelho; damasco branco com palheta de ouro e forrado de tafetá cor de ouro; folepechim vermelho e verde com franja de retrós da mesma cor; chamalote de lã roxo com sanefas de brocatel de lã verde e roxa, com franja de retrós; catalufa vermelha e branca com sanefas brancas e verdes, com franja pequena.

— **Véus de cálix:** 3 de tafetá branco, sendo um guarnecido de espiga de ouro; 2 de tafetá vermelho; 1 de tafetá verde; 2 de tafetá azul; 1 de tafetá cor de ouro desmaiado; 2 de tafetá roxo e 1 de tafetá negro.

— **Palas de cálix:** 1 bordada a ouro; 2 de tela guarnecidas a galão de ouro; 1 de damasco, guarnecida a galão de ouro; 1 vermelha, bordada a ouro, com pedras falsas e 4 palas de linho.

— **Bolsas de corporais:** de damasco branco forrada de tafetá cor de ouro, guarnecido com galão de ouro; damasco branco, guarnecida de galão azul; chamalote de prata vermelho com galão de ouro; chamalote de lã roxa; chamalote de seda roxa.

— **Caixa das hóstias:** pintada a negro, com esmaltes.

Pelos inventários de 1777-1784 e 1787, verifica-se que os párocos tinham à sua custa provido o culto de numerosos paramentos, porém como não os descrevem, senão sumariamente — número, tecido (seda, a maioria, e lã) e cor, não se justifica a sua enumeração.

#### 3.3 — PARAMENTOS DO ALTAR DAS ALMAS — 1623:

— **Frontais:** de chamalote branco e vermelho (por cima de **branco**, lê-se **azul**); gadamesi; caniante preto <sup>(70)</sup>.

#### 3.4 — PARAMENTOS DA CONFRARIA DO ROSÁRIO — 1623:

— **Frontais:** de damasco branco; gadamesi; caniante preto.

— **Vestimenta:** de damasco branco e carmesim.

— **Capa de asperges:** de damasco branco, com sabastos de capelo de veludo carmesim.

— **Pálio:** de damasco branco; damasco branco, com sabastos de damasco carmesim.

— **Vestes da Senhora:** de veludo verde; damasco vermelho e tafetá vermelho <sup>(71)</sup>.

#### 3.5 — PARAMENTOS E OBJECTOS DA CONFRARIA DO SANTÍSSIMO — 1653:

— **Frontais:** de damasco branco.

— **Vestimenta** com dalmáticas, de damasco branco, forradas de bocaxim. É de ambas as confrarias (Santíssimo e Rosário).

— **Capa de asperges:** de tela branca, forrada de tafetá carmesim.

— **Pálio:** de tela, forrada de tafetá carmesim.

— **Véus:** com renda de prata para a custódia; de volante (?) vermelho, com renda de ouro, para o cofre; véu de lã da Índia, campo branco e flores de ouro.

— **Bolsa de corporais:** de lama carmesim, com guarnição dourada.

— **Palas de cálix:** pala de lama de ouro, forrada de damasco azul; bordada a ouro; pala de tela bordada a ouro.

— **Véu de ombros:** com renda de ouro; branco com renda de ouro.

— **Pavilhão:** de chamalote roxo de seda, com guarnição de renda de prata (1655).

— **Docel:** com cortinado de damasco carmesim, com franjas de ouro.

— **Cortinas:** carmesim, para a porta do sacrário, com renda de ouro; de tafetá para a dita porta com renda de prata; cortinas de tafetá carmesim, com renda de prata, que descem de uma roda, dentro do sacrário.

— **Cofre:** forrado por dentro a setim e por fora a veludo, guarnecido com cairel de prata e ouro marchetado, com fechadura e chave douradas.

Para a sexta-feira santa: travesseiro com almofada, lavrado de azul, com suas fronhas (72).

#### 3.5.1 — PARAMENTOS E OBJECTOS DA CONFRARIA DO SANTÍSSIMO — 1692:

— **Frontal:** de damasco branco; tela branca com franja grande de ouro e guarnições de franja pequena de ouro.

— **Vestimenta:** de damasco branco, com franja pequena branca e vermelha de retrós, com suas dalmáticas; tela branca, forrada de tafetá vermelho com dalmáticas.

— **Capa de asperges:** de tela branca e tafetá vermelho.

— **Pálio:** de damasela vermelha, franjado de retrós branco e vermelho, com seis varas de madeira, pintadas avermelho; tela branca com franja de ouro, borlas de ouro, forrado a tafetá vermelho.

— **Véu de cálix:** de ló da Índia, com flores de ouro.

— **Bolsa de corporais:** de tela branca, com galão de ouro, forrada a tafetá vermelho.

— **Véu de ombros:** de chamalote branco, forrado a tafetá vermelho, com palheta de ouro; tafetá vermelho, com renda de ouro falso.

— **Cortinas:** de damasco vermelho; com franja de ouro, para o sacrário

— **Alcatifa:** alcatifa da Índia, que deu o abade João de Pinho.

— **Relicário:** cruz de pau preto (73).

#### IV — PRATAS DA IGREJA

##### 4.1 — PEÇAS DOS ABADES — 1623:

— Cálix de prata (lavrada) dourada e cálix com o copo de prata (lisa) e o pé de latão dourado.

##### 4.2 — ALTAR DAS ALMAS:

— Uma cruz.

##### 4.3 — CONFRARIA DO ROSÁRIO — 1623:

— Cruz de um guião; par de castiçais; turíbulo; coroa da Senhora e do Menino.

##### 4.4 — CONFRARIA DO SANTÍSSIMO:

— Custódia dourada sobre cálix dourado (este é da Senhora do Rosário) com tintinábulo (1654); vaso de comunhão, oferta do abade João de Pinho (1655); lampadário, com sua bacia de folha, coberta do mesmo (1659); 6 varas, sendo 3 da Senhora do Rosário; 2 castiçais (1671); 2 lampadários, tendo custado o mais pequeno 105\$595 (1699); vaso para ablução da comunhão (1710); caldeirinha (1706); lampadário, pesando 23 marcos, 5 onças e 3,5 oitavas, no valor de 132\$604 (o marco foi a 700 reis); 4 lanternas (1692-97), com suas hastes também de prata; galhetas (1696).

No inventário da mesma confraria aduzem-se os seguintes objectos:

— Haste e cruz de padrão; cruz de um guião; cofre de madeiras, coberto a tela branca, forrado a seda branca, com os cantos de prata lavrada, fechadura, escudo e chave também de prata (74).

4.5 — As pratas das igrejas, por várias vezes tentaram a cobiça dos governantes que as mandaram confiscar. A última guerra com Castela levou D. Fernando a lançar-lhes a mão. Também D. Afonso V, em 1475, para ocorrer às despesas da guerra com Castela, de cujo trono era pretendente, usou o mesmo expediente.

Em 6-3-1801, o príncipe regente comunicou aos bispos do reino que, declarando-se a guerra com os franceses — «eles mais querem abater e destruir o sacerdócio que o império» — mandara inventariar e pesar as pratas das igrejas, fazendo-as recolher nos mosteiros

de Santa Cruz, de Coimbra, Tomar ou Palmela. Ai permaneceriam em depósito, enquanto não cessassem «os motivos da presente inquietação» (75). Da execução deste aviso não nos restam quaisquer indícios. Dos franceses ficaram suas pegadas de sangue e terror na nossa região. Já não falando da sua passagem por Grijó e Arrifana, assinalamos a sua presença em Moselos, onde enforcaram sete homens, um dos quais sacerdote e mártir da confissão e Arada, onde exigiram à confraria do Santíssimo um boi, avaliado em 37\$800 (76).

Não podiam os metais preciosos das igrejas deixar de tentar os invasores. Por decreto de 1-2-1808, mandara-se recolher o ouro e a prata, deixando-lhes, apenas, os cálices, patenas, colherinhas, píxides, custódias e cofres em que na semana santa se encerrava o Santíssimo, as coroas e resplendores das imagens, os relicários e imagens do Senhor e da Senhora, cujo peso não excedesse dois marcos. Cumprindo a legislação, foram entregues, em 28 de Junho, as pratas seguintes: 8 cruces, 4 lanternas, 5 lampadários, 6 varas de pálio, 10 castiçais e ceriais, turíbulo, naveta, caldeirinha, galhetas e respectivo prato (77).

Nos livros da Penha, temos uma pequena nota alusiva a este tema: 1808 — «deu-se para a ajuda da guerra 4 000 reis» (78)

#### 4.6 — CONFRARIA DO SANTÍSSIMO, 1840:

Foi-se recompondo a igreja lentamente, depois que os franceses nos deixaram. Eis o inventário de 1840:

Custódia dourada; Vaso da comunhão, lavrado e dourado; caldeirinha e hissopo; galhetas e prato; turíbulo e naveta; cálix liso dourado; vara de juiz; missal marchetado de prata; chave de prata dourada do sacrário; capacete e setas de S. Sebastião.

1879 — Cruz processional com haste, pesando 3,650 kgs. e tendo custado 162\$100 (79).

### V — COSTUMES, DEVOÇÕES E OBRIGAÇÕES

5.1 — É através da legislação constante das visitas canônicas, faiscando sempre no firmamento multas, como soía fazer-se nos acórdãos camarários da época, e excomunhões que podemos ver os costumes doutros tempos, para não falar das Constituições Diocesanas e de outros documentos.

#### 5.2 — DOUTRINA AOS MENORES (1608):

«Mando ao reverendo abade ensine a doutrina cristã aos menores, em todos os domingos do mês de Setembro, Outubro, Novembro e Fevereiro, Março, Abril e Maio, à tarde; e fará rol para que tome conta dos que faltarem, condenando seus pais e amos, em pena de três reis, por cada vez, e não pagando os evitará e

não admitirá sem mandado ordinário e a dita pena se lançará no cepo das penitências, o que tudo cumprirá, sob pena de 1 000 reis».

A doutrina cristã não seria, pois, ministrada, no tempo do maior calor e maior frio. O cepo era uma caixa, onde se deitavam as multas ou penitências, fechada a duas chaves, tendo uma o pároco, outra o juiz da igreja (80).

#### 5.3 — DOUTRINA AOS MAIORES (1594):

«O cura ensinará a doutrina aos maiores [...] que a não souberem, os não admitirão (sic) a sacramento algum, sob pena de 200 reis» (81).

#### 5.4 — CONFESSAR-SE À MESA DA COMUNHÃO (1594):

«O cura não reconciliará ninguém depois que estiver à mesa para receber o Santíssimo Sacramento, por muitos inconvenientes que nisso podem suceder, sob pena de 200 reis» (82).

#### 5.5 — CLÉRIGOS NOS OFÍCIOS DE DEFUNTOS (1605):

«Por quanto fomos informados que os clérigos desta comarca quando assistiam aos ofícios dos defuntos estavam sem sobrepeliz lhes mandamos, sob pena de



Capela de Nosso Senhor das Febres.

excomunhão maior e de 400 reis para a Sé e meirinho não recebam esmola de ofício algum aonde estiverem, sem sobrepeliz, e, sob as mesmas penas, lhes mandamos não vão a ofício algum com armas» (83).

#### 5.6 — PROCISSÕES (1635):

«Por me constar se fazem as procissões com menos decência e devoção do que de antes, em razão de não irem as cruces de umas igrejas a outras, hei por levantado o capítulo da visitação que isso proíbe [...]» (84).

#### 5.7 — NA CAPELA-MÓR (1593):

«Proíbe sob excomunhão que enquanto se celebram os ofícios divinos estejam na capela-mór mais que os que tiverem ordens sacras ou forem necessários para os sacrifícios e sob a mesma pena os não consentirá o abade, como fica dito» (85).

#### 5.8 — RUÍDO NO ADRO (1591):

«E por ser informado que aos domingos e dias santos depois da missa [...] os fregueses fazem muitos alvoroços e perturbações no adro, o que dá muito escândalo, pelo que mando ao reverendo abade condene a cada um que as tais perturbações fizer em meio tostão pela primeira vez e em dobro pelas mais» (86).

#### 5.9 — MORDOMOS DAS CONFRARIAS (1582):

Manda-se que «cada ano haja mordomos novos e quando tiverem algum dinheiro junto o farão gastar em missas, por sermos informados que gastam o dinheiro das confrarias em comidas» (87).

#### 5.10 — GASALHADO AOS SACERDOTES (1608):

«Por me constar de muitos inconvenientes que há nesta comarca nas festas e confrarias, em que se dá gasalhado aos sacerdotes, em que intrometem leigos, com que se faz mór gasto das tais confrarias, pelo que a todos os sacerdotes que se acharem nos tais dias e festas nesta igreja não comam com ditos leigos, sob pena de excomunhão maior [...]» (88).

#### 5.11 — BODO (1592...):

Era um costume antigo de assistência aos pobres. Na visitação de 1592, lê-se «mando aos fregueses desta igreja que cumpram seu voto ou bodo nos dias costumados, sob pena de cincoenta reis cada um que o não cumprir». E na de 1604. «achei que os fregueses desta igreja não cumpriam com os bodos, sendo costume tão antigo que os antepassados fizeram para as necessidades dos pobres, pelo que mando ao abade faça cumprir todos os fregueses com esta obrigação e o que não cumprir o condenará em cincoenta reis e não que-

rendo pagar a dita pena os evitará da igreja e ofícios divinos, até, com efeito, pagarem a dita pena e cumprirem com o bodo» (89). Continuava a pressão do visitador, em 1626: sob pena de 100 reis, «venham todos ao bodo». Em Paramos, em 1600, cada freguês «que tinha terras que lavrava e casal ou parte dele» pagava por ano «uma quarta de trigo cada um, que se chama do bodo e, por outro nome, de pão novo, que se paga por N. Senhora de Agosto» (90). O mesmo acontecia em Esmoriz naquela data (91).

Mais alguma coisa se junta dos costumes de Canelas (Gaia), para aclarar os nossos: observa-se o voto do «pão novo que os antepassados dela (igreja) fizeram a Deus pelo novo pão que (a) cada um lhe dá [...]. Consiste (sic) os votos de virem no primeiro domingo de Agosto, à igreja todos os lavradores e os que têm casa de seu, jantar e dar esmolas aos pobres e darem ao pároco, os casados duma (sic) quarta de trigo e os solteiros ou viúvos meia quarta». Por sua vez, o pároco «dá meia canada de vinho maduro aos casados e aos solteiros ou viúvos um quartilho e mais lhe(s) dava a fruta para a sobremesa» (92).

Os bodos eram «uso enraizado no reino, por ocasião das grandes festas, designadamente pelo Pentecostes, distribuição de carne e pão, ou carne e queijo aos indigentes». Tal prática atribui-se à rainha Santa Isabel (93).

5.12 — A partir das colheitas de cada ano, cada confraria tirava a **esmola da eira**. A do Santíssimo, pelo menos desde 1675, recolhia-a de Paramos, Esmoriz, Cortegaça e Maceda (94). Após 1708, não mais se menciona a esmola tirada em Cortegaça; a mesma começou a omitir-se em Paramos, a partir de 1684 (95) e em Maceda, desde 1682 (96).

Como uma das suas obrigações era manter permanentemente acesa uma lâmpada de azeite, diante do Santíssimo, tirava-se, em 1672, esmola todo o ano, na freguesia, para ocorrer a esta necessidade (97). Havia na igreja uma **caixinha** para as esmolas do azeite. A partir de 1684, se não se praticasse antes, as ofertas passam a ser em cereal: «rendeu a caixinha doze alqueires de milho» (98). Em 1687, recolheram-se 29 alqueires (99).

Na receita, aparece casualmente a oferta de uma roupeta (1675) e de uma «capa de saragoça que deixou um devoto» (1695), possivelmente por ocasião das procissões de penitência.

#### 5.13 — PROCISSÃO AOS DOMINGOS (1593):

Determinava-se assim na visita canónica: «o abade faça todos os domingos e dias santos, antes da missa, procissões pelas necessidades deste reino e defesa da fé católica e na [es]tação encomende a seus fregueses rezem cinco vezes o Padre-nosso e a Avé-Maria,

pedindo a Deus o aumento da vida e estado de sua majestade e prósperos sucessos de seus exércitos e armadas e assim também roguem a Deus pelo reino de França e concede a quem isto fizer 40 dias de perdão, tendo o propósito de se confessar» (100).

As **Constituições do Bispo do Porto** de D. João de Sousa de 1687 estatuam como obrigatórias nas paróquias as procissões seguintes:

- a dos Defuntos, aos domingos;
- a de S. Sebastião, em 20 de Janeiro;
- a da Purificação, em 2 de Fevereiro;
- a das Ladaínhas Maiores (S. Marcos), em 25 de Abril;
- a das sextas-feiras da Quaresma;
- a do domingo de Ramos;
- a de Quinta-Feira e a da Sexta-feira Santas, onde se fizerem os ofícios da semana santa;
- a da Ressurreição, «onde estiver o Senhor encerrado até ao dia de Páscoa pela manhã» «e se fará pela manhã, depois de sair o sol, ao redor das Igrejas»;
- a das Ladaínhas Menores na 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> feiras, antes da Ascensão: irão da paroquial, a uma ermida ou igreja que não distar mais de um quarto de légua;
- a do Corpo de Deus, na 5.<sup>a</sup> feira, depois da SS.<sup>ma</sup> Trindade. É «a principal de todas as procissões»;
- a da Visitação, em 2 de Julho;
- a do Anjo Custódio, no 3.<sup>o</sup> domingo de Julho (101).

#### 5.14 — PRIMEIROS DOMINGOS:

A expensas da confraria do Rosário, havia missa cantada pelos clérigos e procissão. No século XIX (1856), celebravam-se, antes, os terceiros domingos.

#### 5.15 — SEGUNDOS DOMINGOS (1672):

A expensas da confraria do Santíssimo, a missa era cantada pelo clero no coro, no arraial havia sanfoniha: «ao cego de tanger nos domingos seiscentos reis» (102). Em 1680 havia procissão no fim de missa (103).

Tudo isto passou depois para os terceiros domingos. Em 1710, mandou o visitador aos mordomos chamassem quatro clérigos cantores, para o que poderiam dar de esmola até um tostão a cada um (104).

#### 5.16 — QUARESMA:

É a grande quadra litúrgica de preparação para a Páscoa. Impõe-se a pregação, cujos gastos, bem como os das Endoenças, eram custeados pela confraria do

Santíssimo. Por seis sermões (1673) — 6\$000; em 1677, lê-se: «e para lhe (ao pregador) acrescentar o foliar e de uma besta que o foi buscar e levar — 500 reis»; e no ano seguinte: «acrescentamento do foliar (ao pregador?) e a quem deu as bandeiras sete galinhas — 700 reis» (105).

#### 5.17 — S. JOSÉ:

Era na Penha que se fazia a sua festa. Ficou assinalado em 16-4-1867: «que se fizesse a função de S. José na capela da irmandade da Senhora da Penha de França, aonde sempre teve lugar (...)» (106). E em 16-4-1871: os festeiros teimaram lançar o fogo aos morteiros junto da Penha, quando o lugar indicado era na Relva (107).

#### 5.18 — S. SEBASTIÃO:

O mártir teve sua festa na Penha, em 1869, constando em 10 de Abril que os festeiros tinham solicitado licença da respectiva irmandade (108).

#### 5.19 — JUBILEU DE LÁZARO:

O jubileu e aniversário pelos irmãos das Almas eram celebrados em sábado da domingo da Paixão (4.<sup>o</sup> sábado da Quaresma), segundo a bula de Clemente XII de 1832 e os estatutos de 1872.

#### 5.20 — ENDOENÇAS:

A procissão dos Passos fez-se durante alguns anos. Em 1680 adquiriu-se uma imagem «que andava na procissão, quando se fazia (em domingo de Ramos) a dos Passos nesta freguesia», por 2\$500 (109).

As cerimónias da semana santa eram coadjuvadas por clérigos; em 1676, dispendeu-se com sete 5\$100 e, no ano seguinte, 5\$950.

Havia o **enterro do Senhor**, na Sexta-feira Santa. A procissão levava penitentes, a quem se dava doces, confeitos, vinho.

«doces para os penitentes 450 «reis»;

1680 — «vinho para os penitentes quinhentos e setenta e dois reis» (110).

Este costume breve terminaria. Em 1682, fala-se, pela última vez, nos penitentes (111).

A respeito dos confeitos, doces e vinho, nas endoenças leiamos o que se passava em Lisboa nesta procissão:

«antes deles (dos irmãos da Misericórdia) vão oitocentos, novecentos, até mil homens e mulheres disciplinando-se, os quais vão todos vestidos de vestimentas pretas e assim homens como mulheres se ferem com as disciplinas, que tiram muito sangue [...]; levam mais trinta homens com bacias nas mãos cheias de vinho cozido e os disciplinantes molham e lavam nele

as disciplinas, porque lhe apertam as carnes. Da mesma maneira vão dez ou doze homens com caixas de marmelada feita em fatias, as quais mandam muitas pessoas fidalgas e devotas, que dão aos penitentes; e levam outras de confeitados e de cidrão para os que enfraqueceram socorrerem-lhe com um bocado; e vão outros tantos homens com quartas de água e púcaros nas mãos, dando água aos que dela têm necessidade» (112).

O pregador pela Páscoa levava, por vezes, além do estipêndio sua galinha, ou lhe acrescentavam o foliar (113).

Os livros da confraria apresentam curiosos elementos da hospedagem em 1674: «meia arroba de bacalhau para o agasalho dos padres, 550 reis; dois arrátéis e meio de confeitos, 250 reis; dois arrátéis e meio de figos, 50 reis; meio alqueire de feijões de assúcar, 20 reis».

#### 5.22 — PÁScoa :

Havia chamarelás em dia da Ressurreição — 1\$500 (1672) (117). A missa era cantada pelo clero. O pregador, além do estipêndio, levava, por vezes, uma galinha: «de uma galinha ao pregador pela Páscoa cem reis» (118). Havia procissão e foguetes. No arraial, a sanfoninha, tangida por um cego, alegrava o povo simples (1695) — 300 reis (119). Armava-se a capela-mór (1686). No século XIX (1843), mantinha-se ainda a procissão (120).

#### 5.23 — QUINTA-FEIRA DE ASCENSÃO :

Dia importante este, em que era eleita a nova mesa administrativa da confraria do Santíssimo. Compunha-se de escrivão, tesoureiro, 2 mordomos de Esmoriz, 3 de



A antiga capela da praia de Esmoriz, datada de 1866.

Apresenta mais ainda as verbas de pão, vinho, ovos e peixe (114).

Eis as despesas com o clero no século XIX (1842):

Ao pregador da Quaresma e agasalho — 5 sermões, 15\$000; ao pregador e agasalho em Quinta-Feira Santa — sermão da Paixão, 3\$000; a 10 padres que assistiram na semana santa, 7\$000; ao pároco de 5 ofertas na semana santa, 1\$000; ao pároco das 3 missas na semana santa, \$360 (115).

#### 5.21 — ANIVERSÁRIO DAS ENDOENÇAS :

Em Quarta-Feira de Trevas, fazia-se um ofício de defuntos pelos irmãos da confraria do Santíssimo (116). Realizou-se pela última vez em 1870.

Cortegaça, 2 de Paramos e 2 de Maceda — 1674 (121) Extraordinariamente Cortegaça entrara com 3 mordomos, que o costume eram dois. Em 1678, elegeu-se também um juiz. Em 1680, acrescenta-se um mordomo por devoção. Desde 1686, não aparecem mais os mordomos de Paramos (122) e desde 1709, os de Cortegaça.

Era a festa principal da confraria. Metia Vésperas. A festa do Corpo de Deus fazia-se, por concessão papal, no dia da Ascensão (123): Um grupo de clérigos cantores (de 4 a 8) cantava do coro, na missa solene. Havia pregação: «ao pregador com duas galinhas, mil e duzentos reis» (1672) (124); «de foliar para ele, duas galinhas, duzentos reis» (125). Armava-se a capela-mór (1686). Tocavam as chamarelas, a quem se dava beberete; no arraial, havia música, o povo divertia-se com a «festa

de Valongo», a quem se dava agasalho, representava-se a «Dama do drago». Na procissão, iriam penitentes, a quem se daria, no fim, vinho e confeitos. Eis alguns números:

1672 — «a quem trouxe a pipa na Ascensão 150 reis (126).

1674 — «arrátel e meio de confeitos 180 reis» (127).

1676 — «música e charamelas, 4\$000; festa de Valongo, 3\$500; Dama do drago, 1\$000; pregação, 1\$500; missa cantada: ao celebrante, \$200; a 8 padres, \$800; Total, 11\$000 (128).

A partir de 1709, não apareceram mais as charamelas na Páscoa, Ascensão e Natal, nem música ou sanfona. No século XIX (1842), aparece a música, porém a parte coral é sempre desempenhada por clérigos, no coro.

#### 5.24 — PRIMEIRA OITAVA DE PENTECOSTES:

Procedia-se à eleição dos oficiais para a irmandade da Senhora da Penha. A mesa era constituída por escrivão, tesoureiro e mordomo. Aparecem, de 1725 a 1765, os mordomos de devoção; em 1754, chegaram a quatro, sendo, por vezes, um de fora (Silvalde e Gaia).

#### 5.25 — N. SENHORA DA PENHA:

Celebrava-se na segunda oitava do Pentecostes, com missa solene, cantada por clérigos, com sermão e procissão com três andores. Em 1848, vemos que a música colabora com a liturgia: «música para a missa 11\$900» (129). Na noite da véspera, havia música e fogo. Os morteiros apareceram-nos aqui em 1740. Encontramos restos da festa do arraial em: «de um realejo que veio assistir à festa e a quem o tocou 1\$540» (1763) (130).

O governo civil de Aveiro procurou limitar as despesas e seguir à risca os estatutos da irmandade. Pelo seu acórdão de 8-6-1861 vemos do que constava a festa:

«Ordena porém o ex.<sup>mo</sup> governador civil que nunca mais se aprovem nas contas desta confraria despesas de música, fogo, tambores, rosários, andores, arcos e semelhantes, pois serão rejeitadas em definitiva aprovação [...], sendo somente abonáveis as despesas de uma missa de cantochão pelo número de clérigos estritamente necessários, com sermão e cera para o dia das festas (131).

No século XIX (1846), a festa fazia-se na primeira oitava de Pentecostes. Em alguns anos, não mais se fala dela (1871, 1872, 1883 e 1884).

#### 5.25 — SANTO ANTÓNIO:

13-6-1689: aparecem, na receita, as esmolas do juiz da **confraria** (entenda-se mordomia), dos quatro mordomos, que tiravam as esmolas munidos das respectivas varas, e das moças. As esmolas das eiras

chegaram a 30 alqueires de milho, 35 mãos de linho, trigo, cebola, lâ, frangos e sardinha. A festa consistia em missa cantada pelos clérigos no coro, com sermão e procissão com a imagem do santo. Ao pregador, davam, por vezes, além do estipêndio, uma ou duas galinhas. A igreja armava-se. Os foguetes, morteiros, e rodas de fogo anunciavam ao longe a festa. A gaita de foles percorria a freguesia, havendo gastos com os tocadores em «pão molete, vinho, carne e arroz». No arraial, divertia-se o povo. Aparecem verbas de «teatro», dançadores e comediantes.

Onde se faria a festa? Talvez na igreja, pois fala-se na sua armação, e, por vezes, na **capela**, não sendo fora de toda a suposição que se realizasse na Penha, pois assim sucedeu em 1867, com licença desta irmandade. Num requerimento para a festa do ano seguinte (132), diz-se que constaria de «missa cantada, música e sermão e procissão ao cruzeiro da dita capela (da Penha), como é do uso e costume». Parece, no entanto que os costumes não eram estes. Por uma diferença havida em 1843 entre os Pescadores e o abade Luís de Santa Ana Zagalo, ficamos a saber que a imagem de S.to António da igreja «diz respeito às duas companhas» de pesca, a da Aldeia e a de Matosinhos, cuja festa faziam alternadamente. Naquela data, cumpria à da Aldeia e pretendia «fazer a sua festa de costume nesta igreja e depois ir a procissão ficar na capela da Senhora da Penha de França, para aí ter o seu arraial em o resto do dia». Ora isto era «contra o uso e antigo costume». Ignora-se qual das duas partes levou a melhor. Ficamos, porém, a saber que a devoção a S.to António está relacionada com a nossa pesca e que a sua festa se celebrava, segundo as épocas, na capela da Penha ou na igreja.

#### 5.27 — SEGUNDO DOMINGO DE JULHO:

Eleição da mesa administrativa das Almas (capítulo 9 dos estatutos de 1878); a posse seria no primeiro domingo de Agosto.

#### 5.28 — SENHORA DE AGOSTO:

A Senhora da Assunção, a padroeira, certamente haveria missa solene, cantada por clérigos e sermão, porém não há documento de tal. Por outro lado, sabemos que a festa metia arraial, com seus festejos que chamaram a atenção do visitador em 1614: «e por atalhar a muitos inconvenientes de que fui informado havia na festa de nossa Senhora de Agosto com a luta que se nesse dia faz, assim por razão dos lutadores, como também por os não haver no tal dia muitas vezes; e brigas e diferenças que nesse dia de ordinário há, mando que o alqueire de trigo que o reverendo abade para a fogaça dá, o dê à confraria de nossa Senhora para as

obras e cera dela, porque para isso o aplico, o que cumprirá, em virtude da santa obediência o reverendo abade e os fregueses que quiserem festejar o tal dia o poderão fazer com a comodidade e respeito devido em festas de que não haja escândalo e brigas» (133).

Fazia-se uma **luta** neste dia, o que trazia **brigas e diferenças**, mas também havia muitos **inconvenientes**, quando não se traziam os lutadores. Este género de festa, para cuja fogaça o abade concorria com um alqueire de trigo é anterior a 1614. Parece ter sido

data e porque a reportagem da festa de 1867 que vamos ler denuncia costumes antigos entre nós — as tradições não se improvisam:

«No próximo domingo, dia 25 do corrente (mês de Agosto), há-de ter lugar a primeira festa celebrada em honra do Senhor dos Aflitos, em a nova capela, que os habitantes de Esmoriz acabam de erigir na sua praia, com aquela invocação.

A função dura três dias, no sábado, arraial, iluminação, fogo do ar e do chão; no domingo, missa can-



Princípio do século XX — arraial da festa do mar.

difícil acabar com tais folguedos; no final do século, e princípio do seguinte, vemos neste dia, e a cargo da **confraria** de Santo António os **dançadores**, os **comediantes**, os **homens da festa**, o **teatro**, o **gaita de foles**... (134).

#### 5.29 — FESTA DO MAR, EM HONRA DO SENHOR DOS AFLITOS E SENHORA DA BOA VIAGEM:

Celebra-se no último domingo de Agosto. Sabemos da existência das festas do mar, no século passado, nas freguesias seguintes: Espinho — 1858; Esmoriz — 1867 e Cortegaça — 1877 (135). Paramos fez em 29-8-1799 «escritura de património da capela da Senhora da Aparecida da costa do mar», «para (nela) os pescadores poderem ouvir na dita capela missa e aí fazerem todas as funções e festividades que lhe(s) parecerem» (136). Por aqui se descortina que a festa do mar em Paramos poderá datar de 1799. A data apontada para Esmoriz podemos-a antecipar, devido às fainas piscatórias datarem de longa

tada, sermão e procissão, e de tarde, arraial, diz-se que também há algum fogo à noite; na segunda-feira, arraial todo o dia, em que se dança a cana verde, a tirana e a canoa, até tocar a rachado.

De tarde, bebem as companhas à roda. É inútil dizer que a música acompanha tudo isto com o maior denodo.

O leitor não sabe, de certo, o que é beberem as companhas à roda? É um dos actos solenes dos pescadores da nossa costa.

A companha forma um círculo, no centro estão os governos, isto é, os senhores arrais, escrivão e procurador com a japona domingueira, lá está também a música ou uma grossa ramaldeira que faça as suas vezes, neste caso o bombo é indispensável. Este grupo está protegido por duas baterias de calibre de almudes, que faz um fogo incessante sobre toda a linha, arrojando sobre ela um granizo de tijelas vermelhas.

[...] Mas se entre os da companhia tiver algum conhecido, não é preciso ser amigo, e não tiver apetite de provar da tijela, não se aproxime, porque, se lá for, há-de beber, ou vai tudo com mil diabos. Agora se quiser entrar no círculo tenha o cuidado de tirar o chapéu, senão temos histórias<sup>(137)</sup>».

#### 5.30 — ANIVERSÁRIO DAS ALMAS :

Haveria confissões e ofício de defuntos pelos irmãos falecidos, em 7 de Setembro.

#### 5.31 — N. SENHORA DA GLÓRIA :

Missa solene com cantores clérigos, no dia da padroeira das Almas, em 8 de Setembro.

#### 5.32 — SENHORA DO ROSÁRIO :

Era em Outubro, com missa solene, sermão, padres à estante e procissão. No último quartel do século XIX, nem sempre a respectiva confraria realizou a festa.

#### 5.33 — DOIS DE NOVEMBRO :

Aniversário dos fiéis defuntos, ordenado pelo Subsino.

O **aniversário da igreja** realizou-se em 1849 no Dia dos Fiéis. Eis as contas:

«a cada um dos 4 padres uma missa — 120 (reis), do ofício 120, são 240; para 4 padres são, \$960; ao pároco de cantar a missa e tencão 320 (reis), do ofício 120 e ofertas 400, \$840; Soma 1\$800»<sup>(138)</sup>.

#### 5.34 — TRÊS DE NOVEMBRO :

Aniversário, autorizado pelos estatutos da confraria do Rosário de 1677; tinha mais três aniversários.

— No mesmo dia, jubileu das Almas, por concessão de Clemente XII, em 1832, e estatutos de 1872: além deste, havia mais os quatro seguintes: dia da Purificação, quarto sábado da Quaresma, segunda oitava do Espírito Santo e domingo dentro da oitava do Corpo de Deus.

— Na mesma data, aniversário, constante da missa cantada, com responso pelos irmãos da Senhora da Penha.

#### 5.35 — FESTA DO JUÍZO :

A festa da posse da mesa do Rosário, por costume imemorial, era no primeiro domingo do Advento. Nela se fazia o **sermão do juízo**, assim dito por se pregar o juízo universal. Em 1860, o governador civil de Aveiro advertiu que não mais se autorizaria a festa, por não constar dos estatutos<sup>(139)</sup>.

#### 5.36 — NATAL :

Era a confraria do Santíssimo que ocorria às despesas. A capela-mór, era por vezes, armada. Em 1678, ouviram-se as charamelas também de véspera, que o costume parece seria, apenas, no dia de Natal<sup>(140)</sup>. A missa solene, cantada por clérigos no coro, tinha pregação; ao recolher a casa, além do estipêndio, levava, por vezes, o pregador sua galinha.

1672: «Ao pregador do Natal com duas galinhas mil e duzentos reis<sup>(141)</sup>. O mesmo se vê em 1676:

Pregação e uma galinha, 1\$100; charamelas 1\$500 e mais gastos com elas \$220 — 1\$720; sanfoninha 100, pregos para a armação e mais gastos \$200 — \$300; missa cantada: celebrante, \$200; 7 clérigos, \$700; Soma 4\$020<sup>(142)</sup>.

Havia, pois, no arraial festa, em que actuava a sanfoninha. No século XIX (1842), tudo se resumia nas três missas da liturgia e um responso a cada uma.

#### 5.37 — FESTA DA POSSE DOS OFICIAIS DO SANTÍSSIMO :

Em 1846, realizava-se no último domingo de Dezembro.

#### 6 — CONCLUSÃO

1 — A nossa igreja começou por ser bem humilde, com chão de terra (a de Ovar era de areia), que depois, em 1590-92, viu os caixilhos de pedra das sepulturas e mais tarde soalho. Não obstante, no século XVII, encontramos-a enriquecida com motivos artísticos (e até já antes, em 1583, no retábulo do altar-mór conhecemos as pinturas de S. Pedro e S. Paulo). Tem alguns azulejos. Em 1624, o arco cruzeiro ostenta um painel executado «por mão de bom e perito artista». A capela-mór foi decorada em 1685-88 com 13 painéis de tela, encaixilhados em moldura doirada, cujo motivo se ignora. No século seguinte, operam-se alterações na talha da igreja: os retábulos dos altares laterais eram «modernos», pedindo o visitador que o altar-mór fosse do mesmo estilo. Sabemos que o sacrário era de talha doirada (1689).

Em época de colonização ultramarina, não admira que aqui chegassem produtos de outras civilizações: da Índia nos vieram uma alcatifa, um véu de cálix de lã com flores de ouro (1692) e uma caixa para hóstias, pintada a negro com esmaltes. Também de Roma nos veio, no século XVIII, um Cristo indulgenciado e provavelmente uma cruz do Santo Lenho, com relíquias de santos.

A riqueza maior do templo constava, sobretudo, dos seus paramentos e alfaias em que sobressaíam os do Santíssimo (vid. os inventários de 1653 e 1692), com suas franjas e rendas de prata e ouro, e ainda da pra-

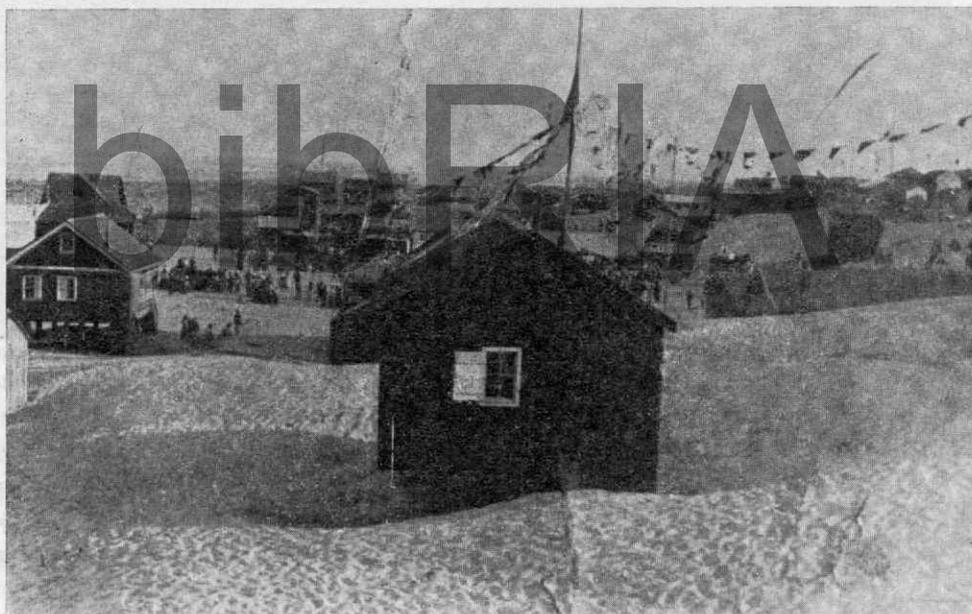
taria, mormente a da mesma confraria. O visitador de 1779, vendo que a igreja era das mais ricas pela muita prata «com que ornam a dita igreja» e sendo pouco segura, ordenou que, enquanto não se fizesse um caixão capaz de as arrecadar, cada noite se avisassem quatro homens para a guardar.

2—A constituição do prestimónio de Esmoriz de 1782 e a extinção dos dízimos em 1832, com toda uma burocracia que rodeava o rei, mais complicava, como vimos, o andamento das obras de restauro necessárias. Assistimos, por outro lado, no século XIX, a uma forte intromissão do Estado nos assuntos eclesiásticos, chamando a si a aprovação das contas das confrarias, aprovando só as despesas ordenadas pelos estatutos e não as que constassem de costumes, por ventura, imemorais, para depois, por sua autoridade, mandar que se reduzissem certos legados, a bem dos cofres das confrarias, para que os seus fundos fossem aplicados nas obras da igreja, poupando-se assim o herário público.

dispendeu «de 4 galinhas que foram para o ourives que fez as lanternas — 480 reis» (143).

4—O calendário das festas patenteia que frequentemente o povo simples aliava o espiritual ao profano, ao folclórico. A sua vida dura, trabalhando de sol a sol, era assim compensada, amenizada. A **luta**, no dia da padroeira, Senhora de Agosto ou Senhora da Assunção, talvez reminiscências de antigos combates, a exemplo do que se passa ainda hoje em terras do nordeste português; o **teatro (Dama do drago)**, com raízes no sagrado, os **dançadores e comediantes**, a **feira do Valongo**, uma espécie de **conjunto**, como hoje diríamos; o **cego**, tocando a **sanfoninha** alegravam as multidões. Em 1740, apareceram, no arraial, o realejo. O costume de contratar cegos para as festas era habitual, no século XVIII, na nossa região (144).

5—Se hoje estão em crise as bandas de música, não assim no século passado, em que à nossa volta



Princípio do século XX — arraial da festa do mar — outro aspecto.

No século XIX, sobretudo no último quartel, foi tal a redução das festividades, ordenada pela autoridade civil, que se alterou os costumes religiosos consignados pelos estatutos.

3—Vimos, no século XVII, que era tão estranho o costume de oferecer doces, confeitos e vinho aos penitentes, em certas procissões, como oferecer galinhas ao pregador, ourives e certas pessoas que faziam serviços para a igreja. Em 1696-97, a confraria do Santíssimo

apareciam as seguintes, que entre nós se faziam ouvir. Eis os seus regentes e as datas em que nos aparecem em Esmoriz:

- 1881 — Feira — António Martins Soares Leite
- 1869 — Grijó — Francisco Coelho Campos
- 1881 — Lourosa — Manuel Alves Neves
- 1882 — » — Joaquim António da Silva
- 1885 — » — José Ferreira da Silva
- 1867 — Nog. da Regedoura — Francisco Ribeiro Campos

1876 — Riomeão — Fortunato de Sá Pereira  
 1869 — Souto — P.º Francisco Leite de Azevedo e  
 Bento José Rodrigues  
 1883 — » — Vitorino da Silva Samuel.  
 1870 — Ovar — António Maria Valério de Sousa Brandão

#### SIGLAS:

ACMF. — Arq. da Cãm. Municipal da Feira;  
 ADA. — Arq. Distrital de Aveiro;  
 ADP. — Arq. Distrital do Porto;  
 AJFE. — Arq. da Junta de Freg. de Esmoriz;  
 AMF. — Arq. do Ministério das Finanças;  
 ANTT. — Arq. Nacional da Torre do Tombo;  
 APA. — Arq. Paroquial de Arada (Ovar);  
 APE. — Arq. Paroquial de Esmoriz;  
 APEP. — Arq. do Paço Episcopal do Porto;  
 APM. — Arq. Paroquial de Maceda (Ovar).

#### P.º AIRES DE AMORIM

#### NOTAS:

- (1) APE — N.º 2 — Contas da confraria do Santíssimo da freg. d'Esmoriz, que principiou em 27 de Maio de 1783, f. 4 v.
- (2) Idem, f. 41.
- (3) Id., f. 14.
- (4) APE. — Confraria do Subsino, — 1775, i. 7.
- (5) APE. — Visitações desde 24-XI-1664 a 1786, f. 140-142.
- (6) ANTT. — Dicionário Geogr. de Portugal, XIV — E2, f. 433 e segs.
- (7) Visitações cit., f. 64 v.
- (8) Id., f. 37.
- (9) Id., f. 59.
- (10) Id., f. 5 v. — 6.
- (11) Id., f. 56 v.
- (12) Id. f. 10.
- (13) APE. — N.º 1 — Descrição dos foros, censos, e rendas pertencentes à confr. do Santíssimo Sacramento da freg. d'Esmoriz, que principiou em 1692, f. 93-94 v.
- (14) APE — N.º 2 — Contas da confraria do Santíssimo Sacramento da freg. d'Esmoriz, que principiou em 27 de Maio de 1783, f. 11-12 v.
- (15) Id., f. 9.
- (16) Id., f. 42.
- (17) Id., f. 73 — 73 v.
- (18) APE. — Livro das visitas de 1581 a 1786, cit. f. 59-59 v.
- (19) Id., f. 60.
- (20) Id., f. 47 e 74.
- (21) Id. f. 80 v.
- (22) Id., f. 16 v.
- (23) N.º 2 — Contas cit., f. 32 v.
- (24) Id., f. 46 v. -47.
- (25) Ibid.
- (26) N.º 2 — Contas cit. f. 133.
- (27) ADA. — Francisco José da Maia, tabelião de Pereira Jusã, n.º 8, f. 5 v. e segs.
- (28) Confraria do Subsino — 1775 cit. f. 4.
- (29) Id., f. 10.
- (30) ADP. — PO — 4.º, n.º 330, f. 54 v. e segs.
- (31) Visitações desde 24-XI-1664 até 1786.
- (32) Visitações, cit. f. 143 v.
- (33) ACMF. — Registo de Provisões e outros documentos de 1778 a 1793, f. 395 v.
- (34) ACMF. — Conferências, f. 134 e segs.
- (35) Cfr. A. M. F., Lisb. — Casa do Infantado - VI - E - 52; ANTT. — Chancelaria de D. Maria I, 1.º 60, f. 373 v.-374 e Desembargo do Paço-Beira, maço 21, n.º 1974.
- (36) ANTT. — Casa do Infantado, maço 7, n.º 9.
- (37) ACMF. — 1.º Repartição - Copiador, of. 55 de 13 de Novembro de 1850.
- (38) Id., of. 37 de 21 de Outubro de 1851.
- (39) Vid. AJFE. — N.º 1 — Sessões da Junta até 18 de Dezembro de 1882, f. 26.
- (40) Visitação de 1824.
- (41) APE. — Contas do Santíssimo de 1868 a 1894, f. 3; APEP. — Estatística (sic) — 1858 — Feira.
- (42) ACMF. — Livro F para o registo de toda a correspondência da Câmara (...), f. 25 v.
- (43) N.º 1 — Sessões da Junta até 18 de Dezembro de 1882, cit. 19. v.
- (44) ACMF. — Copiador - 2.ª Repartição, of. n.º 175 / 1861.
- (45) APE. — Registo da receita e despesa da Irmandade de N. Senhora do Rosário da freg. de Esmoriz, f. 12.
- (46) N.º 1 — Sessões da Junta até 18 de Dezembro de 1882, cit. 37-37 v.
- (47) APE. — Documentos de contas, e orçamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento d'Esmoriz, e relativos ao ano económico de 1867-1868, f. 2.
- (48) APE. — Contas do Santíssimo de 1868 a 1894, f. 15 v.
- (49) APE. — Copiador da correspondência oficial, f. 4-4 v.
- (50) APE. — N.º 3 — Irmandade das Almas. Livro da rec. e desp. 1894 a 1904, f. 5.
- (51) AJFE. — 2 — Actas 20-XI-1882 a 28-XI-1905, f. 2-3 v.
- (52) APE. — 9 — Documentações das obras da igreja matriz, d'Esmoriz desde o seu começo 4 d'Agosto até 31 de Dezembro de 1892.
- (53) AJFE. — 2 — Actas cit. f. 110 v.-111.
- (54) Id., f. 104 v.
- (55) Id., f. 140.
- (56) Id., f. 131.
- (57) Id., f. 149 v.
- (58) Id., f. 155 v.
- (59) APE. — Decomentações (sic) do arrematante tolha.
- (60) APEP. — Registo Particular.
- (61) Livro das Visitações cit., f. 8 v.
- (62) Id., f. 58.
- (63) N.º 1 — Sessões da Junta até 18 de Dezembro de 1882 cit., f. 37-37 v.
- (64) Livro das visitas cit., f. 37.
- (65) APE. — Contas das Irmandades lidas na igreja, f. 19.
- (66) Actas da Conferência de S. Vicente de Paulo — Esmoriz, f. 13.
- (67) Livro das visitas cit. f. 140-142.
- (68) Livro das Visit. cit. f. 54-55.
- (69) ADA. — Assentos paroquiais, n.º 15.592.
- (70) Livro das Visit. cit., f. 54-55.
- (71) Ibid.
- (72) APE. — N.º 1 — Livro de contas, e eleições da confr. do Santíssimo Sacramento da freg. d'Esmoriz, que teve princípio no ano de 1673, f. 1-1 v.
- (73) N.º 1 — Descrição dos foros, censos, e rendas pertencentes à confr. do S. S. cit. f. 93-94 v.
- (74) Ibid. e Livro das visit. cit., f. 54-55.
- (75) ACMF. — 2928 — Posses dos ministros — 1794 a 1805, f. 197 v.
- (76) APA. — Santíssimo Sacramento, f. 163.
- (77) APE. — Subsino — 1803, f. 7-7 v.
- (78) APE. — Contas do recibo e despesa da Confraria de N. Senhora da Penha de França desta freg. de S. Maria de Esmoriz, f. 8 v.
- (79) Contas do Santíssimo de 1868 a 1894, cit. f. 23.
- (80) APE. — Livro das visitas de 1581 a 1786, f. 35-36.
- (81) Id., 17 v. - 18 v

- (82) *Ibid.*
- (83) *Id.*, f. 32-32 v.
- (84) *Id.*, f. 66-68.
- (85) *Id.*, f. 14 v.-15.
- (86) *Id.*, f. 12 v.-13.
- (87) *Id.*, 5 v.-6.
- (88) *Id.*, f. 35-36.
- (89) APE. — Livro das visitasões de 1581 a 1786, 14, 31 e 58-58 v.
- (90) ADP. — Cabido, 1655 f. 251 v.-252.
- (91) Cab. 1655.
- (92) Cfr. Sentença civil de libelo de força velha e composição do abade António José Francisco contra João Pereira e sua mulher, lavrada por D. João VI, em 3-2-1831 in COSTA, Francisco Barbosa — S. João Baptista de Canelas — Notas Monográficas — 1980, f. 292.
- (93) Dic. de Hist. da Igreja em Portugal, s. v. Assistência — Bodo.
- (94) APE. — N.º 1 — Livro de contas, e eleições da confr. do Santíssimo Sacr. da freg. d'Esmoriz que teve principio no ano de 1673, f. 54 v.
- (95) APE. — N.º 2 — Contas da confr. do Santíssimo Sacramento da freg. d'Esmoriz, que principiou em 27 de Maio de 1783, f. 10.
- (96) *Id.*, f. 3.
- (97) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 46.
- (98) *Id.*, f. 10.
- (99) *Id.*, f. 18 v.
- (100) Livro das visitasões de 1581 cit., f. 14 v.-17.
- (101) Cfr. l.º 3, t.º 2, const. 6, 7 e 8.
- (102) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 46.
- (103) N.º 2 — Contas da confr. do Santíssimo cit. f. 76.
- (104) Visitasões desde 24-XI-1664 cit., f. 45 v.
- (105) *Idem*, f. 49 e 67.
- (106) APE. — Caderno da receita da confraria de N. Senhora da Penha de França, principiado em 27 d'Agosto de 1865, — freg. d'Esmoriz, f. 6 v.-7.
- (107) *Id.*, f. 19-19 v.
- (108) *Id.*, f. 13.
- (109) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 75 v.
- (110) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 75 v.
- (111) N.º 2 — Contas da Confraria cit., f. 4.
- (112) Costa Goodolphim — As Misericórdias, Lisboa, 1897, p. 50-52. Veja-se ainda o mesmo costume no Porto em Artur de Magalhães Basto — Poeira dos Arquivos, Porto, 1935, p. 31-33.
- (113) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 46 v. e 63.
- (114) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 52.
- (115) APE. — Sacramento da freg. d'Esmoriz.
- (116) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 59 v.
- (117) *Id.*, f. 46.
- (118) *Id.*, f. 46 v.
- (119) N.º 2 — Contas da confr., f. 49 v.
- (120) APE. — Sacramento da freg. d'Esmoriz, concelho da Feira N.º 3 — Contas da confr. desde 16 de Junho de 1803, f. 79 v.
- (121) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 48.
- (122) N.º 2 — Contas da confraria cit., f. 12.
- (123) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 61 v.
- (124) N.º 1 — Livro de contas cit., f. 46 v.
- (125) *Ibid.*
- (126) *Id.*, f. 46 v.
- (127) *Id.*, f. 52.
- (128) *Id.*, f. 59 v.
- (129) APE. — Livro de contas da Penha — 1842, f. 7.
- (130) APE. — Livro de receita e despesa — Penha 1763, f. 100.
- (131) Livro de contas da Penha — 1842 cit., f. 23.
- (132) APE. — Requerimento avulso.
- (133) Livro das visitasões de 1581 cit. f. 43-43 v.
- (134) APE. — Receita e desp. da confr. de Sto. António da freg. d'Esmoriz que principiou em Junho de 1689, f. 5 v., 9 v., 11 v., 21, 22 v., 24, 27, 28, 30 e 31 v.
- (135) ACMF. — Livro sem título de officios do administrador do concelho para o governo civil de Aveiro — Officio n.º 102/1863 e Arq. part. de D. Maria Lurdes Leça — Esmoriz.
- (136) ADA. — Tab. Teodósio Tomás Correia de Sá, Feira, n.º 11.
- (137) Cf. Jornal do Porto de 24-8-1867 in José Sá Ferreira — A antiga capela de Nosso Senhor dos Aflitos e de Nossa Senhora da Boa Viagem — A Voz de Esmoriz de 15-8-1967.
- (138) APE. — Rol da freg. de N. Senhora da Assunção de Esmoriz para a desobriga da Quaresma do presente ano de 1849.
- (139) APE. — Registo da receita e despesa da Irmandade de N. Senhora do Rosário da freg. d'Esmoriz, f. 12-13 v.
- (140) N.º 1 — Livro de contas cit. f. 46 v.
- (141) *Ibid.*
- (142) *Id.*, f. 59 v.
- (143) N.º 2 — Contas da confraria do Santíssimo cit. f. 57 v.
- (144) APA. — Livro do Santíssimo Sacramento; APM. — Contas da confraria do Santíssimo até 1761; Livro da conf. de S. Geraldo da freg. de Maceda; Confr. do Santíssimo Nome de Jesus.

## Relatório da Gerência da ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO respeitante ao ano de 1980

### INTRODUÇÃO

Segundo a Lei n.º 79/77 deverá a Assembleia Distrital reunir três vezes por ano, respectivamente em Março, Julho e Dezembro. Tal determinação foi regimentalmente cumprida pela **Assembleia Distrital de Aveiro**, durante o ano de 1980, numa afirmação de que, passado agora três anos da sua constituição (17-1-78) as instituições autárquicas começam a funcionar em espírito democrático.

Tudo não terá sido tão eficiente quanto todos desejariam mas ter-se-á de reconhecer que, muito embora as acentuadas reduções de Receita, se asseguraram os objectivos da própria autarquia, fazendo-se sentir a sua acção nos campos do apoio cultural — em que foram distribuídos subsídios a diversas instituições distritais — como também no campo do fomento, da agricultura, estando atenta às realizações distritais nesse sentido.

Importa acentuar que a actividade da Assembleia se fez sentir sobremaneira na assistência às Instituições que tem a cargo e que deverão continuar a merecer-lhe a melhor atenção.

Efectivamente, quer as **Casas da Criança** existentes em **Águeda**, **Albergaria-a-Velha** e na **Mealhada**, como o **Internato Distrital**, no **Bonsucesso**, são casas que têm vindo a proporcionar incontestáveis serviços no campo da Assistência à Criança e aos Jovens desamparados do nosso Distrito. Pena é que não tenham estruturas capazes a uma ampliação da sua acção a um maior número de beneficiários.

Do que constou o trabalho administrativo da Assembleia Distrital no ano de 1980 vai procurar explicar-se no presente **Relatório**, através da apresentação e análise de diferentes mapas e relatórios sectoriais.

### MOVIMENTO FINANCEIRO

Globalmente, verificou-se **uma quebra acentuada na RECEITA** da autarquia.

O seu valor, de Esc.: — 20 159 977\$70 foi inferior em Esc.: — 14 570 938\$70 à Receita do ano de 1979 e em Esc.: — 17 681 022\$30 à Receita orçamental prevista.

Estes números são por mais elucidativos para se poder interpretar a acção desenvolvida ao longo do ano e justificativos para a medida assumida de «congelar» a verba de 20 000 contos destinada à obra de ampliação da sede e construção de instalações do Arquivo e Biblioteca Distritais, colocando-a em depósito a prazo. Com esta medida não só se assegurou o seu destino útil, como se conseguiu debelar a situação deficitária do orçamento através de juros válidos e que garantiram também a prossecução dos objectivos da autarquia.

Em compensação, a **DESPESA** foi de Esc.: — 25 793 841\$20, também inferior em Esc.: — 9 659 699\$20 à despesa efectuada em 1979.

Mas passamos à apresentação dos números:

#### Situação Financeira,

Saldo do ano de 1979	...	...	...	...	26 386 809\$60
Receita de 1980	...	...	...	...	20 159 977\$70
Total	...	...	...	...	46 546 787\$30
Despesa de 1980	...	...	...	...	25 793 841\$20
Saldo para 1981	...	...	...	...	20 752 946\$10

### R E C E I T A

O mapa que segue discrimina comparativamente as receitas arrecadadas nos anos de 1979 e de 1980, com indicação das correspondentes diferenças:

	1979	1980	Diferenças
Contribuição Predial Rústica ... ..	33 528\$70	4 677\$30	28 851\$40 —
Contribuição Predial Urbana ... ..	306 880\$80	47 459\$00	259 421\$80 —
Contribuição Industrial . . . . .	8 329 207\$80	431 973\$30	7 897 234\$50 —
Imposto sobre Capitais ... ..	7 126 057\$30	7 742\$00	7 118 315\$30 —
Imposto sobre Indústria Agrícola ... ..	1\$00	—\$—	1\$00 —
Adicionais a que se refere o Dec.-Lei n.º 45 676, de 24-4-64	708 742\$70	—\$—	708 742\$70 —
Juros de mora cobrados na Tesouraria da Fazenda Pública	62 452\$30	16 571\$80	45 880\$50 —
Rendimentos de bens e serviços próprios ... ..	2 090 067\$80	3 757 464\$20	1 667 396\$40 +
Reembolsos e Reposições . . . . .	688 418\$60	73 740\$00	614 678\$60 —
Consignação de Receitas ... ..	845 686\$00	848 186\$50	2 500\$50 +
Acordo de Cooperação entre o Instituto da Família e Acção Social e a Ex-Junta Distrital ... ..	1 854 750\$00	3 958 713\$00	2 103 963\$00 +
Subsídios das Câmaras Municipais do Distrito para obras assistenciais . . . . .	2 000\$00	—\$—	2 000\$00 —
Produto da venda de artigos dispensáveis aos serviços	28 800\$00	—\$—	28 800\$00 —
Comparticipação do Estado nos encargos a suportar por esta Assembleia Distrital com o funcionamento da Comissão de Planeamento da Região Centro ... ..	6 240 000\$00	—\$—	6 240 000\$00 —
Donativos de Particulares ... ..	5 000\$00	5 000\$00	—\$—
Outros subsídios ... ..	24 721\$00	250 461\$40	225 740\$40 +
Fornecimento de cadernos de encargos e desenhos ...	3 658\$40	63 989\$20	60 330\$80 +
Comparticipação do Ministério da Administração Interna nas despesas com o pessoal ... ..	2 316 000\$00	—\$—	2 316 000\$00 +
Comparticipação do Estado, proveniente da Lei das Finanças Locais ... ..	4 064 944\$00	10 694 000\$00	6 629 056\$00 +
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>34 730 916\$40</b>	<b>20 159 977\$70</b>	<b>14 570 938\$70 —</b>

A Receita total prevista para o ano de 1980 foi de:

Orçamento ordinário ... ..	37 841 000\$00
1.º orçamento suplementar (s/ saldo do ano anterior) ... ..	90 000\$00
<b>Total</b> ... ..	<b>37 931 000\$00</b>

A Receita efectivamente arrecadada foi de Esc.: — 20 159 977\$70 o que se traduz, numa **diferença para menos** de Esc.: — 17 771 022\$30.

Tal diferença ficou-se a dever, em grande parte, ao facto do M. A. I., através das verbas previstas no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 1/79, não ter dotado esta autarquia das receitas necessárias, e **em devido tempo requeridas**, além de ter sido suspenso o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, da transferência da verba resultante do saldo do Cofre do Governo Civil do Distrito.

Tendo em conta a abolição dos adicionais liquidados conjuntamente com as contas e impostos gerais do Estado e que constituíam a principal receita das autarquias distritais (n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 1/79) e os encargos com os estabelecimentos assistenciais da mesma, a situação financeira da Assembleia Distrital de Aveiro apresenta-se precária com vista aos anos futuros se o Estado, através do M. A. I., não vier a reforçar a verba global a atribuir.

Neste sentido já se diligenciou junto daquele Ministério com vista ao orçamento do ano em curso.

## DESPESA

Da mesma forma se discriminam as despesas relativas aos dois anos referidos, com as correspondentes diferenças:

	1979	1980	Diferenças Para mais ou menos
Classes inactivas . . . . .	—\$—	89 234\$00	89 234\$00 +
Órgãos da autarquia — Presidência ... ..	7 200\$00	1 998 486\$80	1 991 286\$80 +
Secretaria ... ..	16 772 302\$50	2 911 763\$70	13 860 538\$80 — a)
Tesouraria ... ..	7 200\$00	8 194\$00	994\$00 +
Fomento . . . . .	6 095 391\$40	3 479 885\$50	2 615 505\$90 — b)
Cultura ... ..	—\$—	1 975 582\$00	1 975 582\$00 + c)
Assistência ... ..	11 101 106\$90	13 891 059\$70	2 789 952\$80 +
Arquivo Distrital ... ..	577 210\$60	591 119\$00	13 908\$40 +
Consignação de receitas ... ..	893 129\$00	848 516\$50	44 612\$50 —
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>35 453 540\$40</b>	<b>25 793 841\$20</b>	<b>9 659 699\$20 —</b>

Convém esclarecer que as diferenças verificadas nos Capítulos SECRETARIA, FOMENTO e CULTURA, se justificam desta forma:

a) **SECRETARIA:** — A diferença para menos encontrada resulta da nova orgânica orçamental introduzida nos Serviços com base no disposto no Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de Julho e na Lei das Finanças Locais. Pelo Capítulo Secretaria estavam a ser processadas despesas que deveriam incumbir a outros capítulos do Orçamento Distrital, nos anos de 1979 e anteriores.

b) **FOMENTO:** — O decréscimo nas despesas do capítulo do Fomento resulta em grande parte da libertação do pessoal e património afectos aos ex-Serviços Técnicos de Fomento, a favor do GAT de Aveiro.

c) **CULTURA:** — As despesas relativas à Cultura e subsídios a instituições ou outras colectividades de ordem

dos em Despesas Correntes, de Capital e Contas de Ordem.

Da análise do mapa comparativo das **Despesas** realizadas em 1979 e em 1980 constata-se que a despesa em 1980 foi superior em Esc.: — 5 633 863\$50 à receita arrecadada no mesmo ano, ainda que essa despesa tenha sido inferior em Esc.: — 9 659 699\$20 à despesa do ano de 1979, o que, como se disse, foi devido em grande parte, à extinção dos Serviços Técnicos do Fomento.

Houve, pois, que recorrer ao Saldo do ano anterior, que havia sido colocado em depósito a prazo, em duas fracções do montante de 10.000 contos, cada, o que permitiu utilizar os juros desse capital.

Segue um mapa comparativo das despesas que couberam a cada capítulo orgânico que, como é evidente, houve necessidade de colocar resumidamente, em termos comparativos, dada a diferença de técnicas orçamentais utilizada nos anos de 1979 e de 1980, já atrás referida.

#### ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

	1979	1980	Diferenças
Abonos diversos — Despesas de representação . . . . .	—\$—	29 094\$00	29 094\$00 +
Assinatura do Diário da República e encadernações . . . . .	10 641\$50	28 305\$00	17 663\$50 +
Conservação e reparação do Edifício Sede e construções diversas . . . . .	11 683\$90	288 033\$50	276 349\$60 +
Luz, aquecimento, água e limpeza . . . . .	127 334\$10	40 334\$90	86 999\$20 —
Publicação de anúncios no Diário da República . . . . .	6 349\$20	28 514\$70	22 165\$50 +
Correios, telégrafos e telefones . . . . .	—\$—	35 941\$50	35 941\$50 +
Emolumentos ao Tribunal de Contas . . . . .	29 102\$00	31 834\$00	2 732\$00 +
Serviços de Administração Financeira . . . . .	397 170\$00	18 884\$00	378 286\$00 —
Fundo de Cadastro . . . . .	1 681\$00	241\$00	1 440\$00 —
Anulações . . . . .	255 121\$30	277 067\$00	21 945\$70 +
Reparação em imóveis, móveis e viaturas . . . . .	14 440\$00	6 331\$00	8 109\$00 —
Seguro de imóveis, móveis e viaturas . . . . .	2 166\$00	53 718\$20	51 552\$20 +
Material de transporte . . . . .	—\$—	798 438\$00	798 438\$00 +
Maquinaria e equipamento . . . . .	16 399\$00	335 750\$00	319 351\$00 +
Fundo permanente . . . . .	—\$—	26 000\$00	26 000\$00 +
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>872 088\$00</b>	<b>1 998 000\$00</b>	<b>1 126 398\$80 +</b>

cultural existentes no Distrito foram processadas, no ano de 1979, pelo capítulo Secretaria. Conforme explicação dada na alínea a), pela nova orgânica orçamental afigura-se nos mais correto o processamento pelas rubricas respectivas dos diferentes capítulos económicos, subdividi-

As verbas mais importantes referem-se à aquisição de uma carrinha Mercedes-Benz, que ficou deliberado adquirir-se pelo Plano de Actividades aprovado e à aquisição de máquinas e equipamento, além das obras de conservação e reparação do Edifício-Sede.

**SECRETARIA**

	1979	1980	Diferenças
Pessoal ... ..	1 438 163\$00	2 321 041\$00	882 878\$00 +
Alimentação e alojamento (ajudas de custo) ... ..	644\$00	868\$00	224\$00 +
Deslocações (comparticipação de encargos) ... ..	13 807\$50	2 442\$00	11 365\$50 -
Vestuário e artigos pessoais (fardamentos e resguardos)	5 130\$00	2 405\$00	2 725\$00 -
Horas extraordinárias . . . . .	2 966\$00	3 595\$80	629\$80 +
Encargos com a saúde (ADSE) ... ..	—\$—	4 550\$00	4 550\$00 +
Encargos com o pessoal inscrito na Previdência ... ..	53 743\$00	59 748\$00	6 005\$00 +
Aquisição de livros e publicações ... ..	6 975\$00	3 425\$00	3 550\$00 -
Equipamento de Secretaria com maquinaria ... ..	99 918\$40	216 857\$60	116 939\$20 +
Correios, telégrafos e telefones ... ..	111 473\$00	136 925\$30	25 452\$30 +
Subsídios de casamento, nascimento, morte, etc. ... ..	7 250\$00	7 900\$00	650\$00 +
Subsídios de refeição . . . . .	84 975\$00	125 606\$00	40 631\$00 +
Abono de família . . . . .	17 760\$00	26 400\$00	8 640\$00 +
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>1 842 804\$90</b>	<b>2 911 763\$70</b>	<b>1 068 958\$80</b>

A reestruturação dos quadros administrativos e a actualização de vencimentos estão na origem da grande verba dispendida com pessoal.

Há a ressaltar também a despesa com a aquisição de máquina de fotocopiar para equipamento da Secretaria.

**SERVIÇOS TÉCNICOS DO FOMENTO**

	1979	1980	Diferenças
Pessoal ... ..	5 012 456\$00	2 880 246\$00	2 132 210\$00 -
Subsídio de nascimento, casamento, etc. ... ..	36 699\$60	19 792\$00	16 907\$60 -
Subsídio de refeição ... ..	236 215\$00	130 751\$00	105 464\$00 -
Alimentação e alojamento (ajudas de custo) ... ..	311 784\$50	57 069\$00	254 715\$50 -
Abono de família . . . . .	80 160\$00	47 240\$00	32 920\$00 -
Deslocações (comparticipação de encargos) ... ..	281 113\$00	41 216\$00	239 897\$00 -
Equipamento de secretaria com maquinaria e mobiliário	136 963\$30	33 571\$50	103 391\$80 -
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>6 095 391\$40</b>	<b>3 209 885\$50</b>	<b>2 885 505\$90 -</b>

A transferência do pessoal para o Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de Aveiro, que se verificou no final do 1.º semestre, altura a partir da qual a Comissão de Coordenação da Região Centro, do M. A. I., passou a responsabilizar-se pelo pagamento dos salários ao pessoal técnico, permitiu a recuperação das finanças da autarquia distrital, conforme ficou já esclarecido.

**OUTRAS ATRIBUIÇÕES DE FOMENTO**

	1979	1980	Diferenças
Subsídios para prémios destinados ao fomento da agricultura e da pecuária . . . . .	30 000\$00	195 000\$00	165 000\$00 +
Subsídios para organização de paradas, feiras ou exposições de produtos agrícolas ou industriais regionais	270 000\$00	75 000\$00	195 000\$00 -
Encargos correspondentes ao funcionamento da Comissão de Planeamento da Região Centro ... ..	10 106 000\$00	—\$—	10 106 000\$00 -
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>10 406 000\$00</b>	<b>270 000\$00</b>	<b>10 136 000\$00 -</b>

Aqui verificam-se ligeiras diferenças no apoio ao fomento da agricultura distrital, através das participações às Feiras principais (Aveiro, Vale de Cambra, Arouca e Ovar).

Substantial a eliminação do encargo correspondente ao funcionamento da Comissão de Planeamento da Região Centro, muito embora a verba que lhe era destinada saísse do montante que o M. A. I. atribuía à Assembleia Distrital para o efeito.

	1979	1980	Diferenças
Pessoal ... ..	512 400\$00	8 1??\$00	25 733\$00 +
Subsídio de nascimento, casamento, morte, etc. ... ..	—\$—	—\$—	—\$—
Subsídio de refeição . . . . .	27 900\$00	23 492\$00	4 408\$00 —
Alimentação, alojamento (ajudas de custo) ... ..	4 358\$00	—\$—	4 358\$00 —
Abono de família . . . . .	5 760\$00	3 780\$00	1 980\$00 —
Deslocações (comparticipação de encargos) ... ..	9 000\$00	1 309\$00	7 691\$00 —
Equipamento de Secretaria com maquinaria e mobiliário	17 792\$60	20 545\$00	2 752\$40 +
Livros e revistas . . . . .	—\$—	3 860\$00	3 860\$00 +
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>577 210\$60</b>	<b>591 119\$00</b>	<b>13 908\$40 +</b>

Não houve modificação sensível neste sector.

De registar o elevado número de consultas verificadas durante o ano, pois foram consultados 3 402 volumes (mais 55 % que no ano anterior), dos quais 2 758 pertenciam ao Núcleo Notarial e 644 ao Núcleo Paroquial.

Foram requisitadas e entregues 124 certidões de escrituras e de assentos paroquiais diversos.

#### CULTURA

	1979	1980	Diferenças
Subsídios para manutenção ou criação de Museus Etnográficos, de História e Arte Regional ... ..	800 000\$00	650 000\$00	150 000\$00 —
Subsídios a instituições ou institutos de associações culturais do Distrito para fins culturais, previstos no presente capítulo orgânico . . . . .	1 184 000\$00	991 500\$00	192 500\$00 —
Encargos resultantes da publicação da Revista «Aveiro e o Seu Distrito», respectivas reedições e outras publicações incluindo portes de correio e honorários devidos pela intervenção na mesma ... ..	—\$—	316 082\$00	316 082\$00 +
Encargos com gratificações a funcionários distritais pelo exercício de funções de cultura ... ..	18 000\$00	18 000\$00	—\$—
<b>TOTAL</b> ... ..	<b>2 002 000\$00</b>	<b>1 975 582\$00</b>	<b>26 418\$00 —</b>

#### DIVERSOS

Subsídio para obras, na Santa Casa da Misericórdia ...	750 000\$00	—\$—	750 000\$00
--	-------------	------	-------------

Também neste sector se procurou dar cumprimento às competências da Assembleia Distrital, apesar das dificuldades financeiras orçamentais.

E tanto assim, que conseguiu editar-se um número triplo da Revista «Aveiro e o Seu Distrito», e proceder-se à reedição de alguns números esgotados, sem se ter descurado do apoio às diversas instituições culturais do Distrito, nomeadamente na concessão de subsídios a Museus e a Associações Musicais ou Folclóricas.

ACTIVIDADES DE ASSISTÊNCIA

ARQUIVO DIGITAL

	Internato	1980 — CASAS DA CRIANÇA			Soma
		Águeda	Albergaria	Mealhada	
Pessoal . . . . .	4 412 048\$00	1 037 854\$00	962 026\$00	1 069 960\$00	7 481 888\$00
Subsídios de refeição . . . . .	294 550\$00	62 942\$00	60 416\$00	60 320\$00	478 228\$00
Alimentação e alojamento (ajudas de custo) . . . . .	1 372\$00	—\$	2 800\$00	—\$	4 172\$00
Vestuário e artigos pessoais . . . . .	2 157\$00	—\$	1 855\$00	—\$	4 012\$00
Abono de família . . . . .	25 210\$00	11 400\$00	16 500\$00	6 600\$00	59 710\$00
Seguros do pessoal . . . . .	51 359\$00	1 637\$10	1 637\$10	3 401\$00	58 034\$20
Deslocações—comparticipações de encargos . . . . .	314\$00	1 760\$00	1 042\$00	119\$70	3 235\$70
Construções e grandes reparações	107 545\$90	—\$	28 327\$50	—\$	135 873\$40
Material de aquartelamento e alojamento . . . . .	79 378\$30	1 362\$00	120 385\$00	123 550\$50	324 675\$80
Material de educação, cultura e recreio dos assistidos . . . . .	78 752\$90	8 784\$40	18 843\$30	17 608\$10	123 988\$70
Equipamento de secretaria c/ maquinaria . . . . .	60 867\$90	35 767\$50	11 143\$00	10 457\$50	118 235\$90
Utensílios e material de limpeza . . . . .	156 347\$00	9 995\$10	14 068\$50	27 575\$30	207 985\$90
Combustíveis e lubrificantes . . . . .	378 080\$80	7 946\$10	15 575\$30	19 275\$50	420 877\$70
Despesas e seguros dos assistidos	1 492 776\$40	239 833\$80	266 478\$80	277 270\$40	2 276 359\$40
Luz, aquecimento, água e limpeza	243 483\$10	20 752\$20	16 364\$10	7 454\$60	288 054\$00
Encargos agro-pecuários e apícolas na Quinta do Forte . . . . .	280 422\$50	—\$	—\$	—\$	280 422\$50
Correios, telégrafos e telefones . . . . .	53 058\$50	12 820\$50	36 960\$00	17 202\$50	120 041\$50
Assistência médica, medicamentosa e hospitalar . . . . .	94 726\$80	686\$50	1 960\$00	1 157\$00	98 530\$30
Reparação de imóveis, móveis, viaturas (pequenas reparações) . . . . .	137 549\$60	3 281\$50	11 664\$00	29 033\$50	181 528\$60
Despesas correntes . . . . .	9 832\$50	—\$	—\$	—\$	9 832\$50
Seguros de material . . . . .	5 641\$00	—\$	271\$20	—\$	5 912\$20
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>7 965 473\$20</b>	<b>1 456 822\$70</b>	<b>1 588 316\$80</b>	<b>1 670 985\$60</b>	<b>12 681 598\$30</b>

Com as quatro casas de assistência a cargo da Assembleia dispenderam-se cerca de 12 650 contos, ou seja, mais 1 650 contos que no ano de 1979.

Mas neste aumento de despesas, terá de ter-se em conta a reestruturação dos quadros do pessoal e as inevitáveis actualizações de vencimentos impostos por Lei. Aliás a verba com pessoal absorve cerca de 60 % das despesas gerais verificadas, o que significará um au-

mento de 10 % em relação a igual cômputo no ano de 1979 (50 %) e justifica só por si, a elevação de despesas verificadas.

Depois desta, as despesas com a alimentação e seguros dos assistidos (2 276 contos) assume maior relevância, mas de qualquer forma não superiores ao ano anterior.

## SERVIÇOS TÉCNICOS DE FOMENTO

### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVO AO ANO DE 1980

1—A actividade dos Serviços Técnicos de Fomento limitou-se a escassos dias do ano de 1980 porquanto, estando de há muito programada a sua extinção e a instituição dos Gabinetes de Apoio Técnico dos Agrupamentos dos Concelhos (GATs), e encontrando-se já em funcionamento os Gabinetes sediados em S. João da Madeira e em Águeda, fomos em Janeiro contactados pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Director-Geral dos GATs, Eng.<sup>o</sup> Manuel Dias que se fazia acompanhar pelo Director designado do GAT de Aveiro, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng.<sup>o</sup> Manuel Travassos Valdez e pelo Eng.<sup>o</sup> Vasco Costa igualmente da Direcção Geral dos GATs.

2—Desta visita a que se seguiram contactos com o Governo Civil de Aveiro resultaram os preparativos desde logo postos em marcha para a instalação do novo serviço, com absorção do pessoal dos Serviços Técnicos de Fomento, tendo sido envidadas várias diligências em que em grande parte colaborámos no sentido de promover quer a transferência de algum pessoal, quer a sua reclassificação em categoria e mesmo de funções.

3—Por outro lado, dado que foi feita ao GAT a criar, a cedência de instalações da Assembleia Distrital foram os espaços disponíveis redistribuídos, ficando o GAT instalado em todo o rés do chão da Sede da Assembleia Distrital, e os serviços desta—Secretaria, contabilidade e Chefe da Secretaria, instalados no 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> pisos.

Assim, logo após os contactos atrás referidos procedeu-se à transferência do mobiliário, à reparação e adaptação da instalação eléctrica, limpeza de paredes e tectos etc., trabalhos estes custeados pela Assembleia Distrital.

4—Os elementos existentes sobre todos os trabalhos foram entregues ao Director do GAT criado, assim como relação completa de todos os trabalhos e estudos em curso, dos quais ficou entretanto concluído o «**Projecto da Rede de Colectores de Esgotos Domésticos de Albergaria-a-Velha**» — 1.<sup>a</sup> Fase, posteriormente posta a concurso pela Câmara, adjudicada por cerca de 32 000 contos e actualmente em execução.

Aveiro, 20 de Março de 1981.

O Eng.<sup>o</sup> Chefe dos Ex-Serv. Técnicos de Fomento,

B. Lebre

## INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO

### RELATÓRIO ANUAL

O ano de mil novecentos e oitenta terminou e aqui estamos a levar a efeito o relatório dos acontecimentos que maior destaque tiveram ao longo dos doze meses.

Uma casa desta dimensão exige de toda a sua população uma série de deveres e obrigações que nem sempre se cumprem e para evitar a anarquia tem a direcção do Internato tomado certas medidas que nem sempre são das mais populares e que mais agradam mas que considera absolutamente necessárias para bem dos educandos, fim principal do nosso trabalho. Pretende-se que todos se sintam felizes e de certo modo que a falta dos familiares seja suprida pela assistência e carinho dadas pelo pessoal da Instituição.

Em cerca de oitenta rapazes há sempre, como é óbvio, os que nos dão sérias preocupações pelo seu comportamento, pela sua maneira de ser difícil, e são esses mesmo que nos merecem especial atenção; há ainda os que procuram cumprir tanto a nível escolar como profissional como ainda na participação das diversas tarefas que lhes são distribuídas. A todos procuramos dar um mínimo de educação no convívio uns com os outros e com os adultos, na maneira de se comportarem à mesa, na forma como realizam os trabalhos.

A nível escolar, o número de educandos que frequentou as Escolas Primárias, Liceus e Cerci, foi o seguinte, bem como o respectivo aproveitamento:

Ensino Primário ... ..	50	...	90 %
Ciclo Preparatório . ...	12	...	45 %
Liceus ... ..	4	...	75 %
Cerci . ... ..	4	...	100 %
Conservatório . ... ..	1	...	100 %

Neste período, a Encarregada de Educação manteve estreita colaboração e contacto com as respectivas professoras e Directoras de Turma, sendo frequentes os encontros e as reuniões, para estar a par de tudo o que de perto, dizia respeito a todos os educandos, quer sob o ponto de vista educacional ou de subsídios para eles conseguidos.

Dos alunos do Ciclo Preparatório, dois perderam o ano por mau comportamento disciplinar, visto serem suspensivos, portanto, fora da escolaridade obrigatória.

No final deste ano lectivo foram matriculados para o ano de 80/81 os seguintes educandos:

Ensino Primário ... ..	49
Ciclo Preparatório ... ..	11
Escolas Secundárias . ...	4
Cerci ... ..	4 a)
Conservatório ... ..	1

a) Depois de diligências várias, foi admitido na Ceriav mais um menor: Alberto Rui dos Santos Ferreira.

A todos aqueles que não quiseram aproveitar a oportunidade de continuar os estudos, foi-lhes conseguido emprego.

### A NÍVEL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Do trabalho de Serviço Social realizado no ano transacto saliente-se:

#### 1 — Pedidos de Internamentos

deferidos	indeferidos	anulados	a decorrer	total
10	5	1	1	17

Cada pedido de internamento implica investigação verificação e conclusão, processo que obriga a

- deslocações para o exterior, contactos no meio com os interessados familiares, vizinhos e entidades locais;
- diligências no sentido de, se possível, encontrar solução o mais adequada que não a do internamento.

Esta acção mobiliza e torna participativo o meio, co-responsabilizando-o nos seus problemas Sociais.

Daf que dos 17 pedidos apenas 10 se considerassem de gravidade extrema cuja capacidade de resposta se encontrava no IDA.

Para 5 deles encontrou-se a resposta no próprio meio.

1 ficou anulado a pedido do interessado no internamento.

E 1, dado a sua complexidade, tem tido a participação de várias pessoas e entidades que tornaram o processo moroso e que ainda decorre.

#### 2 — Movimento de Internados

Entradas	...	...	...	...	10
Saídas	...	...	...	...	16

Dos 10 pedidos deferidos 4 foram-nos solicitados pela família e 6 a pedido de outrem.

Dos 16 menores que saíram, após analisada a situação sócio-económica e moral da família, 9 foram reintegrados nas suas famílias, 5 tinham atingido o limite de idade de internamento estabelecido nos Estatutos e para 2 tinham cessado as causas de internamento.

A imobilidade da população variou entre 83 e 73 elementos.

### 3 — Sector da Saúde

Praticou-se sempre que possível medicina preventiva; neste campo é de salientar a prestigiosa colaboração do Centro de Saúde de Aveiro, na vacinação de todos os menores, do Lions Club no rastreio oftalmológico, do serviço de luta Anti-tuberculoso no rastreio pulmonar, desenvolvido nas férias de Carnaval, para que os menores não perdessem tempo de aulas.

Também o Dr. Manuel Soares se mostrou disponível sempre que solicitado.

Merece-nos ainda referência o Hospital Distrital de Aveiro, quer pelas urgências quer pela colaboração prestada em consultas de especialidade, análise e Raio X, o Centro de Saúde Mental e Infantil de Coimbra e o Centro de Saúde de S. Bernardo.

Veja-se o quadro

H. D. A.		C. S. A.	STAL	CSCJC	CSMSB
urgência	especial				
30	23	79	5	5	2

Torna-se necessário realçar, neste campo, a dificuldade e a luta desenvolvida pela Instituição, para obter consultas de estomatologia, de que os nossos rapazes são tão carenciados.

#### 4 — Assistência Religiosa

Durante o ano lectivo de 1979/80 frequentaram a Catequese 27 rapazes dos quais 5 fizeram a 1.ª comunhão Solene.

A sua festa concretizou-se, por um lado, pela profunda e singela espiritualidade que a revestiu e, por outro, pela alegre e total participação do pessoal que tudo fez para o seu êxito.

Para o ano lectivo de 1980/81 foram matriculados na Paróquia 27 e 15 receberam preparação doutrinal no IDA, coordenada por 2 monitoras voluntárias.

Os menores assistem ao preceito dominical.

#### 5 — Tempos Livres

Em tempos de férias procurou-se manter activos os menores fazendo-os participar na ocupação de tempos livres. Manhãs Infantis gentilmente oferecidas pelo Teatro Aveirense, visitas a Fábricas do Concelho como a dos Lacticínios, uma de Cerâmica, outra de vidros, passeios e jogos na mata do Carochó, lanches no Parque da Cidade, execução de trabalhos manuais de corda, rafia e madeira, são exemplos das actividades desenvolvidas.

## 6 — Férias Grandes

Também usufruíram da Colónia de Férias instalada na Escola Primária da Praia da Barra, que previamente foi transformada num acolhedor «Hotel de cinco Estrelas» assim classificada pelo entusiasmo dos nossos rapazes. Esmero, a participação dos «hospedes» coadjuvados pelo pessoal lá destacado que se esforçou e deu o seu melhor, criaram um óptimo ambiente traduzido em lazer, trabalho, vida religiosa, sã camaradagem, enfim todo um conjunto que os tornaram felicíssimos.

Distribuído em grupos a generalidade dos rapazes teve oportunidade de estar na família, na praia e na concretização de trabalhos típicos da época como a apanha de batatas e da fruta e caiação das casas.

## 7 — Visita à Casa do Gaiato

A 10 de Novembro acompanhando o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Assembleia Distrital de Aveiro, e Chefe de Secretaria visitou-se a Casa do Gaiato de Paço de Sousa.

Do contacto tido, apreendemos como «em amor, com amor e por amor» são educados e preparados para viver em sociedade, rapazes que na sociedade eram marginalizados.

Da lição trazida procuramos aplicar regras que de acordo com o funcionamento e normas desta Instituição, se tornavam viáveis. Foi assim que se passou a estabelecer uma escala de serviço mensal. Cada rapaz passa agora por todo e qualquer serviço existente nos diversos sectores do IDA. Os mais disponíveis de horários escolares estão destacados por vontade própria para aprendizagem da arte de sapateiro (2), de agricultor (4) e de electricista (2).

Assim se vão preparando para os dias de hoje em que a luta pela sobrevivência, obriga a que cada um saiba executar de tudo um pouco.

## 8 — Festa de Natal

Chegou finalmente a Quadra do Natal e com ela toda a alegria entusiasmo da garotada que não se percebe como tão bem soube contagiar os adultos. E assim, todos nós colaborámos para que a alegria de Jesus entrasse bem fundo nos nossos corações. Fizemos uma festa onde não foram esquecidos o presépio, os enfeites alusivos à Quadra, as prendas, os bolos e até tivemos colaboração da Escola do Magistério Primário com a actuação dos seus Fantoques, a participação do Senhor Padre António Barbosa e da sua viola que nos deliciou com as suas canções e também a colaboração de um pequeno coro dos nossos rapazes.

A culminar tudo isto tivemos ainda o grande prazer da presença dos Ex.<sup>mos</sup> Presidente da Assembleia Distri-

tal, Dr. Manuel Soares e respectivas esposas, do Senhor Chefe de Secretaria e diversos funcionários daquela Autarquia.

## Actividades Administrativas

Tal como nos anos anteriores tudo se fez para que nada faltasse aos nossos rapazes, ainda que com certos condicionalismos, adquiriu-se o absolutamente necessário quer em alimentação que, diga-se de passagem é bem confeccionada e bastante variada; quer em vestuário, calçado ou roupas de cama, etc., tudo foi adquirido em fábricas ou armazéns, tendo sempre em vista o factor económico, o que aliás nunca é esquecido em qualquer tipo de compra.

Também não foi descurada a conservação da casa, e a assistência aos electrodomésticos.

Relativamente à produção da quinta também tudo se fez para que houvesse uma boa colheita.

Assim tivemos os seguintes produtos e quantidades:

Peras . . . . .	180 kg.
Abóboras . . . . .	201 kg.
Pepinos . . . . .	70 kg.
Alhos . . . . .	150 kg.
Batatas . . . . .	10 895 kg.
Favas . . . . .	50 kg.
Ervilhas . . . . .	70 kg.
Feijão . . . . .	350 kg.
Cebolas . . . . .	1 625 kg.
Tomates . . . . .	150 kg.
Alfases . . . . .	50 Dúzias
Couves . . . . .	366 »
Nabos . . . . .	126 »
Grelos . . . . .	225 Molhadas
Maças . . . . .	575 kg.
Marmelos . . . . .	35 kg.

Bonsucesso, 12 de Março de 1981.

A Directora,

*Maria do Rosário Reis*

## CASA DA CRIANÇA DE ÁGUEDA

### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DURANTE O ANO DE 1980

O ano de 1980 decorreu dentro da normalidade.

A CASA DA CRIANÇA DE ÁGUEDA atingiu os objectivos a que se propõe todos os anos, que são a assis-

tência à criança, em idade pré-escolar, da freguesia de Águeda e limitrofes.

Iniciando a actividade em Janeiro de 1980 com 102 crianças, sendo 19 da secção, 67 jardim de infância e 16 em idade escolar, que frequentam a Casa da Criança para ocupação dos tempos livres.

No final de 1980 a frequência da casa era de 83, sendo 17 da creche e 57 do jardim de infância e 9 pré-escolar.

O horário, que a Casa da Criança faz é abrir às 7,30 horas e fechar às 19,30 horas.

A secção da creche, que compreende crianças entre os 3 meses e 2 anos, funciona apenas com uma funcionária a tempo inteiro, sendo auxiliada por outra quando necessário.

No final do ano entrou mais uma funcionária que está na secção do jardim de infância.

Com as crianças em idade escolar há apenas 1 monitora, que as acompanha nas horas que eles passam na Casa da Criança.

É de salientar aqui o trabalho das estagiárias da Escola do Magistério Infantil de Coimbra, que são um bom complemento do quadro do pessoal técnico em educação infantil, visto que a Casa da Criança, não possui nenhuma educadora de infância no Quadro o que faz bastante falta dada a frequência, que a casa tem de crianças em idade pré-escolar.

No sector da creche existe pessoal especializado o que não acontece na secção do jardim de infância.

Na cozinha há apenas uma funcionária que é auxiliada por outra, não a tempo inteiro.

A Casa da Criança encerrou para férias durante o mês de Agosto.

Na época do Natal realizou-se uma pequena festa, convívio das crianças e respectivos pais e familiares.

A Comissão de angariação de fundos para a aquisição da carrinha, viu os objectivos a que se propôs em Dezembro de 1979 no final concretizados passado um ano.

Finalmente as crianças da Casa vão ter o seu próprio meio de transporte, meio de transporte esse que bem merecem dada a luta de todos os pais e alguns Aguedenses.

Águeda, Março de 1981.

A Encarregada-Geral,

*Alice Dinis Carvalho Antunes das Neves*

## CASA DA CRIANÇA DE ALBERGARIA-A-VELHA

### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DURANTE O ANO DE 1980

A problemática da vida actual, obrigando a mulher ao trabalho fora do lar, cada vez mais, impõe a existência de Casas de Criança.

Felizmente nesta terra, reconhece-se a indiscutível vantagem de confiar os filhos a uma Instituição e a pessoal qualificado, em vez de ficarem na rua, ou entregues à vizinhança.

Apesar da abertura de 2 Infantários particulares, a frequência da Casa mantém-se.

É de referir um facto sintomático:

Uma criança, filha de médica, que havia frequentado a casa, esteve ausente um ano por mudança de residência dos pais, e no regresso, estes quiseram que continuasse a frequentar este estabelecimento assistencial.

O Sub-delegado de Saúde veio inesperadamente visitar esta Casa, por um caso de meningite. E no fim da visita, referiu-se elogiosamente às condições, asseio e orientação.

Parece-me por estes factos, se poder aferir a validade desta Instituição.

Em 1980 esta Casa da Criança funcionou com o seguinte:

- 1 Encarregada Geral
- 1 Técnico Auxiliar de Serviço Social
- 1 Monitora
- 1 Cozinheira
- 4 Serventes

Afigura-se-nos necessário uma monitora para a Secção da Creche, como abaixo referimos.

#### Actividade da Casa

Evidentemente que as actividades devem ser diferenciadas e adaptadas à idade, desenvolvimento e psicologia das crianças.

A **Creche** onde permanecem as crianças dos 3 meses aos 2 anos, está sempre completa, visto ter apenas 18 berços.

Nesta secção de Creche, **nota-se a carência duma monitora devidamente qualificada**, pois é a idade mais importante das aquisições, e o pessoal menor, sem qualquer preparação, não corresponde de modo algum a esta exigência.

#### **Jardim Infantil:**

No Jardim Infantil, subdividimos as crianças em 3 grupos;

- O 1.º dos 2 aos 3 anos
- O 2.º dos 3 aos 4 anos
- O 3.º dos 4 aos 6 anos

Cada um destes grupos está entregue respectivamente a uma unidade de pessoal. De facto é essencial este pessoal, para um trabalho sério e propício junto das crianças.

Temos procurado proporcionar às crianças, festas, passeios e idas a espectáculos de circo.

**Festas** — No Natal e Páscoa fizemos uma pequena festa com as crianças, seguida dum lanche com a participação dos pais, e a distribuição de brinquedos e guloseimas.

**Carnaval** — Fizeram-se máscaras e fantasias, e uma festinha com a participação das crianças.

**Circo** — Das 3 ou 4 vezes que o circo esteve nesta Vila, as crianças assistiram ao espectáculo.

#### **Alimentação:**

Continuamos a procurar que a alimentação fornecida às crianças, seja racional e corresponda às normas de dietética infantil em vigor.

#### **Saúde:**

No âmbito da saúde, nota-se a carência dum médico que regularmente acompanhasse as crianças. Já superiormente comunicámos esse facto, e solicitámos que fosse contactado um médico que uma ou 2 vezes por semana viesse à casa, prestar assistência.

#### **Obras feitas na Casa**

Durante o ano de 1980, foram reparados vários estuques, e pintadas 3 divisões.

Também foi substituída a alcatifa do salão de jogos, por alcatifa plástica.

#### **Necessidades mais prementes:**

**Pintura da cozinha e dispensa** (estas obras ainda não foram feitas por falta de pessoal).

#### **Vedação de todo o quintal com rede apropriada.**

Pintura exterior do edifício e gradeamento.  
Reparação de várias divisões.

Substituição da alcatifa de lã da Creche, por alcatifa plástica.

Arranjo dum Parque Infantil, com a existência de baloiços, escorrega, etc.

Substituição dos fogões da cozinha, por um semi-industrial.

Durante o ano de 1980, a Casa da Criança funcionou com uma média de 60 crianças diárias.

Esperamos que esta Casa da Criança continue a cumprir cada vez melhor a missão para que foi criada.

Albergaria-a-Velha, Março de 1981.

A Encarregada-Geral,

*Maria Margariada Correia Tavares*

## **CASA DA CRIANÇA DA MEALHADA**

### **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DURANTE O ANO DE 1980**

No ano de 1980 a CASA DA CRIANÇA DA MEALHADA, começou a funcionar com uma Encarregada Geral, uma cozinheira, um servente de jardim que foi aposentado a 6 de Janeiro de 1980, o qual foi substituído. Também em Dezembro deu entrada uma monitora que veio preencher o lugar criado.

Em relação às crianças começou com 57 crianças de ambos os sexos, sendo 18 da creche e 39 de infantil. Fechou-se o ano com um total de 60 crianças.

Durante o ano não se verificou entrada de pessoal técnico o que é de lamentar, vendo-se a Encarregada Geral obrigada a desdobrar o seu trabalho e não podendo dar a atenção exigida ao sector da creche.

De acordo com o nível de pessoal existente foram ministrados às crianças variados ensinamentos tais como jogos, canções infantis, histórias para o desenvolvimento intelectual, moral e de higiene da criança, desenho e pinturas livres com ou sem tema, colagens, modelagens em barro, miolo de pão e plasticina, picotagem, danças de roda, exercícios de ginástica, recreio ao ar livre, temas sobre a natureza que a criança aos poucos começa a desvendar, recortagens, desenho de contorno, passeios pela vila, etc.

Durante o mês de Agosto a Casa esteve encerrada para férias do pessoal.

No mês de Dezembro festejámos o Natal. Decorando toda a Casa com adornos alusivos à época festiva. Realizou-se uma festinha com música e canções de Natal,

um lanche compartilhado por alguns familiares das crianças. Houve a distribuição de Brinquedos, bolos, bombons, rebuçados, frutas secas, chocolates e balões.

Administrativamente posso informar que a média da despesa mensal foi variável de acordo com o número de crianças, suas necessidades e o custo dos géneros adquiridos.

Mealhada, Março de 1981.

A Encarregada-Geral,

*Silvina Paiva Macedo Simões*

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No ano de 1980 procurou administrar-se a Assembleia Distrital de acordo com o Plano de Actividades aprovado e segundo o próprio espírito da Autarquia.

Alguns assuntos não puderam ser concretizados, como foi o caso de obter a colaboração de um psicólogo para o Internato Distrital e também de um regente musical para fazer ressurgir a Banda dos jovens Internados. Para ambas as hipóteses se envidaram esforços baldados. Não deixou, por isso, de se ter obtido o parecer de um psicólogo, que sem comprometer-se com uma prestação de serviços, transmitiu ideias essenciais para

um melhor funcionamento daquela Casa de Assistência aos jovens desamparados, do que resultou até uma vantajosa visita à Casa do Gaiato, em Paços de Sousa.

De tudo, porém, ressalta o espírito dedicado do pessoal da Autarquia, com especial relevo para os responsáveis pela parte administrativa e por cada uma das Casas de Assistência.

Foi possível, apesar das deficiências colmatar brechas existentes e conseguir-se um espírito de serviço e unidade indispensáveis para obtenção de objectivos concretos e válidos.

Há, porém, que manter esse espírito, através do interesse dos membros da própria Autarquia Distrital, manifestado numa presença constante e regular e no empenhamento da criação de novas iniciativas, de forma a resultar no engrandecimento da própria Autarquia.

Há que reclamar junto do Poder Central para que sejam dados os meios financeiros para uma política de assistência a cultura cada vez mais sólida e mais válida.

Entretanto, registre-se com agrado, e por justiça, o trabalho de todos quantos são funcionários ao serviço da Autarquia.

Aveiro, 20 de Março de 1981.

Pe'l'O Presidente da Assembleia Distrital,

*Artur Manuel da Graça e Cunha*

(Secretário-Geral do Governo Civil de Aveiro)

# bibRIA

NA CAPA:

- 1 - Chafariz de Neptuno e Palácio da Justiça - Ovar
- 2 - Jardim Municipal - Ílhavo

## Sumário

	Página
★ Brasões de armas dos municípios do distrito de Aveiro ... ..	3
★ Ovar e a sua Comarca ... ..	5
Por Arada e Costa	
★ O vinho no seu aspecto imaterial . ... ..	9
Por Octávio Pato	
★ A Arte nas Igrejas — de Roma, pela Europa, até Aveiro ... ..	13
Por João Gonçalves Gaspar	
★ O Concelho de Ílhavo . ... ..	41
Por Amadeu Eurípedes Cachim	
★ A abolição da pena de morte por crimes políticos e o seu paladino aveirense — o último enforcamento em Aveiro ... ..	46
Por Eduardo Cerqueira	
★ A Igreja de Esmoriz — seus altares e imagens, paramentos, pratas, festas e costumes religiosos (Séculos XVI-XIX) ... ..	57
Pelo Padre Aires de Amorim	
★ Vária : ... ..	75